



# Ambiente

**Gestão e Desenvolvimento**





**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA**

Regys Odlare Lima de Freitas, *Reitor*.  
Cláudio Travassos Delicato, *Vice-Reitor*.  
Karine de Alcântara Figueiredo, *Pró-Reitora de Ensino e Graduação*.  
Vinícius Denardin Cardoso, *Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação*.  
André Faria Russo, *Pró-Reitor de Extensão e Cultura*.  
Alvim Bandeira, *Pró-Reitor Planejamento e Administração*.  
Ana Lúcia Mendes, *Pró-Reitora de Orçamento e Finanças*.  
Glória Maria Souto Maior Costa Lima, *Pró-Reitora de Gestão de Pessoas*.

**EQUIPE EDITORIAL**

Isabella Coutinho Costa  
Carlos Eduardo Bezerra Rocha  
Cláudio Souza da Silva Júnior  
Josiane Gabriel Teixeira da Cruz

**REVISTA**

Isabella Coutinho Costa, *Editadora Chefe*  
Carlos Eduardo Bezerra Rocha, *Editor de Seção*  
Cláudio Souza da Silva Júnior, *Editor de Seção*  
Josiane Gabriel Teixeira da Cruz, *Editadora de Seção*

**MISSÃO**

Ampliar a visibilidade de pesquisas acadêmicas nas áreas de Ciências Humanas, Linguagens e Artes, Ciências Biológicas e da Saúde, Ciências Exatas e Agrárias, Ciências Socialmente Aplicadas, fomentando um espaço reflexivo e democrático, e permitindo a difusão do saber de forma facilitada e sem custos ao leitor/pesquisador.

**PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO**

Cláudio Souza Jr., [claudio@uerr.edu.br](mailto:claudio@uerr.edu.br)

**CONSELHO EDITORIAL**

Márcia Teixeira Falcão - Universidade Estadual de Roraima.  
Mário Maciel de Lima Júnior - Universidade Estadual de Roraima.  
Carlos Alberto Borges da Silva - Universidade Estadual de Roraima.  
Rodrigo Leonardo Costa de Oliveira - Universidade Estadual de Roraima.

**FOTO DE CAPA**

Vista da Cachoeira da Laje Verde, Município do Amajari, Norte de Roraima, a 219 Km de Boa Vista.  
Origem: [https://www.instagram.com/p/CMuxr\\_1F0Di/](https://www.instagram.com/p/CMuxr_1F0Di/).

**Ambiente: Gestão e Desenvolvimento - ISSN 1981-4127**

Tel. (95) 2121-0944  
[periodicos.uerr.edu.br/ambiente](http://periodicos.uerr.edu.br/ambiente)  
e-mail: [contato@periodicos.uerr.edu.br](mailto:contato@periodicos.uerr.edu.br)

**DIREITOS AUTORAIS**

Todo o conteúdo desta revista está protegido pela Lei de Direitos Autorais (9.610/98). A reprodução parcial ou completa de artigos, fotografias ou artes no geral contidas nas publicações deve ser creditada ao autor em questão. A revista Ambiente é distribuída sob a licença Creative Commons – Atribuição – uso comercial – compartilhamento pela mesma licença (BY). Há permissão de uso e a criação de obras derivadas do material, contanto que haja atribuição de créditos (BY). As publicações são distribuídas gratuitamente no site oficial: [periodicos.uerr.edu.br/ambiente](http://periodicos.uerr.edu.br/ambiente).

**TERMO DE RESPONSABILIDADE**

Os conceitos e opiniões emitidas nos trabalhos são de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es), não implicando, necessariamente, na concordância do Conselho Editorial da revista. A responsabilidade pela correta citação das fontes que fundamentam as pesquisas também é totalmente dos respectivos autores.

**CONSELHO CIENTÍFICO**

Dr. André Augusto da Fonseca – Universidade Estadual de Roraima – UERR, Brasil  
Dr. André Camargo de Oliveira – Universidade Estadual de Roraima – UERR, Brasil  
Dra. Cleiry Simone Moreira da Silva - Universidade Estadual de Roraima - UERR, Brasil  
Dr. Edgard Vinícius Cacho Zanette – Universidade Estadual de Roraima – UERR, Brasil  
Me. Elemer Kléber Favreto – Universidade Estadual de Roraima – UERR, Brasil  
Dr. Francisco Rafael Leidens – Universidade Estadual de Roraima – UERR, Brasil  
Dr. Huarley Mateus do Vale Monteiro - Universidade Estadual de Roraima - UERR, Brasil  
Dra. Josimara Cristina de Carvalho Oliveira – Universidade Estadual de Roraima – UERR, Brasil  
Dr. Miguel Petreire Jr - Universidade Federal do Pará - UFPA/NEAP, Brasil  
Dr. Plínio Henrique Oliveira Gomide - Universidade Estadual de Roraima - UERR, Brasil  
Dra. Raimunda Gomes da Silva – Universidade Estadual de Roraima – UERR, Brasil  
Dr. Régys Odlare Lima de Freitas – Universidade Estadual de Roraima – UERR, Brasil  
Dr. Reinaldo Imbrozio Barbosa - Instituto Nacional de Pesquisa na Amazônia - INPA/Roraima - Brasil  
Dr. Ricardo Alexandre Rodrigues Santa Cruz – Universidade Estadual de Roraima – UERR, Brasil  
Dr. Robson Oliveira de Souza - Universidade Estadual de Roraima - UERR, Brasil  
Dra. Sandra Kariny Saldanha de Oliveira – Universidade Estadual de Roraima – UERR, Brasil  
Dr. Serguei Camargo - Universidade Estadual de Roraima – UERR, Brasil  
Dra. Tatiane Marie Martins Gomes de Castro – Universidade Estadual de Roraima – UERR, Brasil  
Dr. Vinícius Denardin Cardoso - Universidade Estadual de Roraima - UERR, Brasil  
Dr. Wender Antônio da Silva – Universidade Estadual de Roraima – UERR, Brasil

**UERR - Universidade Estadual de Roraima**

Rua 7 de setembro 231, Bairro: Canarinho.  
CEP. 69306-530 - Tel. (95) 2121-0949.  
e-mail: [reitoria@uerr.edu.br](mailto:reitoria@uerr.edu.br)  
[www.uerr.edu.br](http://www.uerr.edu.br)

**Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - PROPEI**

Tel. (95) 2121-0944  
e-mail: [propei@uerr.edu.br](mailto:propei@uerr.edu.br)  
[www.uerr.edu.br/propei](http://www.uerr.edu.br/propei)



**ELES ESTÃO ENTRE NÓS: UMA DISCUSSÃO SOBRE O FOLCLORE BRASILEIRO A PARTIR DA SÉRIE CIDADE INVISÍVEL.....5**

*THEY ARE AMONG US: BRAZILIAN FOLKLORE IN "AN INVISIBLE CITY"*

*Edgard Vinicius Cacho Zanette, Josué Carlos Souza dos Santos, Daniel Lopes Gameiro Ferreira*

**GEOGRAFIA DA AIDS EM RORAIMA: PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DOS SOROPOSITIVOS.....19**

*GEOGRAPHY OF AIDS IN RORAIMA: EPIDEMIOLOGICAL PROFILE OF SEROPOSITIVES*

*Anacleiton da Cunha Bezerra, Osvair Brandão Mussato, Heila Antonia das Neves Rodrigues*

**OS ORGANISMOS INTERNACIONAIS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO SUPERIOR.....32**

*INTERNATIONAL ORGANIZATIONS AND PUBLIC POLICIES FOR HIGHER EDUCATION*

*Waldemar Moura Vilhena Júnior*

**REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DA HISTORICIDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O ACESSO À EDUCAÇÃO NO BRASIL DE 1824 A 1988.....41**

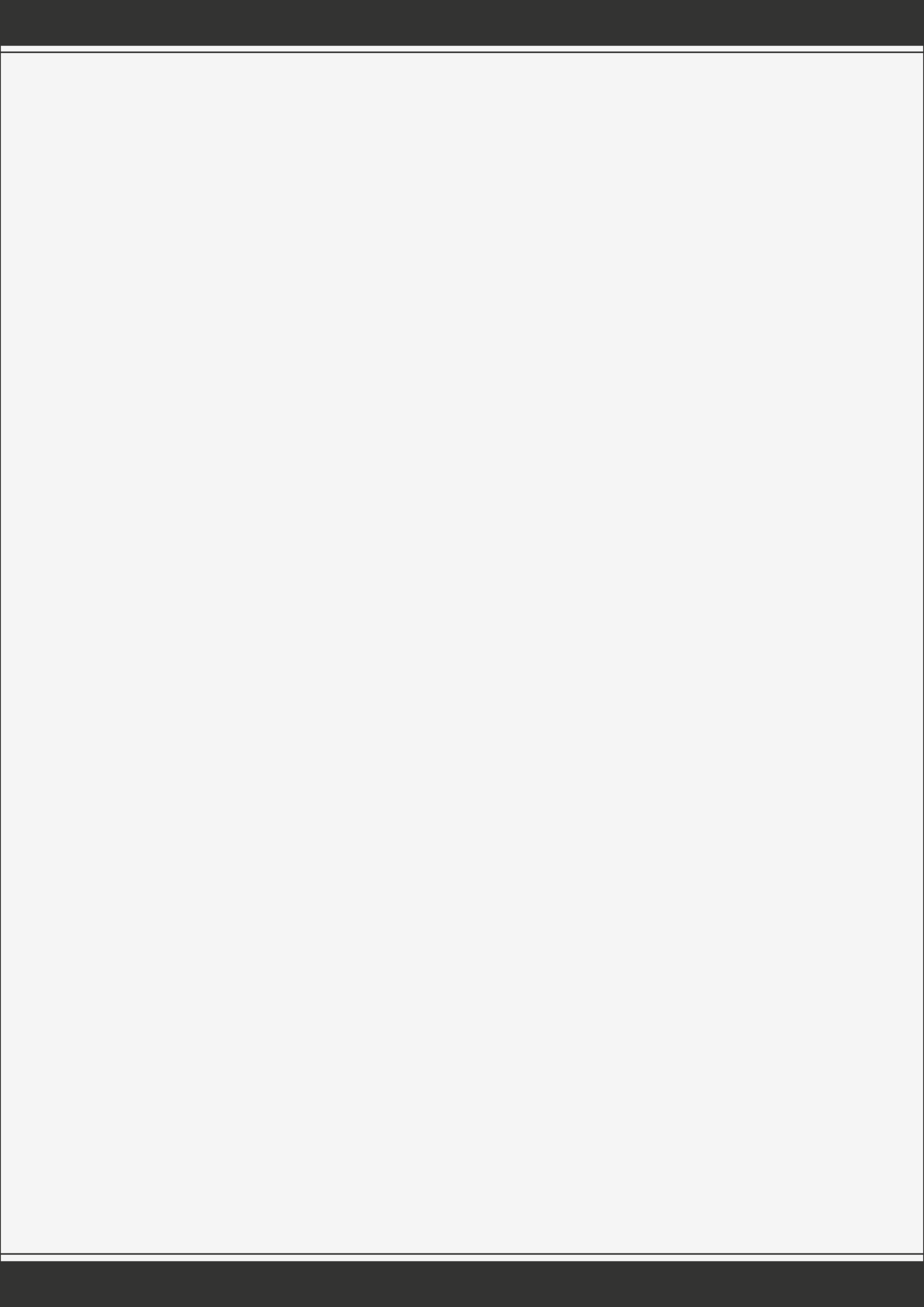
*BIBLIOGRAPHIC REVIEW OF THE HISTORY OF PEOPLE WITH DISABILITIES AND ACCESS TO EDUCATION IN BRAZIL FROM 1824 TO 1988*

*Pierre Santos Castro, Francisca Silva e Silva*

**AVALIAÇÃO DOS NÍVEIS DE ACESSIBILIDADE EM VIAS PÚBLICAS.....54**

*ASSESSMENT OF ACCESSIBILITY LEVELS ON PUBLIC ROADS*

*Emanoel Silva de Amorim, Girlândia de Moraes Sampaio, Hugo Leonardo França Silva*





# Ambiente

**Gestão & Desenvolvimento**

**ISSN 1981-4127**

*Artigos*



## ELES ESTÃO ENTRE NÓS: UMA DISCUSSÃO SOBRE O FOLCLORE BRASILEIRO A PARTIR DA SÉRIE CIDADE INVISÍVEL

*THEY ARE AMONG US: BRAZILIAN FOLKLORE IN "AN INVISIBLE CITY"*

DOI: <https://doi.org/10.24979/ambiente.v15i2.1092>

Edgard Vinicius Cacho Zanette - Universidade Estadual de Roraima (<https://orcid.org/0000-0002-2395-2632>)

Josué Carlos Souza dos Santos - Universidade de São Paulo (<https://orcid.org/0000-0003-1172-5763>)

Daniel Lopes Gameiro Ferreira - Universidade Estadual de Roraima (<https://orcid.org/0000-0002-4387-7369>)

**Resumo:** O presente artigo teve como objetivo analisar a série *Cidade Invisível* do serviço de *Streaming Netflix* a partir da noção de catarse aristotélica e outros elementos da filosofia, semiótica e linguagem. A série estreou em fevereiro de 2021 e trouxe vários elementos que são parte conhecida da cultura e do folclore brasileiros, inclusive com leves críticas às questões socioambientais. Utilizando o método de pesquisa qualitativa com teor bibliográfico, as análises em torno das noções de fantasia, imaginário e folclore brasileiro foram abordadas neste trabalho a partir de questões filosóficas como ética, cultura e também símbolos místicos e religiosos que estão ao entorno do imaginário do telespectador. Como conclusão, pensamos que a série explora positivamente as raízes da cultura brasileira, da identidade cultural do povo e em um mesmo movimento se torna uma excelente opção de entretenimento.

**Palavras-chave:** Folclore. Linguagem. Filosofia. Ética. Cultura.

**Abstract:** This article aimed to analyze the series *Cidade Invisível* of the Netflix Streaming service from the notion of Aristotelian catharsis and other elements of philosophy, semiotics and language. The series premiered in February 2021 and brought several elements that are a well-known part of Brazilian culture and folklore, including mild criticism of socio-environmental issues. Using the qualitative research method with bibliographical content, the analyzes around the notions of fantasy, imaginary and Brazilian folklore were approached in this work from philosophical questions such as ethics, culture and also mystical and religious symbols that are around the viewer's imaginary. In conclusion, we think that the series positively explores the roots of Brazilian culture, the cultural identity of the people and in the same movement becomes an excellent entertainment option.

**Keywords:** Folklore. Language. Philosophy. Ethic. Culture.

## INTRODUÇÃO

Em fevereiro de 2021 o serviço de *streaming* Netflix apresentou a série *Cidade Invisível*, com sete episódios em sua primeira temporada<sup>1</sup>. Considerando o fulminante sucesso da série apresentada em mais de quarenta países, está prevista a produção da segunda temporada<sup>2</sup>. A série acompanha o policial Eric e sua investigação a respeito da misteriosa morte de sua esposa, uma antropóloga que defendia os direitos de uma comunidade ribeirinha carioca. Durante uma festividade na vila Toré, uma vila fictícia, um misterioso incêndio acontece e a esposa do policial morre no interior de uma trama de suspense e mistério. A medida em que o policial começa a investigar, cada vez mais adentra o mundo dos folclores que o cercam. Baseada em uma história desenvolvida por Raphael Draccon e Carolina Munhóz, com a participação de Carlos Saldanha (indicado ao Oscar) na Produção Executiva, a série estabelece relações entre o folclore e a cidade, com a presença de alguns seres característicos do folclore brasileiro vivendo entre as pessoas na cidade de uma maneira camuflada, ou, em outras palavras, vivendo de forma invisível. Uma crítica feita a esta abordagem afirma que na série:

Ao longo de sete episódios, o espectador conhece a história de origem das chamadas entidades, que ganharam habilidades especiais após viverem eventos fatais e traumáticos. Contudo, a produção comete deslizos ao retratar algumas figuras tradicionais, como a Iara, o Curupira e o Boto Cor-de-Rosa. Antes de entender a distorção dessas histórias, vale lembrar que as crenças abordadas não pertencem a um único povo indígena, afinal, existe uma grande variedade étnica no Brasil, como apontou Alice. Além disso, é importante ressaltar que algumas crenças também estão presentes na cultura ribeirinha - a qual é retratada pela Vila Toré em *Cidade Invisível* (MORITA, 2021, n.p).

Os problemas decorrentes da indústria cultural e a massificação de conteúdos digitais preocupam, tendo em vista que elementos da cultura popular são delicados e, por vezes, são tratados de forma inadequada. Ora, ainda que possam aparecer deslizos conceituais e representativos, ao que tudo indica a série não tratou os temas envolvidos de modo leviano. O que a série faz pode ser controverso, mas é característica das criações cinematográficas misturar histórias do folclore, seus personagens e suas questões com a ficção produzida. Em vista destas criações, como explicado, a proposta não era realizar

um fiel documentário sobre o folclore brasileiro, mas sim utilizá-lo de forma livre e criativa. Existe uma linha sinuosa entre a liberdade criativa e a responsabilidade cultural. Saber como uma e outra iniciam, terminam e coabitam o mesmo plano, sempre é controverso. O que fazemos hoje em dia, com tanto saber historicamente produzido, não é colocar vinho novo em velhas garrafas?

Nos estudos sobre folclore, podemos observar, a partir de Edelweiss (2001), Rocha (2009) e Brandão (2017), que a palavra folclore se deriva da expressão em inglês *folk-lore*, isto é, "saber do povo". Desde que William John Thoms apresentou o termo definindo-o como antiguidades e literatura populares, têm sido amplos e expressivos os debates em voga a respeito de uma definição aproximada. Dada tamanha abrangência desta abordagem que define o folclore como 'antiguidades e literatura populares', permanecem as questões: o que poderia e o que não poderia ser considerado folclore? Quais elementos religiosos e saberes ancestrais necessariamente os compõem? Quais eventos recorrentes ou fatos históricos o caracterizam?

As pesquisas sobre cultura popular geralmente esbarram na temática do folclore. Embora o Brasil tenha uma diversificada produção literária e artística assentada em correntes folcloristas, predomina, ainda atualmente, uma ideia equivocada de o folclore estar posto ao nível estrito do senso comum<sup>3</sup>, isto é, sem cientificidade em seu tratamento nos livros e na academia. Este é um tremendo equívoco, haja vista que renomados autores como Mário de Andrade, Camara Cascudo, Renato Almeida, Alceu Maynard, Florestan Fernandes, entre tantos outros, tratam tais temas com extremo rigor.

Outro alerta importante é que quando o tema "folclore brasileiro" é abordado, ainda que a partir de uma série popular, precisamos tomar o cuidado em não reduzir as discussões ao nível do que seria 'anacronismo e atraso', isto é, não devemos insistir em ver:

(...) as manifestações de cultura popular como sobrevivências do passado no presente, como práticas isoladas, cristalizadas, imutáveis. Este tipo de enfoque é que pode ser considerado anacrônico, "atrasado", pois desconhece estudos que vêem as práticas culturais populares da mesma maneira que qualquer manifestação de cultura, como parte de um contexto sociocultural historicamente determinado. Este contexto as explica, torna

1 Cf. Série Cidade Invisível. Disponível em: <<https://www.netflix.com/br/title/80217517>> Acessado em: 08/12/2022.

2 Cf. Sucesso em mais de 40 países, Cidade Invisível terá 2ª temporada na Netflix.

3 Entendemos por senso comum as compreensões, ideias, percepções, representações usuais, representações costumeiras, às quais parte da população realiza sobre determinado assunto ou tema.



possível sua existência e, ao se modificar, faz com que também aquelas práticas culturais se transformem (AYALA; AYALA. 1997, p. 08-09).

Estas e outras questões nevrálgicas sobre o folclore brasileiro certamente não serão resolvidas aqui, considerando o escopo da presente pesquisa. Desta feita, discutiremos sobre a série *Cidade Invisível* e sua abordagem do folclore brasileiro e, a partir deste ponto de interseção entre os personagens e o enredo, relacionaremos à questão do cinema de massas (séries), como um produto fundamental da cibercultura atual.

## 1. CINEMA, FOLCLORE E CIBERCULTURA

Na tratativa de encontrar uma definição sobre o que seja o folclore, notamos uma lúdica e interessante definição em Brandão (2017). O autor dirá que:

Velhas canções ditas à beira da mesa ou da fogueira; danças de aldeia em festas de casamento; brincadeiras típicas de crianças; ritos coletivos da religião popular; o jeito original de entalhar a madeira ou de pintar potes de barro; os mitos que o avô sabe e conta ao neto; os anônimos poemas épicos que narram de casa em casa as estórias dos heróis imaginários, quando era difícil contar na escola a história dos heróis verdadeiros; a sabedoria camponesa dos segredos de lidar com a terra; as flores bordadas nas blusas das mulheres; o rodado peculiar das saias; a faixa que os rapazes amarram na cintura; o jeito de prender na cabeça um lenço. Saias, lenços, canções e lendas. A “Alma de um povo”, como se diz às vezes, existia nas coisas mais simples, mais caseiras, mais antigas. Coisas da vida. Coisas do folclore? (BRANDÃO, 2017, p. 6-7).

O folclore, muitas vezes, é considerado como uma narrativa mitológica que permeia o imaginário humano, principalmente o infantil. A popularização dessas figuras mitológicas, de fato, realça o caldeirão cultural em que estamos imersos, potencializando crenças e possibilidades lúdicas brasileiras, bem como especificando elementos culturais e históricos de povos e comunidades. Em alguns sentidos, o folclore poderá ser confundido com narrativas mitológicas que reforçam o amplo sentido da história. Rocha (1996) apontará o seguinte:

O mito é uma narrativa. É um discurso, uma fala. É uma forma de as sociedades espelharem suas contradições, exprimirem seus paradoxos, dúvidas e inquietações. Pode ser visto como uma possibilidade de se refletir sobre a existência, o cosmos, as situações de “estar no mundo” ou as relações sociais (ROCHA, 1996, p. 03).

Nas comunidades indígenas e ribeirinhas do

Brasil, inclusive aquelas que vivem nas florestas, nos campos e lavrados, essas narrativas folclóricas, muitas vezes, adquirem um viés religioso, já que a linguagem religiosa ajuda a explicar o mundo, dotando-o de sentido. Existe muito ecletismo nestas explicações e as influências europeias se misturam com as histórias e influências locais, criando narrativas novas, originais, singulares e únicas. Portella (2006) ao desenvolver algumas considerações a respeito da religião, das sensibilidades religiosas e a pós-modernidade, dirá que a religião pode ser entendida como um fundo mágico-religioso fornecendo um sentido e eficácia simbólica nas subjetividades dos indivíduos através de três maneiras fundamentais: 1) segundo o viés da ética ou da obediência a um ser divino; 2) através da incorporação de mitos e ritos que dão ordem a um cosmos particular do indivíduo ou; 3) através de manipulações que constroem o sagrado à eficácia simbólica que a pessoa deseja (PORTELLA, 2006). Alguns elementos como as plausibilidades, legitimações do mundo e teodiceias são buscados pelos indivíduos a partir das subjetividades de suas experiências, ao passo que o autor chamará de cosmos sagrado as experiências, os símbolos e as visões de mundo a partir da ótica religiosa. Doutra parte, o autor denomina microcosmos as experiências mais focadas no particular, no individual e no pessoal. Na cultura de massas, movida nos tempos atuais pela cibercultura, cada vez mais a religião atravessa os tecidos sociais e vivenciais, inclusive na política, nos esportes, em eventos culturais, na indústria da moda, e nas tendências musicais, se embrenhando, de um modo geral, em todos os elementos que compõem uma sociedade<sup>4</sup>.

Como sabemos, o Brasil é composto por uma fascinante diversidade religiosa que sincretiza diversos conhecimentos e práticas. Na série *Cidade Invisível*, ao se apresentar para o policial Eric, a personagem Camila, a *sereia*, diz também ser conhecida como *mãe d’água*, *Iara* e por muitos outros nomes. Notadamente essa relação entre ficção e realidade é um dos temas mais interessantes da série. Sanchis (1997) explica que o modo pelo qual, muitas vezes, o brasileiro compreende o real, é a partir de um universo circundado de criaturas místicas desse e de outros mundos ou dimensões, com poderes maléficos e benéficos, com consciência ética e destino espiritual (SANCHIS, 1997). Toda essa visão e cosmovisão pode ter diversas repercussões epistemológicas, inclusive tentando

4 Sobre o tema Cf. LÉVY, 1999.



restaurar em forma de reequilíbrio dialético os paradigmas pré-modernos que fazem parte da história social, antropológica e religiosa dos seres humanos na atualidade. Ocorre que o passado sempre se presentifica, utilizando uma expressão própria ao pensamento de Martin Heidegger. Assim, entendemos que as representações simbólicas que são mostradas na série *Cidade Invisível* mostram um pouco sobre algumas formas populares de vida, haja vista que os contos e as narrativas são parte da cultura brasileira e permanecem vivas e em evidência mesmo sob o forte aparato homogeneizante da indústria cultural<sup>5</sup>.

Discutir, ainda que *en passant*, essa relação entre o folclore brasileiro e a cibercultura, é fundamental<sup>6</sup>. As considerações a respeito do folclore inseridas hoje na temática da cibercultura são relevantes porque influenciam diversos pensamentos, comportamentos e cosmovisões do ser humano. As formas de diálogo, de poder, de manutenção do *status quo*, são reproduzidas na forma como o folclore é apresentado, reforçando uma cultura da tecnologia que trata com desdém o que é popular e tradicional. As cantigas de roda, as histórias que os pais contavam aos filhos e amigos, as interações sobre causos e histórias, tudo isso vem sendo substituído pelos aplicativos de celular e seus jogos e as redes sociais. A digitalização promovida pela era digital populariza informações, mas, de fato, oculta ou desencoraja que as pessoas continuem interagindo em relações reais. Nos acostumamos ao modo virtual, reforçado com a catástrofe da pandemia COVID-19, o espelho do que somos, da nossa sociedade, é o espaço da convergência tecnológica. Para Silveira (2008):

A digitalização é a base da convergência tecnológica. O digital, ao liberar o som do vinil, o texto do papel e a imagem da película, favorece a cultura da recombinação, a remixagem e a hiperlinkagem. Sua força é tão contundente que levou a digitalização para as transmissões e modulação do império audiovisual da televisão, chamada por Dominique Wolton de “o principal espelho da sociedade” (SILVEIRA, 2008, p. 86).

A cultura de massas se pauta em uma formidável homogeneização da informação. Os mundos, os *ethos* (‘conjunto de modos de comportamento que identificam um grupo’) do povo, não podem ser múltiplos, como aquelas antigas formas de se viver, através das quais a cultura da produção local e da subsistência simples imperavam. Na cultura de massas, na cibercultura, todos

compartilham um mesmo *ethos*, uma mesma cosmovisão. Ora, o folclore e toda sua riqueza multifacetada, precisa, para ser melhor vendável como produto, participar desta conjuntura homogeneizante.

A maneira como os filmes e séries nos chega através da indústria cultural é determinante na forma como iremos replicar estas influências nas nossas vidas. Para Castellano e Meimaridis (2017) a influência das mídias como filmes e seriados encontra sua raiz na produção induzida pela noção de memória nostálgica promovida pelas indústrias do entretenimento. Essa nostalgia memorial, tanto na estética quanto na narrativa, tem formulações pensadas, desenvolvidas e remodeladas com o passar do tempo, vindo desde uma ideia de doença para, até mesmo, se tornar em um modelo de comportamento comum rentável ao mercado internacional. Para as autoras:

O apelo à memória é um recurso utilizado pelo audiovisual americano há bastante tempo. No caso específico do meio televisivo, a ficção seriada tem produzido continuamente obras com elementos estéticos e/ou narrativos nostálgicos. Embora esse recurso seja frequentemente acionado, é notável nos últimos anos uma popularização de remakes, reboots, revivals e releituras de produtos televisivos na tentativa de fugar espectadores, em um contexto de intensa competição. Nesse cenário, o veículo de *streaming Netflix* tem se destacado por trazer de volta séries canceladas/terminadas, como também por instrumentalizar a nostalgia, produzindo conteúdo direcionado a fãs saudosistas, em um processo que chamamos de “retomada da audiência”. Argumentamos que embora a nostalgia tenha uma relação próxima com o modelo de produção da TV americana, a *Netflix* tem se apropriado desse sentimento como uma de suas principais estratégias de posicionamento mercadológico (CASTELLANO, MEIMARIDIS, 2017, p. 61).

A título ilustrativo podemos notar diferenças consideráveis entre a forma de tratar os temas cinematográficos entre a TV aberta brasileira, o cinema brasileiro e a plataforma *Netflix*. A programação na TV aberta possui fios condutores muito bem definidos e traçados. Cada programa em cada horário é focado em públicos específicos, para alcançar determinados nichos ideológicos e sociais. Por exemplo, o público que assiste um programa culinário entre segunda-feira e sexta-feira é um, mas, doutra parte, o público que assiste todos os domingos partidas de futebol é, em geral, outro público. Esta programação tradicional da televisão brasileira vem sendo fortemente enfrentada pelos aplicativos de

5 Sobre o tema Cf. JENKINS, 2008; ADORNO; HORKHEIMER, 1985.

6 Sobre o tema Cf. MACHADO, 2007.

*streamings* ('transmissão'), os quais estão fazendo muito sucesso e alcançando praticamente todas as classes sociais. Existem programas de *streaming* que cobram menos de dez reais por mês, disponibilizando centenas de filmes e séries para serem vistas quantas vezes os telespectadores tiverem interesse. Ora, podemos perceber que a chamada sétima arte, o cinema, também se transformou ao longo dos tempos e, atualmente, tudo indica que a relação do cinema com as plataformas *streaming* só começou e se intensificará ainda mais nos próximos anos. Já podemos afirmar, com alguma ousadia, que os filmes e séries das plataformas *streaming* podem ser chamados, hoje, de o cinema das massas.

Assim como existem tutores que orientam a programação nos canais da TV aberta, segundo, é claro, os interesses do mercado, os aplicativos também possuem essa orientação mercadológica. Idealismos à parte, é óbvio que a arte do cinema, da televisão e das séries é orientada segundo uma perspectiva mercadológica. Guerra (2017) identifica algumas características que fazem com que as pessoas fiquem 'presas' aos conteúdos audiovisuais. Para o autor, a todo instante acontecem disputas pela atenção das pessoas através de dinâmicas, associações, estratégias e uma infinidade de ferramentas de marketing, propaganda e consumo. O autor diz que:

Vivemos em um tempo em que nossa atenção é disputadíssima, o tempo todo, por centenas de milhões de difusores de conteúdo: pessoas, marcas, serviços, todos emitem informações que para justificar sua existência precisam ser capturadas e processadas por nosso cérebro. Nosso cérebro e nosso tempo são verdadeiros campos de batalha nos dias de hoje. O patrimônio de uma marca existe apenas na mente dos seus potenciais consumidores. Não é algo simplesmente criado e empurrado goela abaixo, mas construído com estratégias de comunicação que se dirigem à mente e nela se associam com o conhecimento, experiências, articulações e outras dinâmicas não estáticas, mas em constante mudança. Nossa atenção, em suma, é o grande butim que as marcas, sejam elas pessoas, sejam elas companhias, almejam ao travar essa feroz batalha simbólica por seu cérebro (GUERRA, 2017, p. 80).

Uma longa tradição filosófica e sociológica trata do tema da indústria cultural. Autores como Adorno, Horkheimer, Walter Benjamin, entre outros, expuseram a forma instrumental tendenciosa da produção artística das sociedades de massas do capitalismo. Mais importante que a perfeição do produto, isto é, da obra realizada, é a difusão de conteúdos que afetem a mente das pessoas e as façam

ter desejos. Na verdade, uma vez que a televisão e o cinema fazem parte desse jogo, as experiências e articulações estéticas são amplamente definidas por elementos externos à arte.

Lembremos que somos seres audiovisuais. As imagens vêm adquirindo formas e contornos desde as pinturas rupestres nas cavernas, desde a nossa pré-história. Somos amplamente afetados pela beleza e pela feiura das coisas. Inclusive, o filósofo Umberto Eco, com muita propriedade, organizou dois importantes livros intitulados: História da Beleza e História da Feiura<sup>7</sup>.

Se a beleza não é um dado absoluto, essa é uma questão filosófica a ser discutida em outro momento. Seja como for, somos movidos por imagens, por explicações sobre o que vemos, sentimos e vivemos. Estamos envolvidos na teia das imagens e percepções que nos tocam. Justamente por vivermos como o resultado dos jogos das emoções e percepções é que Platão (427-347 ac.) apresentou sua *alegoria da caverna*. Qual a diferença entre o simulacro e a verdade? Uma cópia é a imagem distorcida de uma entidade real e verdadeira a-temporalmente? O platonismo e a filosofia grega antiga lançaram questões que influenciaram toda nossa cultura ocidental.

No mundo contemporâneo, certamente a criação da fotografia com Joseph N. Niepce (1826) e o advento da produção dessas com Louis J. Mandé Daguerre (1839) modificou o tratamento dado à relação original/cópia. Não fazemos mais, tal como propunha Platão, uma análise da beleza segundo uma estrita separação entre original e cópia, uma vez que a própria fotografia, atualmente, não é um mero simulacro, mas ela mesma é sua própria medida de ser e de arte. Isto é, a fotografia e todo o cinema modificaram nossa forma tradicional de pensar a arte e as imagens. Uma imagem não é um mero modo figurativo que representa um original, como defendia Platão. A própria imagem criada em uma fotografia, ela é um original único, isso é, ela pode ser arte no sentido pleno do termo.

É interessante observar o curioso processo de lançamento das plataformas *streaming* no Brasil. A primeira impressão das pessoas muitas vezes era: lançaram depósitos virtuais de obras antigas e novas. Havia algo um pouco retrô no modo como estas plataformas disponibilizaram, inicialmente, acervos enormes de filmes antigos, com menos filmes novos

7 Cf. ECO 2007, 2010.

sendo oferecidos. Ocorre é que o público que gosta de assistir filmes antigos e clássicos começou a consumir essa forma de cinema tanto quanto as pessoas que gostam de filmes novos. Estes dois públicos são coesos em uma mesma percepção: um excelente lazer, bom e barato, a ser consumido e gerido em casa. Com outras palavras, uma excelente oportunidade de ter acesso a filmes e séries com baixo investimento mensal. Se é caríssimo ir até o cinema, agora, o cinema está em casa, basta escolher os filmes e séries. Assim, bem mais barato e prático, as pessoas deixaram de ir aos cinemas muito antes de a pandemia COVID-19 estourar e bagunçar o mundo inteiro. Desta forma, o mercado, primeiramente, recuperou esse material cinematográfico e deu sobrevida a estes produtos que não tinham mais boa saída de vendas no formato tradicional. Para agregar ainda mais valor e dominar o nicho cinematográfico, agora as plataformas produzem filmes e séries de extrema qualidade, fidelizando milhares de consumidores que pagam religiosamente suas mensalidades. Por exemplo, para quem gosta de filmes antigos e clássicos, um DVD de um filme antigo que em uma banca de jornais ou através da compra em sites, que custe por volta de vinte reais, com as plataformas streaming, o consumidor tem acesso a este filme e a outras centenas de obras, investindo, por vezes, menos de dez reais por mês. Assim, entre as vantagens da utilização de plataformas streaming, podemos assinalar algumas que parecem evidentes: a) a diversidade de filmes, séries e documentários disponíveis; b) não é necessário realizar download dos conteúdos para assistir; c) não é preciso ter espaço físico de armazenamento (estantes etc.); d) é possível acessar de qualquer lugar, utilizando uma *Smartv* ('televisão inteligente'), ou um celular ou um computador.

Uma questão polêmica sobre a suposta democratização do cinema afirma que a *Netflix* não vai democratizar o cinema e você já deveria saber disso. Cury (2020) explica que:

Os serviços de streaming não são um repositório infinito de produções (mesmo que tenhamos essa sensação quando demoramos para escolher o que assistir diante de tantas opções). Um filme, por mais antigo que seja, tem custos de aquisição e até mesmo de manutenção no streaming, já que ocupa algum espaço nos servidores. Isso torna sua presença mais difícil nas plataformas, já que estas preferem ocupar espaços com filmes mais procurados (CURY, 2020, n.p).

Ocorre que os nichos dos serviços *streaming* se segmentaram e competem de forma voraz. A plataforma *Netflix* que é um sucesso no Brasil, não é líder em outros mercados. E, mesmo no Brasil, a situação pode mudar muito em breve, pois basta lembrarmos que a gigante corporação *Amazon* comprou recentemente a MGM por 8,45 bilhões de dólares<sup>8</sup>. O serviço básico da *Primevideo* custa atualmente nove reais e noventa centavos por mês, e o cliente ainda tem acesso à *Primevideo* (*Streaming* de filmes), *Amazonmusic* (*Streaming* de músicas), *Primereading* (Acesso virtual a centenas de livros e revistas digitais) e, por fim, com direito à frete grátis e outras vantagens em compras promovidas por esta fidelização. De toda forma, destoando da abordagem de Daniel Cury, acreditamos que existe sim uma evidente popularização das obras cinematográficas. É claro que tais popularizações ocorrem, conforme já explicado, através de massificações que não têm interesse em educar as pessoas para que apreciem obras clássicas e as contextualizem artisticamente e politicamente. Seja como for, a visão maniqueísta entre cinema/arte e TV/popular parece ter sido abalada com essa nova forma de acesso aos filmes através das plataformas streaming. A partir desta discussão, podemos refutar o suposto rebaixamento da fotografia em relação às pinturas dos grandes artistas. Atualmente um grande fotógrafo pode ter tanta fama, ser tão respeitado e ganhar tanto dinheiro quanto um grande pintor. Desta feita, a fotografia é uma arte em si mesma e tal qual ela é. Em relação às séries produzidas e reproduzidas nas plataformas streaming, inicialmente elas eram consideradas com status inferior aos filmes que eram lançados no cinema. Esta situação foi, como pode ser percebido nas últimas edições das premiações do Oscar, completamente alterada. Provas dessa nova situação é que muitos filmes e séries produzidas pelas plataformas *streaming* são premiadas e respeitadas<sup>9</sup>.

Podemos considerar, a título ilustrativo, que os desenvolvimentos das expressões simbólicas, artísticas e culturais sempre dependeram do aprimoramento de algum tipo de tecnologia, desde as tintas e instrumentos usados nas pinturas das paredes de uma caverna (como as famosas cavernas de Lascaux, por exemplo), passando pela costura das roupas nas peças de teatro e, com o advento da internet, emergiram os serviços de *streaming* como *Netflix*, *Primevideo*, *GloboPlay* e tantos outros. De um modo ou de outro, as produções artísticas veem

8 Cf. Amazon anuncia compra da MGM por US\$ 8,45 bilhões e esquentando guerra do streaming.

9 Cf. Oscar 2021: Todos os ganhadores do prêmio da Academia de Hollywood e onde vê-los.



se desenvolvendo em uma relação complexa com o tecnológico e o mercado.

## 2. TECENDO ENREDOS A PARTIR DO FOLCLORE BRASILEIRO SEGUNDO A SÉRIE *CIDADE INVISÍVEL*

A história desvelada na série *Cidade Invisível* faz um contraponto entre a vida em um povoado ribeirinho e a vida na cidade do Rio de Janeiro. É muito interessante essa forma dialógica de apresentar o enredo e suas tramas, a partir dos pontos de convergência e de oposição entre estes mundos tão singulares e estranhos um ao outro. A vila Toré é apresentada como a última comunidade extrativista na floresta do Cedro, a poucos quilômetros da cidade do Rio de Janeiro. Seus habitantes são envolvidos por uma rica diversidade étnica com a mistura de povos indígenas, afrodescendentes e brancos de origem europeia. O vilarejo é composto por casas feitas em terra firme, debaixo das árvores da mata e próximo aos rios. Composto por pescadores e agricultores de subsistência, o vilarejo vive e resiste ao tempo, às adversidades oriundas da ascensão dos grandes centros urbanos e mantém a transmissão oral de suas histórias e saberes ancestrais, modos de vida e cosmovisões.

Uma das características que marcam as comunidades extrativistas é que a extração vegetal, animal e mineral têm um fim lucrativo, mas também possuem como característica a produção em vias de subsistência. Por conta disso e, considerando as riquezas que envolvem a floresta do Cedro e os rios que banham aquela região, o vilarejo é ameaçado por conta de negociações envolvendo a construção de um empreendimento. É quando surge então a figura da antropóloga Gabriela que é a pessoa que busca defender a permanência do povoado ribeirinho naquela localidade.

Nas primeiras cenas do primeiro episódio, é mostrada uma celebração com música, dança e comidas típicas. Ao iniciar um incêndio na floresta, Luna, filha da antropóloga Gabriela com o policial Eric, acaba por adentrar na mata e sumir, correndo grande perigo. Quando Gabriela percebe, vai atrás de sua filha na mata, morrendo em seguida devido ao incêndio. Luna reaparece e o mistério é então estabelecido: O que aconteceu?

Conforme a trama vai avançando, percebemos que se trata do *corpo seco*, uma entidade que adentra o corpo de um caçador que morre no primeiro episódio ao tentar matar o Curupira, personagem que será fundamental no decorrer da trama. No folclore brasileiro, *corpo seco* é um defunto que é amaldiçoado a permanecer na terra após ser rejeitado por Deus e pelo Diabo. O Curupira é uma entidade que vive nas florestas e a defende contra possíveis caçadores. Consta-se de um homem de cabelos ruivos e/ou vermelhos como fogo, pés virados para trás e com agilidade e habilidades sobrenaturais.

Outras entidades aos poucos vão surgindo na trama, como partes elementares e fundamentais. São elas: o *Boto*, identificado na série como o metamorfo *Manaus*, a *Sereia*, identificada na série como a cantora *Camila*, a *Cuca*, identificada na série como a dona de boate *Inês*, o *Saci*, identificado na série como o morador de rua *Isac*, o *Tutu Marambá*, que é o braço direito da *Cuca* e no folclore brasileiro é algo como o *Bicho Papão* e o já mencionado *Curupira*, identificado na série como o alcoólatra *Iberê*.

Depois dessa prévia a respeito dos personagens e quem eles são na série *Cidade Invisível*, é mister compreendê-los dentro do nosso folclore.

O folclore brasileiro é importantíssimo para o Brasil como identidade do nosso povo, devido ao fato de ser riquíssimo no que concerne à cultura, pois possui influência egípcia, europeia e principalmente, indígena e negra, tal como o caldeirão cultural que está inserido em nossa identidade e história brasileira. A vasta quantidade de personagens e contos, faz com que parte da população desconheça a fundo suas histórias. E cada vez mais, infelizmente, o folclore vem se tornando algo distante das novas gerações, fato que torna a série da *Netflix* tão relevante, pois além de resgatar nossa cultura, a difunde pelo mundo.

Devemos ter em mente que o folclore não é algo estanque em si mesmo, por muitas vezes se entrelaça e se confunde com os conhecimentos de vida e natureza dos anciões e dos povos indígenas, tomando contornos distintos e absorvendo as peculiaridades de cada região do nosso imenso Brasil.

Pode-se dizer, que as lendas do folclore, apesar de sua gigantesca importância, não eram muito conhecidas nas grandes cidades, até que no início do

século XX, o escritor Monteiro Lobato começou a escrever sobre elas, dando-lhes nova importância e dimensão.

*O Sacy-pererê: resultado de um inquérito*, foi a primeira obra do autor, publicada em 1918, sendo adaptada para o público infantil em 1921 com o nome de *O Saci*, como parte da coleção *O Sítio do pica-pau-amarelo*.

A entidade *Saci / Saci-Pererê* teve sua lenda iniciada na região sul do Brasil, conhecido por ser um menino negro, careca, de baixa estatura e que possui somente uma perna. Tem como vestimenta *short* e gorro vermelhos e fuma um cachimbo.

Diz a lenda que ninguém sabe ao certo quantos são, mas que nasceram a noite, em meio a trovões e forte tempestade, no interior da mata, após uma “gestação” de sete anos dentro de gomos de bambus.

Se caracteriza por ser extremamente travesso, por gostar de assustar as pessoas, maltratando-as até seu esgotamento físico-psicológico. Anuncia-se a noite por seus fortes e assombroso assobios e por apresenta-se muitas vezes, como um pequeno furacão/redemoinho, por isso chamado de endiabrado e visto por muitos como uma entidade maléfica.

Durante o fenômeno do furacão/redemoinho, ele pode ser capturado, para isso, basta a pessoa jogar dentro do redemoinho um rosário de mato bento ou uma peneira, sendo mais encontrado na literatura a captura pela peneira. Em seguida, a pessoa deve retirar seu gorro, fazendo assim, que esse ser encantado, perca seus poderes.

Para mantê-lo preso, deve-se colocá-lo numa garrafa que tenha uma cruz desenhada, o objetivo é impedir sua fuga.

Estima-se que o Saci vive aproximadamente 77 anos, sendo que, depois desse período, ele se transformar em cogumelo da espécie “orelha-de-pau”, os quais são encontrados nos troncos das árvores.

O ser místico Curupira é um dos personagens mais conhecidos do folclore brasileiro. Sua lenda tem origem no norte do Brasil, sobretudo no Amazonas e Pará, com procedência indígena. Sua história é bastante antiga, quiçá a mais antiga de todas, havendo

menção desde o século XVI. Tem-se relatos feitos pelos portugueses desde 1560, em uma carta do padre jesuíta José de Anchieta, como alude Câmara Cascudo (s/d):

É coisa sabida e pela boca de todos corre que há certos demônios e que os brasis [indígenas que habitavam o Brasil] chamam corupira, que acometem aos índios muitas vezes no mato, dão-lhe açoites, machucam-nos e matam-nos. São testemunhas disto os nossos irmãos, que viram algumas vezes os mortos por eles (CÂMARA CASCUDO, s/d, p. 332).

Ele se caracteriza por ser um ser fantástico da mata com a altura de um menino de aproximadamente 12 anos, cabelos ruivos e/ou de fogo, dentes verdes e pontiagudos, pés ao inverso com os calcanhares para frente e, destaca-se por sua grande velocidade e força física. O Curupira é considerado o maior protetor das florestas e é temido pelos índios e caçadores. Os indígenas oferecem presentes quando entram na floresta para impedir que sejam vitimados pelo Curupira, uma vez que precisam adentrar na mata para caçar a fim de terem com que se alimentar. Para escapar do Curupira é necessário que se realize um nó em um pedaço de cipó.

O *Boto Cor-de-rosa* é uma lenda que também remete à região norte do país, contudo, não se tem provas de origem indígena, mas de uma lenda trazida para o Brasil no século XVIII e aqui adaptada, sendo que a ideia do boto como animal sedutor, só se estabeleceu na cultura popular em meados do século XIX.

Segundo ‘reza a lenda’, nas primeiras horas da noite o boto se transforma em um homem de faixa etária entre 20 e 30 anos, branco, alto, corpo atlético, que gosta de dançar, beber, é muito bonito e sedutor. Está sempre vestido com calça, blusa e sapatos brancos e se individualiza por estar sempre com chapéu na cabeça, que tem por escopo, esconder o furo pelo qual respira.

Em algumas regiões dizem que essa transformação ocorre em qualquer festa realizada nas comunidades ribeirinhas, enquanto em outras, descrevem que só ocorre nas noites do mês de junho, em que há lua cheia, durante as festividades de Santo Antônio, São João e São Pedro.

Também vemos divergências no que tange ao tipo de vítima do *Boto*, em alguns locais falam ser as

moças virgens, em outros defendem ser a moça mais bonita da festa.

Apesar das pequenas diferenças, todos concordam que o *Boto* seduz a moça, pratica relação sexual e antes que o dia amanheça retorna para o rio e nunca mais volta, deixando-a grávida de uma criança “sem” pai.

Em concordância temos a fala de Câmara Cascudo (s/d), que em sua obra *Dicionário do Folclore Brasileiro* aduz:

Nas primeiras horas da noite transforma-se em um bonito rapaz, alto, branco, forte, grande dançador e bebedor, e aparece nos bailes, namora, conversa, frequenta reuniões e comparece fielmente aos encontros femininos. Antes da madrugada pula para a água e volta a ser o boto (CÂMARA CASCUDO, s/d, p. 183).

Até hoje, nas comunidades ribeirinhas, se utiliza falar ‘filho do boto’ ao se referir a uma criança que nasceu de mãe solteira e pai desconhecido.

A personagem *Cuca* é uma das mais conhecidas e populares do folclore brasileiro, em que pese não ser oriunda do Brasil. Estudiosos acreditam que essa lenda chegou no nosso país por meio dos primeiros colonizadores portugueses e deriva do personagem *Cuca*, que possui características muito semelhantes à nossa *Cuca*. Esse personagem difundiu no Brasil por meio das cantigas de ninar, que possuíam por objetivo colocar medo nas crianças e fazê-las dormir cedo. Ela se caracteriza, originariamente, por ser uma mulher idosa, pele enrugada, cabelos longos, brancos, feições assustadoras e movida unicamente pelo sentimento da maldade. Sua principal peculiaridade é de ser uma bruxa que fica espreitando as crianças pela noite e raptando as desobedientes.

Com os diferentes atributos dados à *Cuca* por Monteiro Lobato, em seus famosos livros “*O Sítio do pica-pau-amarelo*”, hoje ela é vista no imaginário popular, como um jacaré bípede, de cabelos longos, loiros, perversa e que possui poderes mágicos, tal qual uma bruxa. Ambas as descrições são bem diferentes, fisicamente, do que foi trazido ao presente momento na série *Cidade Invisível*.

A *Sereia Iara* é de uma lenda que hoje permeia nosso folclore, mas, a exemplo da história da *Cuca*, ela possui origem no folclore português e com passar

do tempo, inserida, modificada e adaptada no Brasil. É uma lenda muito conhecida na região norte do país.

Aduz a lenda que *Iara* era uma índia forte e guerreira, filha do *Tuxaua* (‘líder político indígena’) de sua comunidade indígena e a única mulher de quatro irmãos. Certo dia seus irmãos, por inveja, tentaram matá-la. Todavia, ela resistiu aos ataques e os matou. Seu pai, ao tomar ciência do ocorrido, irritado, ordenou que a jogassem entre os rios Negro e Solimões, na região de Manaus, Amazonas. Ela teria sido salva pelos peixes e se transformado na *Sereia Iara* durante uma noite de lua cheia. Ela possui tronco de uma belíssima mulher e calda de peixe, é dona de uma linda voz que encanta e seduz os homens, que vão para junto dela debaixo d’água. Aqueles que são seduzidos nunca mais são vistos novamente.

Existe uma vertente que a vê como protetora dos rios, fazendo mal somente aos homens com atitudes predatórias em relação aos rios e seus animais, entretanto, existe a corrente de estudiosos que a veem como uma mulher má e amargurada pela sua história de vida, seduzindo a matando todos os homens que cruzam seus rios. Segundo definição de Câmara Cascudo (s/d):

Nome convencional e literário da mãe-d’água (CÂMARA CASCUDO, s/d, p. 449).

O *Corpo Seco*, por sua vez, é parte integrante do folclore brasileiro advindo das regiões sul e sudeste. Sua história se remete a um ser tão asqueroso e repugnante, que nem a terra queria decompor o seu corpo. É uma criatura que praticou tantas maldades em vida, que nem Deus e nem Lúcifer quiseram sua alma. Trata-se de uma espécie de zumbi, uma criatura amaldiçoada. Como relata SILVA (s/d)

Como a alma do defunto não foi aceita no céu e no inferno e a terra rejeitou devorar o corpo, o morto retorna ao plano dos vivos e, na condição de nem vivo nem morto, vai aterrorizar os viventes que passarem por ele. Como não é morto, o seu corpo não apodrece, mas, como não é vivo, também não é alimentado, portanto, o corpo-seco, literalmente, tem o corpo ressecado, com apenas os ossos e o couro (SILVA, s/d, n.p).

Uma corrente de estudo diz que foi amaldiçoado por matar sua própria mãe, enquanto outra diz que sua maldição veio pela prática de múltiplas maldades no decorrer de sua existência. Ser mítico do folclore brasileiro, *Tutu* se assemelha por



demais com a Cuca, no que diz respeito a sua origem e disseminação no Brasil.

Tutu seria o equivalente a um Bicho Papão, uma criatura má, das sombras, que aparece no folclore brasileiro por influência portuguesa e também africana, e se espalhou pelo Brasil através das canções para dormir cantadas para as crianças. Trazemos à baila o que alude Silva (s/d) a respeito do personagem:

O tutu é muito associado com o bicho-papão, e, nas lendas, falava-se que ele estava à espreita das crianças que não adormeciam. O local em que o tutu esperava para devorar as crianças era atrás das portas dos quartos. Acredita-se que sua lenda tenha origem nas tradições de canções de ninar aterrorizantes que existiam na Europa.

Entretanto, fala-se também que essa história recebeu influência da cultura africana, uma vez que o nome do monstro deriva de quitutu, expressão do idioma quimbundo (falado na região de Angola) que significa “ogro” ou “papão”. A tradução do termo, como podemos perceber, reforça a associação do tutu com o bicho-papão (SILVA, s/d, n.p).

Esses são alguns dos vários personagens que fazem parte da nossa cultura amazônica e do folclore brasileiro. Alves (2017) elencará 141 personagens de diversas origens, como indígena, africana, europeia e oriental, que compõe esse glossário místico e sobrenatural brasileiro. Na série, eles sofrem adaptações de modo que se encaixem na proposta de uma série de ficção e não como uma transmissão fiel à história tradicional.

Outro cenário mostrado na série é a realidade da vida na cidade. O Rio de Janeiro apresenta suas belas praias e paisagens, mas também terá outro cartão postal além do famoso slogan ‘O Rio de Janeiro continua lindo’: a vida dos moradores de rua e as precárias ocupações urbanas. É nesse complexo centro urbano que a série adquire novos formatos. A respeito da ideia da constituição e percepções da cidade, Ferrão (2003) diz:

Hoje vivemos cada vez mais em cidades sem confins, palimpsestos complexos onde cascos históricos, subúrbios massificados ou de luxo, interstícios rurais, cidades de média dimensão ou parques naturais se articulam entre si no quadro de dinâmicas urbanas de extensão geográfica muito diversificada (FERRÃO, 2003, p. 219).

Dois personagens principais se relacionam

com ambos os cenários: O Isac (o nome é, na verdade, um anagrama para Saci) e o Iberê, que é o Curupira. Isac, apesar de ter uma realidade difícil proveniente da vida no Rio Invisível<sup>10</sup>, nos lembra muito um *flâneur de Baudelaire*, na definição apresentada por Carvalho (2015):

Um flâneur é o caminhante sem destino que se entrega às impressões e ao espetáculo do momento que encontra em seu caminho, com tranquilidade e sem se inserir na paisagem; o observador apaixonado. A multidão é o seu domínio, como o ar é o do pássaro e o mar o do peixe. Ele tem uma paixão e um credo: desposar a multidão (CARVALHO, 2015, p. 804).

Com seu bom humor e brincadeiras, Isac usa uma perna mecânica e uma bandana vermelha que o torna identificável como Saci logo nos primeiros instantes. Entretanto, a vida nas ruas também se mostra dura e implacável, tanto com ele quanto com Iberê, que possui problemas de alcoolismo e mobilidade reduzida, devido sua “deficiência física”, por ter seus pés voltados para trás, colocando-o na condição de indivíduo cadeirante, vivendo em locais sem acessibilidade.

A questão das críticas socioambientais também é, de fato, pertinente e constante na série, tendo em vista que os moradores da vila Toré não querem renunciar ao seu espaço e suas tradições. Uma das figuras principais dessa resistência é o Ciço, um ancião da vila que defende a permanência das pessoas na região e conhece a realidade das entidades místicas. Embora, em muitos momentos, as falas e posicionamentos sociais de Ciço sejam negligenciadas, sua reivindicação é legítima.

Caetano, Silva e Alves (2017) tratam do respeito e da importância do território como elemento constituidor da identidade sociocultural dos povos e comunidades tradicionais, afirmando que:

No modelo atual de desenvolvimento econômico, de avanços tecnológicos e seus múltiplos cenários de mudanças e sociedades líquidas, as comunidades tradicionais sofrem um processo de invisibilização e negação de seus direitos, tradições, identidade e territórios (CAETANO; SILVA; ALVES, 2017, p. 349-350).

Podemos fazer uma analogia da situação vivenciada pelas entidades folclóricas da série, com o que diz Bauman (2005 *apud* Lima, 2019):

(...) a identidade de um indivíduo ocorre a partir de seu nascimento em um país e sua afirmação dentro

10 Apresentamos aqui o Rio Invisível como uma representação simbólica de povos que vivem às margens sociais na cidade do Rio de Janeiro, a saber: pobres, moradores de rua, moradores de ocupações e outros grupos marginalizados socialmente.

dessa nacionalidade, ou seja, para possuir uma determinada identidade nacional tem que ser aceito oficialmente no seu reduto social (BAUMAN, 2005 apud LIMA, 2019, p. 43).

Indo nessa mesma direção, LIMA (2019), afirma que:

Desse modo, para o indivíduo da modernidade líquida, as identidades são portadas como algo leve e passageiro, porque o medo da solidão e abandono contribui para que as pessoas estejam sempre disponíveis e desimpedidas para um relacionamento, mesmo que não seja duradouro, afinal busca-se apenas o momento presente (LIMA, 2019, p. 43).

Destarte, vemos que a série retrata que as figuras folclóricas passam por uma crise de identidade, sendo mais marcante no personagem Curupira, por não se identificarem com o meio ao qual estão inseridos e por não poderem demonstrar suas reais personalidades, pela certeza de não serem aceitos e até temidos pela sociedade.

Como descrito anteriormente, as entidades vivem na série, no submundo do Rio de Janeiro, a margem da sociedade e das benéncias sociais.

Não obstante, podemos afirmar à luz do entendimento de Bauman (2005), Caetano, Silva e Alves (2017) e, Lima (2019), que a identidade de um povo não se perde, mesmo que este saia de seu habitat de origem, aquela se transforma em razão da função social, onde há uma troca, mas nunca a perda da identidade primária, em razão de ser líquida e, com isso, se moldar e agregar culturas e costumes de onde quer que esteja.

Isso fica bem claro no último episódio da primeira temporada, quando Iberê, após passar por um grande sofrimento, pela catarse, devido à perda de seu amigo Isac, encontra forças dentro de si em meio a revolta e volta a se reconhecer como ser dotado de poderes, força e merecedor de respeito. Ele então retorna às suas origens, regressando para floresta do Cedro como Curupira, abandonando a cadeira de rodas e nos encantando, mostrando toda sua força, habilidade e magia.

Ao assistir episódios da série *Cidade Invisível*, o telespectador poderá identificar e sentir os efeitos da catarse nas descargas de sentimentos e emoções, as quais a obra nos expõe.

Segundo o Dicionário Houaiss da Língua

Portuguesa (2001), a catarse é:

Significando purificação, purgação, mênstruo, alívio da alma pela satisfação de uma necessidade moral (HOUAISS, 2001, n. p.).

O vocábulo catarse, aos olhos de Aristóteles, refere-se à purificação da alma por intermédio de uma descarga emocional advinda de um trauma. Costumeiramente, catarse é remetida à Poética, de Aristóteles:

A tragédia é a representação de uma ação elevada, de alguma extensão e completa, em linguagem adornada, distribuídos os adornos por todas as partes, com atores atuando e não narrando; e que, despertando a piedade e o temor, tem por resultado a catarse dessas emoções (ARISTÓTELES, 2000, p. 43).

Etimologicamente podemos dizer que catarse (*kátharsis*) tem sua origem no grego antigo, significa purificação (*purificare*) tem interpretação e aplicação em vários contextos da vida do indivíduo em sociedade, como por exemplo, na medicina, na filosofia, na psicanálise, na educação, na arte e na religião, dentre outros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aqui discutimos questões sobre o folclore brasileiro e sua relação com a religião, a cultura, a sabedoria popular e o lúdico. Realizamos em um mesmo movimento uma análise da série *Cidade Invisível*, disponível no serviço de *streaming Netflix*, com nosso olhar sobre elementos místicos, culturais e simbólicos apresentados no enredo, tais como personagens como o *Boto*, o Curupira, a sereia, a Cuca, o Saci, o Tutu Marambá e o Bicho Papão. Em sua primeira temporada, com sete episódios, a série abordou uma história envolvente que apresenta uma reflexão sobre crenças, religião, natureza, meio ambiente e a cultura brasileira. Partindo do pressuposto de que estamos abordando uma série de plataforma de *streaming* popular, lembremos que se trata de arte audiovisual para as massas por meio de películas de curta duração (série). Na religião, bem como na arte, conforme nos legou Aristóteles, o expectador participa de uma espécie de purificação da alma, de exortação das emoções. A cultura cristã se apropriou deste conceito de catarse como libertação dos pecados e união com Deus, por meio de rituais, cultos e/ou orações, característicos de cada seita, de cada grupo religioso, que trazem em si, grande

envolvimento psicoemocional, com características de expurgação do mal que aflige o indivíduo, buscando, por conseguinte, a remissão do fiel.

Na arte, seja numa pintura, numa música, numa dança, numa peça de teatro, num filme, ou numa série, como no caso ora sob análise, a catarse se manifesta por meio de fortes sentimentos e tensões emocionais, que resultam num pico de emoção e posterior alívio, trazendo ao indivíduo uma sensação de leveza para a alma. É óbvio que neste artigo não estamos fazendo uma análise estrutural-analítica do conceito aristotélico de catarse. Nos apropriamos de algumas teses deste conceito, para aplicá-lo em uma reflexão sobre o lúdico e o folclore a partir da série *Cidade Invisível*. Consideramos que a série proporciona a catarse para quem a assiste, por provocar a empatia do público para com os moradores da vila Toré e seus problemas de subsistência e moradia, igualmente em relação a Eric e seu drama pessoal referente à dolorosa perda de sua esposa, bem no tocante às entidades folclóricas, que se dará pela comoção atinente ao fato de viverem em desgraça pessoal, por não estarem em seus locais de identidade e, com isso, sem seus propósitos e objetivos de vida. Desse modo, podemos entender o que são essas sensações que a série traz, provocando uma explosão de sentimentos e comoção ao telespectador.

No Brasil, observa-se que cada região descreve os mesmos personagens folclóricos, mas com histórias diferentes, incorporando-se ao contexto, cultura e crenças de cada uma. As histórias do folclore são passadas de adultos para crianças há décadas, elas são estudadas nas escolas e fazem parte da cultura do povo brasileiro. Apesar de a série ser do ano de 2021, não é de hoje que são feitos filmes, desenhos ou séries com temas folclóricos, abordando personagens como Yara, *Boto*, Saci-Pererê, Curupira e outros. Alguns direcionados ao público infantil, buscando ensinar um pouco mais sobre as lendas e mitos que permeiam o folclore brasileiro, e outros para jovens e adultos, a exemplo da série *Cidade Invisível*, que é voltada para maiores de dezesseis anos.

Nos indivíduos folclóricos predomina a função imaginativa, que reveste e/ou afasta o real, gerando a interpretação folclórica. Quando são levados para a vida real, para uma cidade e vivem

com pessoas reais, humanas, a lenda vira história e é contada com características da mesma forma, reais. A série *Cidade Invisível* mostra que esses seres vivem ‘invisíveis’ na nossa sociedade. Mas, nesse contexto entre lenda e história, é possível observar a realidade que nos cerca é cheia de desafios e imperfeições. Infere-se que a série pretende se comunicar com uma linguagem que permeia o folclore, mas retrata a realidade.

Quem assistir sentirá desejo de ‘maratonar’, pois com um enredo envolvente e com uma catarse presente de maneira constante, o indivíduo será tomado por emoções e, certamente, verá a grande qualidade na discussão de todos os temas abordados, provocando ao telespectador um desejo de continuar a assistir a série e por saber mais sobre o folclore. Perceberá, ainda, a valorização da natureza e da cultura brasileira, além da alta qualidade das filmagens, história e atores desempenhando de forma excelente cada papel.

Além disso, *Cidade Invisível* resgata e traz para a nova geração questões sobre o folclore brasileiro, o qual vem sendo covardemente substituído e apagado pela incorporação da cultura estrangeira e desvalorização do que é nacional. Podemos afirmar que a série influencia na reflexão sobre as nossas raízes, da identidade como povo, provido de uma riquíssima cultura. Ademais, é uma excelente opção de entretenimento.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- \_\_\_\_\_. *O fetichismo na música e a regressão da audição*. São Paulo: Nova Cultural, 2000.
- ALVES, J. C. *Abecedário de Personagens do Folclore Brasileiro*. São Paulo, SP: Edições SESC, 2017.
- Amazon anuncia compra da MGM por U\$ 8,45 bilhões e esquentada guerra do streaming. Moneytimes, 2021. Disponível em: <<https://www.moneytimes.com.br/amazon-anuncia-comprada-mgm-por-u-845-bilhoes-e-esquentada-guerra-do-streaming/>> Acessado em: 10/06/2021.
- ARISTÓTELES. *Poética*. Tradução: Baby Abrão. In:



- Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 2000.
- AYALA, M.; AYALA, M. I. N. Cultura Popular no Brasil. São Paulo: Ática, 1987.
- BAUMAN, Z. O Mal-estar da Pós-modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- \_\_\_\_\_. Identidade: Entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005.
- BAZIN, A. O que é o cinema? São Paulo: Cosac Naify, 2014.
- BENJAMIN, W. A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica. Trad. Francisco De Ambrosio Pinheiro. Porto Alegre: Editora Zouk, 2012.
- BRANDÃO, C. R. O que é folclore? São Paulo, SP: Brasiliense, 2017.
- CAETANO, R. F; SILVA, R. N. P; ALVES, E. S. O território como elemento constituidor da identidade sociocultural dos povos e comunidades tradicionais: A Constituição Sócio-histórica da Comunidade Ribeirinha de São Carlos (Baixo Madeira, Porto Velho/RO). Revista Saberes da Amazônia, v. 2, p. 348-363, 2015. Disponível em: <<https://www.fcr.edu.br/ojs/index.php/saberesamazonia/article/view/208>> Acessado em: 02/05/2021.
- CÂMARA CASCUDO, L. Dicionário do Folclore Brasileiro. São Paulo: Ediouro, s/d.
- CARVALHO, R. B. O Flâneur na *Cidade Invisível*. In: VIII Seminário Nacional de Pesquisa em Arte e Cultura Visual, 2015, Goiânia. Anais do VIII Seminário Nacional de Pesquisa em Arte e Cultura Visual: arquivos, memórias, afetos. Goiânia: Núcleo Editorial FAV, 2015. v. 8. p. 80-805. Disponível em: <[https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/778/o/2015.Narrativas\\_renatacarvalho.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/778/o/2015.Narrativas_renatacarvalho.pdf)> Acessado em: 02/05/2021.
- CIDADE INVISÍVEL – 1ª Temporada. Produção de Carlos Saldanha. Série da *Netflix*. Disponível em: <<https://www.netflix.com/br/title/80217517>> Acessado em: 02/05/2021.
- CURY, D. A *Netflix* não vai democratizar o cinema e você já deveria saber disso. *Cinemação*, 2020.
- Disponível em: <<https://cinemacao.com/2020/07/21/a-netflix-nao-vai-democratizar-o-cinema-e-voce-ja-deveria-saber-disso/>> Acessado em: 10/06/2021.
- ECO, U. (Org.) História da Beleza. Tradução de Eliana Aguiar, Rio de Janeiro: Record, 2010.
- \_\_\_\_\_. (Org.) História da Feiúra. Tradução de Eliana Aguiar, Rio de Janeiro: Record, 2007.
- EDELWEISS, F. Apontamentos de Folclore. Salvador, BA: EDUFBA, 2001.
- FERRÃO, J. Intervir na Cidade: Complexidade, Visão e Rumo. In: Portas, Nuno; Domingues, Álvaro; Cabral, João (org.). Políticas Urbanas, Tendências, Estratégias e Oportunidades. Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, p. 218-225. Disponível em: <[http://home.fa.ulisboa.pt/~miarq4p5/PlanUrbano2011-12/JFerr%C3%A3o-Intervir%20na%20cidade\\_Pol%C3%ADticasUrbana.s.pdf](http://home.fa.ulisboa.pt/~miarq4p5/PlanUrbano2011-12/JFerr%C3%A3o-Intervir%20na%20cidade_Pol%C3%ADticasUrbana.s.pdf)> Acessado em: 02/05/2021.
- FERNANDES, F. O Folclore em Questão. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.
- GHIRALDELLI, P. J. Introdução à Filosofia. São Paulo: Manole, 2003.
- GOLOVATY, R. V. Cultura popular: saberes e práticas de intelectuais, imprensa e devotos de Santos Reis, 1945-2002. Dissertação de Mestrado. Uberlândia: UFU, 2005.
- HOUAISS, A. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- JENKINS, H. Cultura da convergência. São Paulo: Aleph, 2008.
- LÉVY, P. Cibercultura. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- LIMA, J. R. O indivíduo na sociedade líquido-moderna e a identidade nacional. Periódicos Eletrônicos, v. 9, n. 19, 2019. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bauman/article/view/9893/6538>> Acessado em: 08/12/2022.
- MACHADO, A. O sujeito na tela: modos de enunciação no cinema e no ciberespaço. São Paulo: Paulus, 2007.
- MORITA, J. H. Cidade invisível: É possível corrigir

a falta de representatividade na 2ª Temporada?.

Rolling Stone Brasil, 2021. Disponível em: <<https://rollingstone.uol.com.br/noticia/cidade-invisivel-e-possivel-corriger-falta-de-representatividade-na-2-temporada-entrevista/>> Acessado em: 08/12/2022.

OSCAR 2021: Todos os ganhadores do prêmio da Academia de Hollywood e onde vê-los. BBC, 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-56884979>> Acessado em: 08/12/2022.

PORTELLA, R. Religião, Sensibilidades Religiosas e Pós-Modernidade. Da ciranda entre religião e secularização. REVER - Revista de Estudos da Religião, n. 2, p. 71-87, 2006. Disponível em: <[https://www.pucsp.br/rever/rv2\\_2006/p\\_portella.pdf](https://www.pucsp.br/rever/rv2_2006/p_portella.pdf)> Acessado em: 03/05/2021.

ROCHA, E. O que é Mito. São Paulo: Brasiliense, 7ª Ed, 1996.

ROCHA, G. Cultura Popular: Do Folclore ao Patrimônio. Revista Mediações (UEL), v. 14, p. 218-236, 2009. Disponível em <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/3358>> Acessado em: 02/05/2021.

SANCHIS, P. As religiões dos Brasileiros. Horizonte – Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião, Vol. 1, n. 2, p. 28-43, 1997. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/412>> Acessado em: 12/02/2021.

SILVA, D. N. "Corpo-seco". Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilescola.uol.com.br/folclore/corpo-seco.htm>>. Acessado em: 24/06/2021.

\_\_\_\_\_. "Tutu". Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilescola.uol.com.br/folclore/tutu.htm>> Acessado em: 24/06/2021.

Sucesso em mais de 40 países, *Cidade Invisível* terá 2ª temporada na *Netflix*. Disponível em: <<https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/series/sucesso-em-40-paises-cidade-invisivel-e-renovada-para-2-temporada-pela-netflix->> Acessado em: 10/06/2021.

VILHENA, L. R. Projeto e Missão. O Movimento Folclórico Brasileiro, 1947-1964. Rio de Janeiro: Funarte/Fundação Getulio Vargas, 1997.



## GEOGRAFIA DA AIDS EM RORAIMA: PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DOS SOROPOSITIVOS

### GEOGRAPHY OF AIDS IN RORAIMA: EPIDEMIOLOGICAL PROFILE OF SEROPOSITIVES

DOI: <https://doi.org/10.24979/ambiente.v15i2.1130>

Ancleiton da Cunha Bezerra - Universidade Estadual de Roraima/UERR (<http://lattes.cnpq.br/3176645666606987>)

Osvair Brandão Mussato - Universidade Estadual de Roraima/UERR (<https://orcid.org/0000-0002-2254-5357>)

Heila Antonia das Neves Rodrigues - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima/IFRR (<https://orcid.org/0000-0003-3461-8565>)

**Resumo:** A AIDS é uma doença ocasionada pelo vírus HIV e se caracteriza pelo enfraquecimento do sistema de defesa do corpo e pelo advento de enfermidades oportunistas (Brasil, 2018). Segundo a UNAIDS (2017) há cerca de 36,9 milhões de pessoas que vivem com o vírus HIV no mundo e desse total 75% conhecem seu estado sorológico. O presente trabalho está pautado na área da geografia da saúde, e tem como objetivo identificar o perfil epidemiológico dos soropositivos e analisar a ocorrência de casos de HIV/AIDS no Estado de Roraima entre os anos de 2010 a 2018. Esta pesquisa é de suma importância para a sociedade como um todo, pois através do estudo é possível investigar o assunto que ainda é um tabu para algumas pessoas em pleno século XXI. Desta forma a metodologia utilizada nesse trabalho para obtenção dos dados ocorreu de maneira bibliográfica e documental. Com base nas informações coletadas nos sites do MS, SINAN, SVS, SIM, SISCEL, SICLOM, DANTPS, DCCI e no IBGE, foi possível montar no programa Excel as tabelas e gráficos da quantidade populacional e os números de pessoas infectadas com o vírus HIV e as diagnosticadas com a AIDS, como também a quantidade de óbitos ocorridos por consequência da doença. Os resultados apontam que Roraima, segue uma tendência de aumento na taxa de incidência de HIV, enquanto a nível de Brasil a taxa de incidência vem diminuindo entre os anos pesquisados.

**Palavras-chave:** Geografia da Saúde. HIV. AIDS. Perfil Epidemiológico. Roraima.

**Abstract:** The AIDS is a disease caused by the HIV virus and is characterized by the weakening of the body's defense system and the advent of opportunistic diseases (Brasil, 2018). According to UNAIDS (2017) there are about 36.9 million people living with the HIV virus in the world and of this total, 75% know their serological status. The present work is based on the area of geography of health, and aims to identify the epidemiological profile of seropositive people and analyze the occurrence of HIV/AIDS cases in the State of Roraima between the years 2010 to 2018. This research is of paramount importance for the society as a whole, because through the study it is possible to investigate the subject that is still a taboo for some people in the 21st century. In this way, the methodology used in this work to obtain the data occurred in a bibliographical and documentary way. Based on the information collected on the MS, SINAN, SVS, SIM, SISCEL, SICLOM, DANTPS, DCCI and IBGE websites, it was possible to assemble the table and graphs of the population quantity and the number of people infected with the HIV virus in the Excel program and those diagnosed with AIDS, as well as the number of deaths that occurred as a result of the disease. The results show that Roraima follows an increasing trend in the HIV incidence rate, while in Brazil the incidence rate has been decreasing between the years surveyed.

**Keywords:** Geography of Health. HIV. AIDS. Epidemiological Profile. Roraima.



## INTRODUÇÃO

O estado de Roraima é uma das 27 federações brasileiras e possui um território de aproximadamente 224.300,805 Km<sup>2</sup>. É composto por 15 municípios e Boa Vista sendo a sua capital concentra a maior parcela da população, aproximadamente 399,213 hab. em 2019 (IBGE, 2019).

A pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender se houve aumento ou estabilidade nos casos de HIV/AIDS em Roraima, pois, partindo da realidade das pessoas que vivem hoje com o HIV e AIDS, é possível notar que em pleno século XXI nossa sociedade ainda é extremamente preconceituosa com os soropositivos.

O objetivo principal consiste em identificar o perfil epidemiológico dos soropositivos e analisar a ocorrência de casos de HIV/AIDS no Estado de Roraima entre os anos de 2010 a 2018. Tendo como base inicial para uma melhor compreensão do assunto a Geografia da Saúde, pois a partir dessa ciência vamos entender como a doença se propaga e, se relaciona com o homem no seu espaço vivido e de que maneira as políticas públicas com base nas informações prestadas nos boletins epidemiológicos vão corroborar para uma melhora na vida dos soropositivos.

Pesquisa, de caráter exploratório, utilizou-se de metodologia pautada em revisão bibliográfica e documental. A primeira está relacionada a buscar em fontes como monografias, teses, artigos científicos e livros, com o intuito de agregar contribuições de vários autores a respeito do tema. A pesquisa documental, por sua vez, utiliza-se de dados obtidos em relatórios e boletins que tratam os casos específicos do HIV/AIDS que foram solicitados à Secretaria de Estado de Saúde (SESAU). Dessa maneira foi possível analisar os dados

No entanto, para que fosse possível compreender a questão da doença no Estado foi necessário analisar primeiramente o contexto que se encontra o país. O Brasil teve cerca de 343.158 mil pessoas diagnosticadas com AIDS entre os anos de 2010 a 2018 (TABELA 1), e a categoria com o maior aumento no número de casos de infecção pelo HIV são os heterossexuais masculinos e femininos entre os anos de 2010 a 2018 (tabela 3).

Em relação aos óbitos, os números são bem preocupantes, pois na região Sudeste onde está concentrada a maior parcela da população brasileira, os dados analisados mostram que cerca de 43.603 mil pessoas entre os anos de 2010 a 2017 vieram a óbitos no país. Por outro lado, a região Norte ficou em penúltimo lugar com cerca 8.728 mil pessoas que vieram a óbito em decorrência da AIDS (tabela 2).

Ao analisar a situação do estado de Roraima, os números mostram que cerca de 990 pessoas foram diagnosticadas com o vírus HIV entre os anos de 2010 a 2018. O grupo com o maior aumento no número de notificação confirmadas por AIDS são os heterossexuais, não sendo muito diferente do restante do país entre os anos de 2010 a 2018 (tabela 7). Os óbitos relacionados a AIDS registrados tiveram uma estabilidade entre os anos de 2010 a 2017, apenas o município de Boa Vista teve números mais altos que chegaram a 173 óbitos entre os anos pesquisados (tabela 8).

## GEOGRAFIA DO HIV/AIDS NO BRASIL

A AIDS é uma doença ocasionada pelo vírus HIV e se caracteriza pelo enfraquecimento do sistema de defesa do corpo e pelo advento de enfermidades oportunistas (Brasil, 2018). Segundo a UNAIDS (2017) cerca de 36,9 milhões de pessoas vivem com o vírus HIV no mundo e desse total 75% conhecem seu estado sorológico.

Em meados do século XX, o vírus HIV foi descoberto por pesquisadores em macacos (macaco verde) na África Central, como também nos chimpanzés que habitavam florestas da República dos Camarões, no Oeste da África e parte do Gabão, de acordo com pesquisas realizadas constatou-se que os primatas tinham o vírus em seu corpo e ao ingerir sua carne mal cozida, mantendo o sangue e excreção, ou por arranhões e mordidas, fatos ocasionados pelo contato íntimo do ser humano com o macaco resultando assim na infecção humana pelo vírus (VERONESIE FOCACCIA, 1991; FORATTINI, 1993; RODRIGUES, 2015; UJVARI, 2008).

E com a disseminação da doença pelo continente africano e a facilidade no deslocamento entre países, a propagação da doença para outros continentes deu-se de maneira muito acelerada, chegando ao continente Americano, primeiramente

nos Estados Unidos no início da década de 1980. Pinto et al. (2007, p. 45) expuseram que primeiramente detectou-se a AIDS nos Estados Unidos da América, mais precisamente em São Francisco na década de 1980.

A síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS) foi reconhecida em meados de 1981, nos EUA, a partir da identificação de um número elevado de pacientes adultos do sexo masculino, homossexuais e moradores de San Francisco, que apresentaram “sarcoma de Kaposi”, pneumonia por *Pneumocystiscariniie* comprometimento do sistema imune, os quais, sabemos, hoje são características típicas da AIDS.

O HIV foi se alastrando no continente americano e não demorou para que chegasse ao Brasil. O primeiro caso de AIDS ocorreu em 1982 no estado de São Paulo. De início o vírus se manteve concentrado nas metrópoles (principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro), ainda na década de 80 começou a propagar-se para as cidades de pequeno porte de maneira que não era possível frear o vírus que logo se alastrou pelo país.

A década de 1990 registrou um grande avanço da doença em diversas regiões do planeta. No Brasil, os elevados números de casos da doença denotam a dimensão do problema de saúde pública vivenciado, não se restringindo parcelas exclusivas da população (SANTO, PINHEIRO, JORDANI, 2000; LAZARINI, 2012).

**Tabela 1:** Casos de AIDS notificados no Sinan, declarados no SIM e registrados no Siscel/Siclom. Brasil, 2010-2018.

Brasil	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
População (milhões)	194.890	196.604	198.315	200.000	201.717	203.475	205.156	206.805	208.500
Nº de casos	40.292	42.273	42.184	43.269	42.122	40.649	39.107	37.791	15.471
Taxa de incidência	20,67	21,50	21,27	21,63	20,88	19,97	19,06	18,27	7,42

**Fonte:** MS/SVS/Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV/AIDS e das Hepatites Virais. Organizada pelo autor.

É possível notar que a partir do ano de 2010 os casos de HIV/AIDS no Brasil tiveram um leve aumento até 2013, a partir daí o número de casos registrados apresentou uma queda significativa até o ano de 2018. A taxa de incidência do vírus no país também vem caindo desde o ano de 2013, tendo um destaque maior de redução o ano de 2018 com 7,42 infecções para cada 100.000/hab., como mostram os dados analisados do último Boletim Epidemiológico das Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST/AIDS 2018. A tabela 1 evidenciou que entre 2010 e 2018 foram registrados 344.700 casos de AIDS no Brasil. É certo que “[...] essa redução na taxa de

deteção tem sido mais acentuada desde a recomendação do ‘tratamento para todos’, implementada em dezembro de 2013 [...]”, Brasil (2018 p. 5).

Contudo, foram registrados anualmente uma média de 40 mil novos casos de AIDS nos últimos cinco anos, entre os anos de 1980 a 2017 em todo o país. O número anual de casos de AIDS vem diminuindo como já mencionado. O Brasil é um país com extensão territorial de 8.510.820,623 km<sup>2</sup> (IBGE, 2019) e concentra os maiores índices de casos confirmados nas regiões Sudeste e Sul, como demonstram os dados no último Boletim Epidemiológico (MINISTÉRIO DA SAÚDE 2018, p. 10) que ilustra a distribuição proporcional no território

A distribuição proporcional dos casos de AIDS, identificados de 1980 até junho de 2018, mostra uma concentração nas regiões Sudeste e Sul, correspondendo cada qual a 51,8% e 20,0% do total de casos, respectivamente; as regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste correspondem, respectivamente a 15,8%, 6,4% e 6,1% do total dos casos. Nos últimos cinco anos (2013 a 2017), a região Norte apresentou uma média de 4,4 mil casos ao ano; o Nordeste, 9,0 mil; o Sudeste, 16,1 mil; o Sul, 8,2 mil; e o Centro-Oeste, 2,9 mil.

A região Sudeste tem uma distribuição maior de casos de HIV/AIDS do Brasil, pois é nessa parte do país que está localizado o estado mais populoso, que é São Paulo, com uma população estimada para 2019 de 45.919.049 hab. (IBGE, 2019).

Os óbitos também apresentaram um decréscimo de 15,8% entre 2014 e 2017, como informa o Sistema de Mortalidade (SIM) que registrou um total de 11.463 óbitos, com uma taxa de mortalidade de 4,8/100.000 habitantes, decorrente do tratamento para todos e da ampliação do diagnóstico precoce da infecção pelo HIV (BRASIL, 2018).

No entanto, ao analisar os dados confirmados de óbitos no Brasil, observou-se que apenas as regiões Sudeste e Sul tiveram uma queda no registro de óbitos entre os anos 2010 a 2017 já o Nordeste, Norte e Centro-Oeste tiveram um aumento como mostra a tabela 2.

**Tabela 2:** Óbitos por causa básica AIDS, segundo região por ano do óbito. Brasil, 2010-2017

Regiões	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
<b>Brasil</b>	12.151	12.151	12.073	12.564	12.575	12.667	12.470	11.463	<b>98.114</b>
<b>Sudeste</b>	5.788	5.727	5.540	5.540	5.648	5.437	5.278	4.645	<b>43.603</b>
<b>Sul</b>	2.589	2.575	2.525	2.643	2.547	2.539	2.430	2.293	<b>20.141</b>
<b>Nordeste</b>	2.061	2.212	2.332	2.512	2.469	2.683	2.679	2.542	<b>19.490</b>
<b>Norte</b>	939	926	904	1.135	1.165	1.177	1.274	1.208	<b>8.728</b>
<b>Centro-Oeste</b>	774	711	772	734	746	831	809	775	<b>6.152</b>

Fonte: MS/SVS/DANTPS/Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Organizada pelo autor.

A redução dos óbitos nas duas maiores regiões do país (tabela 2), é reflexo do diagnóstico precoce da infecção, pois ele tem um papel fundamental no combate à doença, uma vez que, a população ao saber que está infectada com o vírus HIV, automaticamente vai buscar os meios de tratamentos com os antirretrovirais, aumentando assim a sua perspectiva de vida.

As outras regiões tiveram um aumento nos registros de óbitos como mostram os dados na tabela 2, esse fato possivelmente se deve ao não tratamento para todos e também o diagnóstico da infecção de maneira precoce. Os números só mostram o quanto se faz necessário investir na divulgação de campanhas e no tratamento com os antirretrovirais para que as pessoas que já saibam seu estado sorológico queiram iniciar o quanto antes o tratamento, fazendo com que os índices de mortalidade venham diminuir nessas regiões.

## PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DO HIV/AIDS NO BRASIL

A AIDS é considerada uma síndrome infectocontagiosa e destrutiva atingindo todas as faixas etárias, levando a ser considerada uma das mais graves epidemias da história da humanidade (MALTA; BASTOS, 2008).

A doença não escolhe um alvo, contudo existem os chamados grupos de risco, segundo os dados apresentados nos boletins epidemiológicos. Sobre esses grupos, é possível que entre os anos 1980 até o final da década de 90, tanto os pesquisadores como os profissionais da saúde através de estudos considerassem como grupo de risco de contágio com AIDS os homossexuais masculinos, os hemofílicos e os usuários de drogas injetáveis (LAZARINI, 2012; BASTOS, SZWARCOWALD, 1999).

Contudo, o chamado grupo de risco, desde a

década de 1990 vem sofrendo grandes modificações se disseminando principalmente na população pobre. A esse respeito Bastos e Barcellos (1995, p. 57) relatavam que

O Brasil apresenta hoje, segundo os indicadores disponíveis, uma epidemia em expansão, com tendência a se disseminar para a dita "população geral", principalmente entre aqueles com menor renda e/ou menor nível educacional, que constituem a sua vasta maioria. Cresce a participação proporcional das categorias de exposição transmissão heterossexual e uso injetável de drogas. As mulheres vêm sendo crescentemente atingidas, seja por novas infecções, seja pela AIDS.

Arelado a esse mesmo pensamento de que as mulheres mais pobres e que trabalham com sexo são mais sujeitas a serem infectadas com o vírus, Parker e Camargo Junior (2000, pág. 10) descrevem a vulnerabilidade dessa classe de mulheres

[...] que mulheres pobres são mais vulneráveis que as que não o são, que as mulheres pobres jovens são mais vulneráveis que as mais velhas pertencentes ao mesmo estrato, que as mulheres pobres jovens sem alternativas econômicas viáveis além do trabalho com sexo são mais vulneráveis do que aquelas que dispõem de outras opções econômicas e assim por diante.

Estudos mais recentes atestam que os casos de HIV vêm crescendo nas mulheres casadas. Essas têm em seu casamento uma falsa segurança. Nas relações duradouras o uso de preservativos é dispensável, sendo algo inegociável para alguns homens, expondo, assim, um número cada vez maior de mulheres casadas ao vírus (FELIX, CEOLIM, 2012)

Consequentemente, é difícil saber com precisão o número de pessoas infectadas pelo vírus no país. O Ministério da Saúde estima que dois terços das pessoas portadoras do HIV no Brasil ainda não sabem da sua condição sorológica, evidenciando que o número de pessoas infectadas é bem superior ao de pessoas que são diagnosticadas portadoras do vírus (CAMURÇA et al. 2013)

Essas pessoas que não sabem seu estado sorológico vão de alguma maneira passar adiante o vírus que está no seu corpo incubado. Até aparecer os sintomas da doença outras pessoas já foram infectadas devido ao não diagnóstico precoce. Essa atitude acontece de forma normal, pois as pessoas acham no seu íntimo que esse tipo de acontecimento pode acontecer com os outros e não com ela.



O último boletim epidemiológico (2018) mostra que o índice e a porcentagem de casos de HIV/AIDS não estão mais relacionados somente aos chamados grupos de risco como era nos anos de 1980 a 1990. A tabela 3 mostra que a quantidade de casos no grupo de heterossexuais masculino aumentou nos anos 2010 a 2018. O grupo de heterossexuais feminino obteve um crescimento bem significativo, chegando em alguns anos ultrapassar o número de casos em homossexuais (tabela 3) que a nível de Brasil ainda são a maioria atingida pelo vírus. Chama atenção os números de casos de AIDS nos usuários de drogas injetáveis que também tiveram um destaque no ano de 2014 com cerca de 129 pessoas com a doença.

Os chamados grupos de risco já não existem mais, pois os números de casos registrados no Sinan revelam que o HIV vem aumentando de maneira bem significativa a partir 2010, tanto nos homossexuais, bissexuais e heterossexuais.

Entre os anos de 2010 à 2018, os casos de HIV aumentaram entre homossexuais, assim como entre os heterossexuais femininos o ápice desses casos em mulheres foi entre os anos de 2010 à 2013, ultrapassando os casos em homossexuais, bissexuais e heterossexuais masculinos (tabela 3).

Desta forma, compreende-se, que já não existem uma categoria de maior risco em relação ao HIV, todos estão sujeitos a infecção, pois quando começou a epidemia existia os chamados grupos de risco, como pode ser analisado isso não existe mais.

A medicina avançou bastante no combate à doença no Brasil nos últimos anos, todavia, não com equidade entre as diferentes regiões. Ainda assim é importante destacar os avanços observados quando se compara início deste século.

### PROGRAMA HIV/AIDS, AVANÇOS REGISTRADOS

Em decorrência da grande dimensão territorial do Brasil e sua grande diversidade cultural, observa-se a importância de atuação dos programas de combate e prevenção ao HIV/AIDS, atuantes em vários estados brasileiros e no Distrito Federal. Pinto et al., (2007, p. 46) descrevem que esse programa tem vários objetivos a atingir

Hoje o Programa Nacional de DST e AIDS, juntamente com seus parceiros, atua nos 27 estados da Federação, no Distrito Federal e em 390 municípios, que apresentam 80% do número de casos de AIDS no país. Os objetivos do Programa Nacional de DST e AIDS são: reduzir a incidência da infecção pelo HIV/AIDS e outras DST; ampliar o acesso e melhorar a qualidade do diagnóstico, tratamento e assistência aos portadores do HIV/AIDS e outras DST; e fortalecer as instituições públicas e privadas responsáveis pelo controle das DST/HIV/AIDS.

Em 1992 o governo federal, seis anos depois da descoberta do antirretroviral Zidovudina (AZT), deu início então ao programa de distribuição dos antirretrovirais (ARV) para combater o vírus, convergindo para a redução na mortalidade de pessoas com HIV/AIDS no Brasil. Pinto et al., (2007, p. 48), a esse respeito, ressaltam que

**Tabela 3:** Casos de HIV notificados no Sinan (número e percentual) em indivíduos com 13 anos de idade ou mais, segundo categoria de exposição hierarquizada, por sexo e ano de diagnóstico. Brasil, 2010-2018

Categoria de Exposição	2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018			
	n°	%	n°	%	n°	%	n°	%	n°	%	n°	%	n°	%	n°	%	n°	%		
<b>MASCULINO</b>																				
Sexual	Homossexual	2376	44,3	3135	46,1	3806	49,6	5434	50,0	8621	49,4	11370	51,4	12533	51,7	14159	53,6	5708	52,5	
	Bissexual	529	9,9	657	9,7	707	9,2	1010	9,3	1669	9,6	2015	9,1	2266	9,4	2474	9,4	1030	9,5	
	Heterossexual	2189	40,8	2663	39,2	2867	37,3	4084	37,6	6539	37,5	8016	36,1	8644	35,7	9027	34,1	3794	34,9	
Sanguínea	UDI <sup>1</sup>	230	4,3	297	4,4	248	3,2	271	2,5	425	2,4	473	2,1	467	1,9	407	1,5	160	1,5	
	Hemofílico	0	0,0	0	0,0	1	0,0	2	0,0	6	0,0	3	0,0	6	0,0	7	0,0	1	0,0	
	Transfusão	1	0,0	3	0,0	1	0,0	1	0,0	4	0,0	1	0,0	5	0,0	4	0,0	3	0,0	
<b>Total</b>	<b>5325</b>	<b>99,3</b>	<b>6755</b>	<b>99,4</b>	<b>7630</b>	<b>99,3</b>	<b>10802</b>	<b>99,4</b>	<b>17264</b>	<b>98,9</b>	<b>21878</b>	<b>98,7</b>	<b>23921</b>	<b>98,7</b>	<b>26078</b>	<b>98,6</b>	<b>10696</b>	<b>98,4</b>		
<b>FEMININO</b>																				
Sexual	Heterossexual	3178	96,5	3409	96,5	4104	96,9	5727	97,4	8021	97,1	9540	96,6	9703	96,8	10020	96,9	4110	96,6	
	Sanguínea	UDI <sup>10</sup>	76	2,3	89	2,5	87	2,1	82	1,4	129	1,6	155	1,6	119	1,2	124	1,2	54	1,3
		Hemofílico	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Transfusão		1	0,0	0	0,0	0	0,0	3	0,1	2	0,0	6	0,1	7	0,1	4	0,0	3	0,1	
<b>Total</b>	<b>3255</b>	<b>98,8</b>	<b>3498</b>	<b>99,0</b>	<b>4191</b>	<b>99,0</b>	<b>5812</b>	<b>98,9</b>	<b>8152</b>	<b>98,7</b>	<b>9701</b>	<b>98,3</b>	<b>9829</b>	<b>98,1</b>	<b>10148</b>	<b>98,1</b>	<b>4167</b>	<b>98,0</b>		

Fonte: MS/SVS/Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV/AIDS e das Hepatites Virais. Organizada pelo autor.

1 Usuários de Drogas Injetáveis

A distribuição dos anti-retrovirais (ARV) permitiu reduzir em 50% a mortalidade por AIDS no Brasil, e aumentou em 80% o tratamento para as doenças oportunistas, o que reflete melhor qualidade de vida das pessoas que vivem com HIV/AIDS.

A distribuição desses medicamentos é feita pelo Sistema Único de Saúde (SUS) através dos profissionais capacitados que analisam caso a caso e orientam os pacientes a utilizarem de forma correta esses remédios, implicando numa melhora na qualidade de vida do indivíduo (FELIX, CEOLIM, 2012). É necessário, contudo, a continuidade do tratamento para que se obtenha resultados positivos pelo paciente.

Mesmo com vários avanços no ramo da saúde e os programas de prevenção, Ayres (2002) alerta que há ainda uma fragilidade na questão social que engloba fatores preponderantes que vão favorecer a proliferação da AIDS como a pobreza, a exclusão de base racial; a aspereza de papéis e comportamentos nas afinidades de gênero; a intolerância à distinção, especialmente de opção sexual, que vai gerar atrasos no combate à doença.

O momento vivido na atualidade contrasta daquele dos anos 1980 quando a epidemia começou e que quem tinha AIDS já estava sentenciado a morte, pois ainda não havia um tratamento para a doença ou uma forma de controlá-la, a chegada do tratamento antirretroviral possibilitou homens e mulheres a sonharem em ter uma vida normal e serem pais e mães, recebendo assim uma nova oportunidade de prolongamento de vida (AYRES, 2002; RODRIGUES, 2015).

Uma das lições aprendidas na luta contra o HIV/AIDS é que não pode haver um uso do medo para com as pessoas a respeito da doença, pois já se percebeu que isso não funciona. Dessa maneira o caminho consiste em trabalhar em campanhas educativas e publicidades para que as informações corretas cheguem até as pessoas. Como corrobora Ayres (2002, p. 21) afirmando que

Alternativas ao terror já vêm sendo desenvolvidas com sucesso pelo Programa brasileiro. As campanhas de Carnaval são um bom exemplo de como se pode fazer campanha educativa sem terror. Mas para além do Carnaval, as ações que, direta ou indiretamente, a Coordenação Nacional de DST/AIDS sustenta têm, em grande medida, privilegiado o recurso ao lúdico, ao erotismo e à problematização das diversas situações cotidianas nas quais o problema da vulnerabilidade à infecção

se manifesta e este parece ser um dos segredos dos êxitos alcançados no campo da prevenção no Brasil.

Dessa maneira, as campanhas de prevenção vêm alcançando maior número de pessoas, em diferentes faixas etárias e níveis sociais pois as campanhas e publicidades chegam onde os profissionais da saúde não conseguem chegar, de forma a abranger um público maior e tendo resultados positivos.

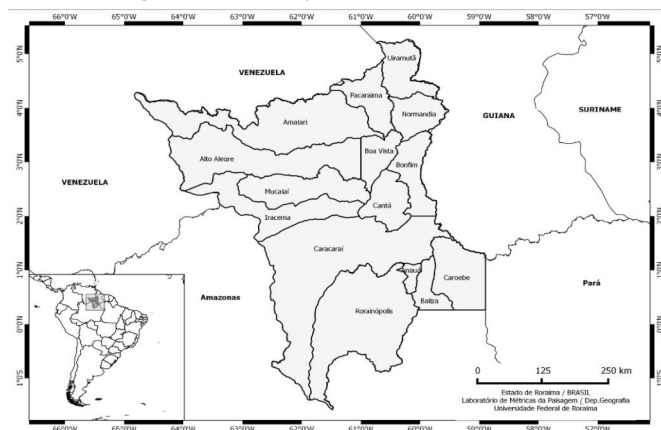
## A EMERGÊNCIA DO HIV/AIDS EM RORAIMA

Roraima é considerado estado desde a constituição de 1988, tem um território de aproximadamente 224.300,805 Km<sup>2</sup>, possui 15 municípios e com uma população de aproximadamente 576.568 hab. (IBGE, 2018). É o estado com a maior porcentagem indígena do país com cerca de 10% do número total de habitantes (IBGE, 2018)

O HIV por se tratar de um vírus de fácil transmissão pode se disseminar de norte a sul no território de um país, e que não havendo um controle logo os casos vão evoluir ocasionando assim a AIDS que é uma doença crônica tratável. O primeiro relato de AIDS diagnosticado oficialmente no estado de Roraima foi no ano 1988, mais precisamente na cidade de Boa Vista (RORAIMA, 2012; RODRIGUES, 2015).

A posição geográfica de Roraima e sua extensa faixa de fronteira com a Venezuela ao norte e a oeste, e com a Guiana ao leste (Figura 1) evidenciam a situação de vulnerabilidade da população à AIDS.

Figura 1: Localização do Estado de Roraima.



Fonte: Laboratório de Métricas da Paisagem (MEPA/UFRR), 2019.

O estudo de incidência de AIDS na faixa de fronteira revelou a predominância da transmissão sexual, principalmente na categoria heterossexual, incluindo mulheres, jovens e pessoas com pouca, ou nenhuma escolaridade, na rede de causalidade da doença. Os resultados deste estudo descreveram a incidência da AIDS em mulheres, na faixa etária de 14-43 anos e na categoria de transmissão heterossexual, e a incidência em homens, na mesma faixa etária e na categoria de transmissão de uso de drogas injetáveis. Sabe-se que a prática de sexo não-seguro e/ou do comércio sexual não-negociável, principalmente nas regiões caracterizadas pela iniquidade social e por violências, expõe mulheres jovens com pouca escolaridade, ou nenhuma, à epidemia de AIDS (RODRIGUES JUNIOR e CASTILHO, 2010, p. 546).

Os estados que fazem fronteira com outros países têm essa fragilidade na questão da disseminação do vírus, pois há uma maior circulação de pessoas. Segundo Corado (2014, p. 45) essa circulação é decorrente de diversas atividades “[...] que envolvem desde atividades turísticas (que incluem o turismo sexual) a atividades econômicas (como o garimpo) e atividades criminosas (como o tráfico e exploração de mulheres) [...]”. E esse fluxo de entra e sai torna-se um espaço crítico para a disseminação da doença.

Outro fator que contribui com o aumento dos casos de AIDS são os garimpos ilegais citado por Peiter (2005, p.185) “[...] principalmente no município de Uiramutã. As vilas e corruptelas dos garimpos são espaços de alta vulnerabilidade à AIDS, pela precariedade da vida e o elevado índice de prostituição que os caracteriza [...]”.

Embora a realidade dos garimpos ilegais como cita o autor acima não mudou no estado, o que mudou foi apenas a localização deles, que agora estão concentrados nos municípios de Amajari e Mucajaí, todos eles em terras indígenas.

Esses são alguns dos fatores que estimularam o aumento de infecções pelo HIV em Roraima. Na tabela 4, observa-se que entre os anos de 2010 a 2018 os casos de HIV aumentaram. Chama a atenção os índices de casos confirmados em 2017 que chegaram a 224 notificações o maior entre os anos pesquisados.

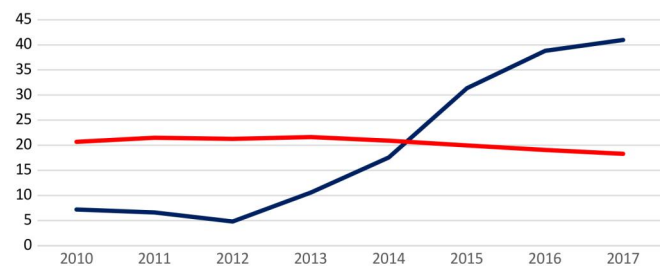
**Tabela 4:** Casos de HIV e Incidência notificados no Sinan, em residência por ano de diagnóstico - Roraima, 2010-2018.

Roraima	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
População	458.820	469.544	480.290	491.066	501.970	513.328	525.967	546.885	576.568
Núm. de casos	33	31	23	52	88	161	204	224	174
Incidência	7,19	6,60	4,78	10,58	17,53	31,36	38,78	40,95	30,17

**Fonte:** MS/SVS/Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV/AIDS e das Hepatites Virais. Organizada pelo autor.

Os dados mostrados (tabela 4), ainda revelam que Roraima entre os anos pesquisados, teve índices positivos e negativos quanto aos registros nos números de casos. Entre os anos de 2010 a 2012 teve uma breve estabilidade nos registros de casos. E entre os anos de 2013 a 2017 os índices de notificações do HIV aumentaram de maneira significativo chegando em 2017 a com 224 casos e com uma incidência de 40,95 pessoas para cada 100 mil hab. no estado. Ao fazer a comparação da taxa de incidência de casos de HIV em Roraima em nível de Brasil, percebemos que o país ficou praticamente estável, enquanto Roraima teve um aumento muito elevado, saltando 4,8 em 2012 para 40,95 em 2017 como mostra o gráfico 1.

**Gráfico 1:** Taxa de Incidência<sup>2</sup> de HIV – Roraima – Brasil, 2010 A 2017.



**Fonte:** MS/SVS/Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV/AIDS e das Hepatites Virais. Organizada pelo autor.

Esse aumento na taxa de incidência no estado, revela que as estratégias dos órgãos de saúde precisam ser melhoradas e ampliadas rapidamente, para então obter a redução desses números ou pelo menos igualar se ao quantitativo do país.

Quando se faz a comparação dos dados estaduais (tabela 4) com os regionais (tabela 5) nota-se que Roraima com população de 576.568 hab. a cada ano vem obtendo um crescimento de casos de HIV ficando na frente do estado do Acre, cuja população estimada em 869.265 hab. Porém, devemos considerar que a população local é inferior aos demais estados da região Norte.

Ao analisar o número de casos de HIV confirmados em Roraima observou-se que esse número desde o ano de 2010 vem aumentando. O ano de menor incidência de casos de HIV no estado foi

2 A taxa de incidência é obtida quando se divide os números totais de casos de AIDS pela quantidade da população residente e em seguida multiplica-se o resultado por 100.000 mil.



em 2012 como mostra os dados analisados (tabela 5), com cerca de 23 casos notificados, por outro lado, o ano de 2017 bateu recordes e registrou cerca de 224 casos notificados no SINAN.

**Tabela 5:** Casos de HIV notificados no Sinan, segundo UF e região de residência por ano de diagnóstico. Brasil, 2010-2018

UF de residência	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
<b>Brasil</b>	<b>10262</b>	<b>12174</b>	<b>13974</b>	<b>19712</b>	<b>30259</b>	<b>37749</b>	<b>40065</b>	<b>42420</b>	<b>17248</b>	223.863
<b>Norte</b>	<b>485</b>	<b>547</b>	<b>656</b>	<b>1014</b>	<b>2468</b>	<b>3585</b>	<b>4086</b>	<b>4306</b>	<b>1920</b>	19067
Pará	304	285	345	476	1039	1235	1531	1693	664	7572
Amazonas	70	110	122	258	711	1361	1504	1509	740	6385
Tocantins	22	22	32	75	221	236	239	275	171	1293
Rondônia	22	37	50	64	202	255	280	232	4	1146
Amapá	30	45	66	67	129	221	218	224	89	1089
Roraima	33	31	23	52	88	161	204	224	174	990
Acre	4	17	18	22	78	116	110	149	78	592

**Fonte:** MS/SVS/Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV/AIDS e das Hepatites Virais. Organizada pelo autor.

Roraima ficou em 6° lugar entre os estados da região norte em números de casos de HIV (tabela 5), essa posição chama atenção, considerando que a cada ano a população aumentará e esses casos registrados também deverão seguir o mesmo ritmo e irão consequentemente aumentar. Ao fazer a análise e distribuição de casos de AIDS confirmados nos municípios, nota-se que o município com maior número de casos registrados é Boa Vista (tabela 6), isso acontece devido o município concentrar a maior parte da população do estado.

**Tabela 6:** Casos de AIDS notificados no SINAN, declarados no SIM e registrados no SISCEL/SICLOM por ano de diagnóstico, Roraima 2010 – 2018.

Municípios De Roraima	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	n°	n°	n°	n°	n°	n°	n°	n°	n°
Alto Alegre	2	1	4	1	2	0	2	2	0
Amajari	0	0	0	1	0	1	0	0	1
Boa Vista	136	117	118	138	117	128	162	163	86
Bonfim	3	1	3	3	1	0	1	2	4
Cantá	4	3	3	1	3	4	1	3	1
Caracarái	2	3	1	1	3	4	4	3	2
Caroebe	1	1	0	1	1	0	0	3	4
Iracema	1	1	0	1	1	2	1	1	0
Mucajaí	3	5	7	3	9	6	4	0	0
Normandia	2	1	0	1	2	0	0	0	0
Pacaraima	3	4	3	2	6	3	3	2	3
Rorainópolis	4	7	0	4	3	6	3	5	5
S. J. Baliza	2	0	1	1	0	3	0	1	1
São Luís	2	0	0	0	0	1	2	2	0
Uiramutã	1	0	0	1	2	0	0	2	0
Total	166	144	140	159	150	158	183	189	107

**Fonte:** MS/SVS/DCCI – Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Organizada pelo autor.

Em 2019 a população aproximada de Boa Vista era de 399,213 hab. (IBGE, 2019), o auge de casos notificados de AIDS foi em 2017 que chegou a registrar 163 pessoas com a doença. Um dos fatores prováveis para esse aumento de casos, relaciona-se a imigração de pessoas oriundas da Venezuela. O aumento da população também elevou o consumo de drogas, a prostituição e a circulação de pessoas,

possibilitando a livre circulação do vírus do HIV.

Já Mucajaí e Rorainópolis no ano de 2019, contava com uma população estimada de 17.853 hab. e 30.163 hab. respectivamente (IBGE, 2019), ambos com 37 casos de AIDS confirmados, sendo que Rorainópolis é o segundo maior município em população.

O município de Pacaraima fica localizado ao norte do estado contava com uma população estimada de 17.401 hab. em 2019 (IBGE, 2019), é um município fronteiriço e de maior fluxo de imigrantes do estado, se manteve instável quanto aos registros de AIDS nos anos pesquisados. Teve um aumento significativo apenas em 2014 com 6 casos confirmados da doença.

Em contra partido no município de Amajari havia uma população estimada para 2019 em 12.796 hab. (IBGE, 2019), entre os anos de 2010 a 2018 obteve apenas o registro de 3 casos de AIDS, sendo o menor em números de casos registrado no estado.

Ao analisar os casos de AIDS, observa-se que, apesar de Roraima ter população bem inferior se comparado ao restante do país, os dados mostram que as pessoas acometidas pela AIDS nos municípios são bem relevantes, o que vai ocasionar a necessidade de uma estruturação na saúde para receber essas pessoas soropositivas de uma melhor forma possível.

## PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DO HIV/AIDS EM RORAIMA

Como no restante do país, Roraima, não é diferente em relação ao perfil epidemiológico dos soropositivos, que vem sofrendo uma mudança drástica desde a década de 1990, onde a maioria das infecções pelo vírus não está mais relacionada principalmente aos homossexuais como era antes. Isso se deve ao aumento no número de casos em heterossexuais (tabela 7).

Os casos de AIDS nos municípios roraimenses, de maneira geral, apresentam uma diferença bastante significativa em relação ao perfil dos soropositivos, já que foi observado que em todos os registros da doença entre os anos de 2010 a 2018 o número de casos em heterossexuais aumentou, ocasionando a mudança na concepção de que quem transmite a doença na maioria das vezes são os homossexuais.

**Tabela 7:** Casos de AIDS notificados no SINAN em indivíduos do sexo masculino, segundo categoria de exposição hierarquizada, por ano de diagnóstico. Roraima, 2010 – 2018.

RORAIMA	2010			2011			2012			2013			2014			2015			2016			2017			2018		
	Ho <sup>3</sup>	Bi <sup>4</sup>	He <sup>5</sup>	Ho	Bi	He	Ho	Bi	He	Ho	Bi	He	Ho	Bi	He	Ho	Bi	He	Ho	Bi	He	Ho	Bi	He	Ho	Bi	He
Alto Alegre	1	0	1	0	0	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	0	0	0
Amajari	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Boa Vista	3	5	43	10	5	29	13	5	25	16	4	33	9	9	42	13	8	37	35	13	52	35	7	42	6	3	19
Bonfim	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Cantá	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Caracarái	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	3	1	0	1	0	0	1	0	0	0
Caroebe	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2
Iracema	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Mucajai	0	0	1	0	0	1	0	0	2	0	0	1	0	1	3	0	0	2	0	0	2	0	0	0	0	0	0
Normandia	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pacaraima	0	0	2	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	4	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	1
Rorainópolis	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	0	3	0	0	1	1	0	1	0	0	1
São João da Baliza	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	1	0	0	0
São Luís	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	2	0	0	0
Uiramutã	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Total	6	6	50	11	8	32	13	5	30	18	4	38	10	11	54	16	8	49	37	14	63	36	7	51	6	4	25

Fonte: MS/SVS/DCCI – Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Organizado pelo autor.

A partir das análises desses dados, cabe afirmar que esse paradigma já não exista mais. O número de heterossexuais infectados na somatória de todos os municípios é bastante superior se comparado as infecções em homossexuais entre os anos pesquisados.

Individualmente o município de Boa Vista, registrou os maiores números de casos de AIDS em heterossexuais em Roraima e o auge desses registros foi no ano de 2016 com 52 casos confirmados. Já nos homossexuais o pico de registro de casos de AIDS ocorreu nos anos de 2016 e 2017 com 35 registros de infecções.

Na contramão desse aumento no número de casos de AIDS nos anos pesquisados estão os municípios de Iracema e Uiramutã, que registraram respectivamente apenas dois casos cada um. Sendo que o primeiro registrou um caso em bissexual e o outro em heterossexual, o segundo registrou dois casos em heterossexual.

Analisando de forma geral os dados apresentados (tabela 7), todos os municípios se mantiveram estáveis no índice de notificações da AIDS, apenas o município de Boa Vista apresentou crescimento significativo na classe dos heterossexuais, ficando na frente dos homossexuais, que na

concepção da sociedade em geral são os mais diagnosticados com a AIDS, e os dados mostram o contrário.

Observa-se, ainda, que o perfil epidemiológico dos soropositivos no estado acompanhou a mudança que o país vem sofrendo, pois bem diferente da década de 1980 a 1990, quando os grupos de risco eram os homossexuais e as pessoas que usavam drogas injetáveis.

Os índices de notificações por AIDS em heterossexuais são bem maiores à de homossexuais em Roraima (tabela 7). Ano após anos esse número só vem crescendo. Assim, nota-se que o estado acompanha essa reviravolta que o país vem sofrendo nos chamados grupos de risco, que agora já não existem mais.

### AS AÇÕES DO ESTADO NO CONTROLE DA DOENÇA

Roraima, por sua vez, tem trabalhado de maneira a frear o aumento nos números de infecções causadas pelo vírus do HIV. A cada novo ano o número de casos vem crescendo no estado e principalmente na capital (tabela 6), onde concentra a maior parcela da população com aproximadamente 375.374 hab., cerca de 65,1% do total de habitantes

3 Homossexual  
 4 Bissexual  
 5 Heterossexual

no estado (IBGE, 2019).

O governo através dos dados de incidência de HIV/AIDS divulgado no último Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde em 2018, trabalhou de maneira a subsidiar metas, ações e atitudes, para que a partir dessas medidas adotadas fossem obtidos resultados positivos na redução das infecções em Roraima (RORAIMA, 2019).

Várias ações foram adotadas para se obter o diagnóstico precoce, além de investimentos na prevenção contra a infecção pelo HIV. Essas atitudes são fundamentais quando se quer ter uma melhoria na questão da qualidade de vida das pessoas em geral (RORAIMA, 2019).

Mas para que os soropositivos alcancem qualidade de vida é necessário, dar alguns passos como por exemplo: trabalhar com campanhas de orientação, distribuição de preservativos em postos de saúde, disponibilização de teste rápido, essas são algumas formas de reduzir o avanço do vírus, levar as informações até quem precisa dessas orientações, que são a sociedade como um todo (RODRIGUES, 2015).

O serviço público de saúde é um fator determinante na questão do acolhimento e orientação das pessoas diagnosticadas com AIDS, pois quando é dado o diagnóstico, o físico e o emocional da pessoa fica abalado e é necessário encaminhar essas pessoas ao local certo, onde haverá acolhimento e o repasse dos procedimentos que serão adotados a respeito do tratamento a ser seguido.

Uma equipe do UNAIDS, esteve no estado com objetivo de saber como os órgãos de saúde estão agindo para conter o avanço do vírus nos grupos mais vulneráveis e de que forma os governantes estão implementando as políticas públicas de prevenção e se eles estão unindo forças para assim conseguir obter uma resposta a propagação do vírus do HIV em Roraima (UNAIDS, 2019)

Há pouca divulgação nos meios de comunicações sobre HIV/AIDS, e essa é uma das principais formas de sensibilizar a sociedade para que haja uma prevenção com a prática sexual segura ou para aquelas pessoas que são usuárias de drogas injetáveis, profissionais do sexo, homossexuais e tantas outras categorias que possam estar vulneráveis de alguma forma ao vírus.

Esses são alguns dos fatores que possivelmente geraram um aumento no índice de óbitos em decorrência da AIDS nos municípios e principalmente na capital, por ter a maior população do estado.

**Tabela 8:** Óbitos por causa básica AIDS, segundo município por ano do óbito. Roraima, 2010-2017

Municípios de Roraima	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	n°	n°	n°	n°	n°	n°	n°	n°
Alto Alegre	0	0	2	0	0	0	0	1
Amajari	1	0	0	1	0	0	0	0
Boa Vista	24	26	13	21	23	25	27	14
Bonfim	2	1	0	1	0	0	0	0
Cantá	0	1	0	1	0	0	1	0
Caracarái	1	1	1	1	1	1	2	1
Caroebe	1	2	0	1	0	0	0	0
Iracema	0	0	0	0	0	0	0	0
Mucajai	0	1	1	2	3	0	3	0
Normandia	0	0	0	0	1	1	0	1
Pacaraima	0	2	0	0	1	1	1	1
Rorainópolis	2	0	1	0	0	3	2	2
São João da Baliza	1	0	0	1	1	0	1	0
São Luís	0	0	0	0	0	0	1	1
Uiramutã	0	0	0	0	1	1	0	1
Total	32	34	18	29	31	32	38	22

**Fonte:** MS/SVS/DCCI – Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Organizada pelo autor.

A tabela 8 evidencia Boa Vista por apresentar o maior registro de óbitos. No entanto se analisarmos os dados, podemos perceber que esse número praticamente se mantém estável entre o período pesquisado. O ano com o menor número de óbitos foi o de 2012 com 13 mortes. Apenas Iracema não notificou nenhum caso de óbito no estado, mas isso não quer dizer que o município não precisa investir em trabalhos voltados para a prevenção da AIDS, pois existem pessoas convivendo com o HIV e necessitam de acompanhamento pelos órgãos de saúde.

Esses dados nos revelam que é preciso continuar os trabalhos em prol do combate ao HIV/AIDS em Roraima, e para isso os órgãos de saúde precisam continuar investindo em orientação/prevenção, divulgação de campanhas e distribuição de preservativos nas Unidades Básicas de Saúde.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa, cujo objetivo buscou identificar o perfil epidemiológico dos soropositivos e analisar a ocorrência de casos de HIV/AIDS no Estado de Roraima entre os anos de 2010 a 2018, possibilitou entender que a doença e o ser humano andam lado a lado e dividem os mesmos espaços. O estado de saúde de quem convive com a doença (AIDS) é mais crítico se comparado com quem convive apenas com o vírus (HIV), pois os cuidados são maiores, as



formas de atendimento são mais delicadas. O HIV/AIDS ainda é um problema para a sociedade em que vivemos, esse é um dos olhares de quem não é soropositivo, quem está fora só enxerga o lado ruim e esquece que tem um ser humano lutando para viver.

Percebe-se que quando ocorrem parcerias entre os órgãos de saúde é possível mudar essa visão de que as pessoas portadoras do vírus, já estão condenadas à morte, o que não é bem assim. A medicina está evoluindo com tratamentos que trazem uma melhora significativa da qualidade de vida para esse público específico. Hoje não se pode mais afirmar que quem está com HIV vai viver cinco ou dez anos, isso vai depender muito da pessoa fazer o tratamento corretamente, e o resultado será a possibilidade de ter uma vida normal por muitos anos.

Há necessidade de investimentos em políticas públicas estaduais para conter o avanço nos índices de infecção pelo vírus HIV (gráfico 1). Os dados mostram que houve um aumento nos casos de infecções, e isso acarreta uma sobrecarga no atendimento feito na rede pública de saúde dos municípios. No entanto quando o estado se compromete em investir na saúde pública de maneira geral a população é a maior beneficiada.

Embora Roraima registre o menor quantitativo populacional do país, vem se destacando nos casos de HIV/AIDS, pois os números mostrados nas tabelas retratam a realidade vivida no período investigado. A elevação no número de casos da doença é nítida, os números são oficiais, porém existem ainda pessoas que não sabem seu estado sorológico, mascarando a quantidade real de indivíduos que são soropositivos nos municípios.

Vivemos na terceira década do século XXI, onde se diz abertamente que o preconceito aos soropositivos ou pessoas que vivem com a AIDS não existe mais, porém, toda via o preconceito está mascarado e mora ao lado. Quando na maioria das vezes essas pessoas precisam de apoio, um abraço e atenção, essas são coisas que o ser humano em geral precisa.

Falar sobre o HIV/AIDS requer um cuidado especial, por estarmos falando de um assunto que na maioria das vezes os protagonistas não querem aparecer, não querem que ninguém saiba que ele é soropositivo, tudo isso faz parte do pacote do medo,

que todos nós carregamos conosco durante a nossa vida.

Saber que o perfil das pessoas com o HIV/AIDS no contexto de Brasil mudou e já não é o mesmo do início da epidemia e que Roraima acompanha essas mudanças, nos faz refletir e ver que a doença não está escolhendo a quem atingir, sabendo disso, é necessário mudar as atitudes em relação a prevenção e a maneira como enxergar o mundo das doenças sexualmente transmissíveis. Pois só a partir desse novo olhar é que poderemos evitar o contágio com o vírus, como também alertar quem está ao nosso redor.

Existem alguns trabalhos acadêmicos voltados para esse tema que é de suma importância para a comunidade roraimense. Pois tem como principal objetivo mostrar os resultados obtidos através dos dados coletados e chamar atenção para promover uma melhora na qualidade da saúde do estado e dos Municípios.

Quando as autoridades são negligentes e não investem em políticas públicas voltadas para o combate à doença, conseqüentemente ocorre o aumento no número de infecções pelo HIV e também na quantidade de pessoas com AIDS. A saúde da população é um dos fatores que precisa estar em primeiro lugar, quando o tratamento é negligenciado por quem deveria estar pronto para oferecer ajuda, vem o sentimento de abandono, não sabendo a quem recorrer.

## REFERÊNCIAS

AYRES, J. R. C. M. Práticas educativas e prevenção de HIV/AIDS: lições aprendidas e desafios atuais. *Interface \_ Comunic, Saúde, Educ*, v. 6, n. 11, p. 1124, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v6n11/01.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2019.

BASTOS, Francisco Inácio; BARCELLOS, Christovam. *Geografia social da AIDS no Brasil/ revista saúde pública*, Rio de Janeiro, 1995.

BASTOS, Francisco Inácio; SZWARCOWALD, Célia Landmann. *AIDS no Brasil: rumo a uma epidemia sem rosto*. In. O GAPA, Salvador-BA, 1999. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/585>>. Acesso em 12 de nov. 2019.

BRASIL. Departamento de Dst, AIDS e Hepatites

- Virais. Ministério da Saúde. DST, AIDS e Hepatites Virais. Disponível em: <<http://www.AIDS.gov.br/>>. Acesso em: 10 mar. 2019.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Boletim Epidemiológico HIV e AIDS. Brasília, 2018. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/periodicos/boletim\\_epidem\\_hivAIDS\\_2012.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/periodicos/boletim_epidem_hivAIDS_2012.pdf)>. Acesso em 08 de agosto de 2015.
- CAMURÇA, Valeska Vieira et al. SAÚDE BUCAL NA AGENDA DA POLÍTICA DE DST/AIDS NO BRASIL, CEARÁ E FORTALEZA. Revista de APS, v. 16, n. 4, 2013. Disponível em: <<https://aps.ufjf.emnuvens.com.br/aps/article/view/1824>>. Acesso em: 27 Maio, 2019.
- CASTILHO, E.A.; CHEQUER, P. A epidemia da AIDS no Brasil. In: Simpósio Satélite: A epidemia da AIDS no Brasil: situação e tendências / Coordenação Nacional de DST e AIDS. Brasília: Ministério da saúde, 1997.p.9-12.
- CORADO, A. L. G. epidemiologia molecular do vírus da imunodeficiência humana do tipo I no estado de Roraima/ André de lima guerra corado. – Manaus, 2014. 111p. Disponível em: <<https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/4889/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Andr%C3%A9%20de%20Lima%20Guerra%20Corado.pdf>>. Acesso em: 27 Maio, 2019
- FARIA, Juliana de Oliveira. PESSOAS VIVENDO COM HIV/AIDS: ESTUDO SOBRE PERFIL DOS DIAGNÓSTICOS DE ENFERMAGEM / Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.
- FELIX, Gabriela; CEOLIM, Maria Filomena. Operfil da mulher portadora de HIV/AIDS e sua adesão à terapêutica antirretroviral. Revista da Escola de Enfermagem da Usp, São Paulo, v. 4, n. 46, p.884-891, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/reeusp/v46n4/15.pdf>>. Acesso em: 23/08/2019
- FORATTINI, Oswaldo Paulo. AIDS e sua origem. In: Revista de Saúde Pública, 27 (3), 1993. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rsp/article/view/23958/25923>>. Acesso em 20/10/2019.
- IBGE. Países, 2019. Disponível em: <<https://paises.ibge.gov.br/#/mapa/brasil>>. Acesso em: 28 out. 2019.
- IBGE. Projeções e estimativas da população do Brasil e das Unidades da Federação, 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>. Acesso em: 28 out. 2019.
- LANGDON, E. J e WIIK, F. B. Antropologia, saúde e doença: uma introdução ao conceito de cultura aplicado às ciências da saúde. Rev. Latino-Am. Enfermagem. Disponível em: <[http://www.scielo.br/pdf/rlae/v18n3/pt\\_23](http://www.scielo.br/pdf/rlae/v18n3/pt_23)>. Acesso em: 05. Nov. 2019
- LAZARINI, Flaviane Mello. TENDÊNCIA E CARACTERÍSTICAS DA EPIDEMIA DE AIDS EM UM MUNICÍPIO DE GRANDE PORTE DO SUL DO BRASIL: 1986 A 2008. Londrina, 2011. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Universidade Estadual de Londrina, Paraná. Disponível em: <<http://www.uel.br/pos/saudecoletiva/Mestrado/diss/117.pdf>>. Acesso em: 08/08/2019
- MALTA, Monica Siqueira; BASTOS, Francisco Inácio. AIDS: prevenção e assistência. In: GIOVELLA, et al. Políticas e sistema de saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008. cap. 31. p. 1057-1087.
- MCHALISZYN, M. S; TOMASINI. Pesquisa: orientações e normas para elaboração de projetos, monografias e artigos e científicos. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2005.
- OLIVEIRA, F. A. Antropologia nos serviços de saúde: integralidade, cultura e comunicação. Interface (Botucatu) [online]. 2002, vol.6, n.10, pp. 63-74. ISSN 14143283.
- PARKER, R.; CAMARGO Jr. K. R. Pobreza e HIV/AIDS: aspectos antropológicos e sociológicos. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 16, sup. 1, p. 89-102, 2002. Disponível em: <[http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2000000700008](http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2000000700008)>. Acesso em: 27 ago. 2019.
- PINTO, A. C. S. et al. Compreensão da pandemia da AIDS nos últimos 25 anos. DST – J. Bras. Doenças Sex. Transm., Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 45-50, jan./mar., 2007. Disponível em: <<http://www.dst.uff.br/revista19-1-2007/7.pdf>>. Acesso em 26 ago. 2019.
- Rodrigues, Heila Antonia das Neves. Doenças

negligenciadas no Estado de Roraima: uma análise a partir da geografia da saúde para o período de 2000 a 2013/ Heila Antonia das Neves Rodrigues. – Lajeado, 2015.

157p. Disponível em:<https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/965/1/2015HeilaAntoniadasNevesRodrigues.pdf>>. Acesso em 28 ago. 2019.

RODRIGUES-JÚNIOR, A. L.; CASTILHO, E. A. AIDS e doenças oportunistas transmissíveis na faixa de fronteira brasileira. Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical, Uberaba, v. 43, n. 5, p. 542-547, set./out., 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsbmt/v43n5/v43n5a14.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2019.

RORAIMA. Secretaria de Estado de Saúde de Roraima. RELATÓRIO ANUAL

DE EPIDEMIOLOGIA DE RORAIMA 2018. Boa Vista, 2019. Disponível em: <<http://www.saude.rr.gov.br/>>. Acesso em: 12 set. 2019.

SANTO, A.H; PINHEIRO, C.E., JORDANI, M.S. Causas básicas e associadas de morte por Aids, Estado de São Paulo, Brasil, 1998. Revista de Saúde Pública, v.34, n.6, p.581-588, dez. 2000. Disponível em: < <https://www.scielosp.org/article/rsp/2000.v34n6/581-588/>>. Acesso em 10 nov. 2019.

UFRR. Laboratorio de Métricas da Paisagem, 2019. Disponível em: < [http://ufr.br/mepa/index.php?option=com\\_content&view=article&id=63&catid=2#cartografico](http://ufr.br/mepa/index.php?option=com_content&view=article&id=63&catid=2#cartografico)>. Acesso em: 10 nov. 2019.

UJVARI, Stefan Cunha. A História da Humanidade Contada Pelos Vírus. São Paulo. Editora Contexto, 2008. Disponível em: <https://ensaiosflutuantes.files.wordpress.com/2016/03/a-historia-da-humanidade-contad-stefan-cunha-ujvari.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2019.

UNAIDS-BRASIL. 2019. Disponível em: < <https://unAIDS.org.br/2019/08/equipe-do-unAIDS-visita-roraima-para-conhecer-desafios-e-avancos-na-resposta-local-ao-hiv/>>. Acesso em: 05 nov. 2019.



## OS ORGANISMOS INTERNACIONAIS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO SUPERIOR

### INTERNATIONAL ORGANIZATIONS AND PUBLIC POLICIES FOR HIGHER EDUCATION

DOI: <https://doi.org/10.24979/ambiente.v15i2.1128>

Waldemar Moura Vilhena Júnior - Universidade Estadual de Roraima/UERR (<http://lattes.cnpq.br/3998440471398720>)

**Resumo:** Trata-se de um Ensaio de caráter bibliográfico no qual procuramos refletir a partir de uma perspectiva sociológica sobre o papel dos Organismos Internacionais e suas influências e/ou interferências nas Políticas de Ensino Superior no Brasil. Com efeito, o trabalho está dividido em quatro seções, que incluem a introdução e a conclusão: na primeira parte tratamos sobre os Organismos Internacionais e suas influências nas Políticas Públicas de Ensino Superior; na segunda parte, fizemos incursões no contexto das Políticas Públicas de Ensino Superior e suas relações com os governos e os partidos políticos a partir das diretrizes do grande capital capitaneadas pelo Banco Mundial e por suas organizações subsidiárias. E, finalmente, na conclusão, buscamos relacionar a reflexão sobre as questões tratadas no artigo ao papel da interiorização do Ensino Superior.

**Palavras-chave:** Organismos Internacionais; Políticas Públicas; Ensino Superior.

**Abstract:** This is a bibliographic essay in which we seek to reflect under a sociological perspective about the role of International Organizations and their influences and/or interferences in Higher Education Policies in Brazil. In fact, the work is divided into four sections, which include the introduction and conclusion: in the first part, we deal with International Organizations and their influences on Public Policies for Higher Education; in the second part, we made incursions into the context of Public Policies for Higher Education and its relations with governments and political parties based on the guidelines of big capital led by the World Bank and its subsidiary organizations. And, finally, in the conclusion, we seek to relate the reflection on the issues addressed in the article to the role of the interiorization of Higher Education.

**Keywords:** International Organizations; Public Policies; Higher education.



colaboración entre las naciones a través de la educación, la ciencia y la cultura, etc. (DÍAZ; MENDONZA, 2018, p. 104).

## INTRODUÇÃO

Falar sobre as Políticas Públicas para o Ensino Superior e sua relação com os organismos internacionais nos remete à execução de tais políticas aos governos e conseqüentemente aos partidos políticos que as apoiam, já que, dentro dos regimes democráticos que operam a máquina estatal, com seu aparato institucional, os arranjos políticos geralmente dão caráter legal ao processo, de forma que aquelas políticas que ocorrem sob o guarda-chuva do Estado materializam as mudanças sem que os organismos apareçam. Com efeito, entendemos que definir o Estado contemporâneo é uma questão complexa, principalmente em função das inúmeras interações necessárias e objetivas entre ele e a Sociedade, os quais, no contexto de globalização, são mediados pelos sujeitos políticos com seus desdobramentos inerentes aos poderes Executivo e Legislativo, que operam mais diretamente as Políticas Públicas. E é nesse contexto que trataremos das relações dos Organismos Internacionais com os governos no manuseio das Políticas Públicas de Ensino Superior, entendendo-as não só como um direito social e político, mas também uma ação oriunda da responsabilidade do Estado em prestar o suporte formativo necessário ao desenvolvimento da sociedade, principalmente em se tratando do interior do País.

## OS ORGANISMOS INTERNACIONAIS E SUAS INFLUÊNCIAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR

De acordo com Díaz e Mendonza (2018), os organismos internacionais foram criados no contexto da Segunda Guerra Mundial para ajudar na reconstrução dos países aliados no pós-guerra e para promover a cooperação no sentido de garantir a paz a partir da promoção de políticas e programas sociais e econômicos de cunho global como forma de promover estabilidade principalmente entre seus membros.

Entre los principales objetivos de los diferentes organismos internacionales se pueden destacar: promover la cooperación monetaria, el cumplimiento de los Derechos Humanos, el comercio internacional y las actividades de investigación, asesoramiento y capacitación; consolidar los puntos de vista de América Latina y defender sus intereses regionales; y fomentar la

Todo esse processo ocorre também no contexto da globalização desencadeada pelo desenvolvimento tecnológico, que cada vez mais aproxima países, quer concordemos, quer não com o que vai junto com ele, que em princípio não pode nem deve ser demonizado pelo mau uso das possibilidades que ele guarda. Tal processo se dá simultaneamente às relações econômicas, que muitas vezes escapam do controle dos Estados; alguns desses agentes do capital têm mais poder que o próprio Estado submetendo-o aos seus interesses. E, nesse contexto, a rápida e constante transformação na tecnologia da informação estimula a supressão das fronteiras em que empresas transnacionais movimentam, além do capital, uma vasta migração da força de trabalho.

[...] a globalização vincula-se a severas reduções no bem-estar social de populações humanas. Aumento em desigualdades entre países e grupos sociais, desemprego estrutural, crescimento de movimentos nacionalistas e fundamentalistas, intensificação de conflitos étnicos, não observância de direitos humanos, agressões ambientais, deterioração do espaço urbano e escalamento da violência – tudo isso tem sido imputado à globalização. (ALMEIDA FILHO 2007, p. 185; 186).

As conseqüências da globalização bem como das ações dos organismos internacionais nos sistemas educacionais provocam reações diversas que vão desde entusiasmos com as mudanças propostas, a elaboração de teorias conspiratórias como narrativas semelhantes às do período da Guerra Fria, até posições mais realistas que entendem as mudanças como processos de substituição do Estado pelo Mercado a partir dos modelos hegemônicos. As teorias conspiratórias não são novidades na política brasileira de modo geral; elas servem como desinformação; em alguns casos, podem ter seu fundo de verdade, mas, como estamos falando do Ensino Superior, traremos uma fala que contribui para a reflexão entre o real e o “fictício”.

Vejamos uma síntese do que poderia ser uma ‘teoria conspiratória da reforma universitária’. O destino do País, do governo brasileiro, da universidade pública e de todos nós já estaria decidido nos gabinetes do FMI e do Banco Mundial ou pelos governos do G-5. Acordos secretos teriam sido celebrados e, em troca de ajustes macroeconômicos, concordou-se com o sacrifício das políticas sociais, incluindo nisso a privatização da universidade pública brasileira.

Não haveria no momento projeto de lei de Reforma Universitária do MEC na pauta do Congresso Nacional simplesmente porque a reforma do ensino já vem sendo engendrada, desde há muito tempo, sem conhecimento nem da população nem dos professores, servidores e estudantes. Dando continuidade ao ‘projeto neoliberal de Paulo Renato e FHC’, a ‘reforma universitária de Lula e do FMI’ estaria chegando de modo fatiado, disfarçada por meio de Projetos de Lei da Parceria Público-Privada, de Inovação Tecnológica, do ProUni e de Ação Afirmativa, em pauta do Congresso Nacional (ALMEIDA FILHO 2007, p. 156, 157).

Com efeito, sobre o papel dos Organismos Internacionais na formulação das políticas de Ensino Superior do Brasil, uma linha que deve ser observada é a necessidade de modernização real do sistema. É claro que junto com isso, que é um problema grave, aparecem os interesses do capital, que não se limita apenas ao grande capital internacional, pois os grupos locais também se juntam para reivindicar sua fatia junto ao cada vez mais enfraquecido Estado. No entanto, é também possível visualizar que o Estado não é exatamente tão impotente assim, pois ele segue o fluxo das correlações de forças econômicas e políticas presentes nos respectivos governos, os quais, no comando do Estado, podem se aliar em maior ou menor grau às pautas dos Organismos Internacionais, mas dificilmente ignorar totalmente certas “recomendações”.

No Brasil, assim como em toda a América Latina, experimentaram-se essas políticas principalmente na década de 1990, nos governos FHC, bem como nos governos petistas, mas em certa medida nos governos Lula e Dilma essas mesmas recomendações tiveram tratamentos distintos. Por exemplo: no período FHC ocorreu a modernização do Estado e conseqüentemente do Sistema Educacional, particularmente na legislação, a partir das reformas recomendadas pelo Consenso de Washington como pressupostos para acessar os recursos dos Organismos Internacionais, principalmente o Banco Mundial.

O Grupo Banco Mundial (GBM) é constituído por sete organizações com diferentes mandatos, gravitação política, estruturas administrativas e instâncias de decisão. São elas: Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), criado em 1944; Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), criada em 1960; Corporação Financeira Internacional (CFI), de 1956; Centro Internacional para Conciliação de Divergências em Investimentos (CICDI), de 1966; Agência Multilateral de Garantias de Investimentos (AMGI), de 1988; Instituto de Desenvolvimento Econômico (IDE), de 1955, renomeado de Instituto do Banco Mundial (IBM) em 2000; e Painel de Inspeção, criado em 1993. O chamado “Banco Mundial” é formado apenas pelo BIRD e pela AID, mas mantém estreita articulação com o conjunto do GBM, à exceção, em parte, do Painel de Inspeção. (PEREIRA, 2014, p. 78).

A estratégia das políticas das diversas agências ligadas ao BM pautava-se em uma espécie de contrarreforma do Estado, visto que a ideia não era aprimorar o Estado em si, mas sim adequá-lo ao capitalismo neoliberal como forma de controlar suas crises cíclicas, o que se daria a partir dos empréstimos de organismos multilaterais (outra organização que merece destaque, e não é ligada diretamente aos interesses norte-americanos, mas, assim como eles, busca posição de influenciar e/ou de interferir nos assuntos internos dos países sob o pretexto de auxiliá-los, é a OCDE<sup>1</sup>), sempre à custa de medidas severas de controle dos gastos públicos, o que inevitavelmente impacta os mais pobres e o trabalhador precarizado, mas, no limite, atinge todos os não ricos ou muito ricos. Hoje sabemos que o mercado global é sensível a qualquer tipo de instabilidade, seja na redução no volume do comércio mundial, seja no mercado financeiro; e, para resolver e/ou diminuir o problema, é necessário que as

instituições que integram aquilo que eu denomino o “nexo Estado-finanças” do capital (o Federal Reserve e o Tesouro dos EUA, com o apoio do FMI, e os principais bancos centrais do mundo) gerenciem efetivamente as reservas internacionais de dólar no comércio mundial. Sem o padrão-ouro, vivemos hoje em um mundo no qual apenas a manipulação e a gerência humana nos separam de uma catástrofe nos mercados financeiro e de

1 A OCDE foi criada para suceder a Organização Europeia de Cooperação Econômica (OECE), criada em 1948 durante a reconstrução da Europa no pós-guerra. A partir de 30 de setembro de 1961, a instituição passou a se chamar Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE), com sede em Paris, França, e inclui os Estados Unidos e o Canadá entre países-membros. A OCDE trabalha juntamente com governos, formuladores de políticas e sociedade civil no estabelecimento de padrões internacionais baseados em evidências e na busca de soluções para uma série de desafios sociais, econômicos e ambientais. Assim, os países-membros e parceiros da OCDE compartilham experiências e buscam soluções para problemas comuns. Por meio de estudos de revisão por pares (Peer Reviews), por exemplo, os países avaliam o desempenho político uns dos outros e propõem recomendações para melhorias. As atividades da OCDE contemplam diferentes áreas relacionadas às políticas públicas, como política econômica, governança pública, trabalho, ciência e tecnologia, governança corporativa, educação, meio ambiente, comércio, agricultura, economia digital, investimento, entre outras. Essas atividades envolvem etapas como 1. levantamentos estatísticos, elaboração de estudos e análises por parte do Secretariado da OCDE; 2. discussões sobre políticas públicas e intercâmbio de experiências nacionais; 3. estabelecimento de instrumentos legais e padrões internacionais (convenções, decisões, recomendações e declarações); e 4. avaliação de políticas públicas e compromissos nacionais, nos estudos de revisão por pares. Disponível: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/ocde/sobre-a-ocde-1>. Acesso: 16/08/2021.

commodities. Não se trata de defender aqui a volta do padrão-ouro. Isso seria igualmente desastroso, senão mais. (HARVEY, 2018, p. 167).

intocáveis e irretocáveis para o Brasil de hoje. (SOUZA, 2019, p. 146).

Parece-nos incontestável a necessidade de construção de sistemas alternativos com a participação de outros países e regiões fora da influência do dólar e do Tesouro norte-americano, pois é muito poder para um único país que usa sua máquina de guerra, a sua moeda para impor sua vontade principalmente aos países menos desenvolvidos econômica e militarmente.

É igualmente inegável o fato de que, nas últimas quatro décadas, os regimes de valor vêm convergindo cada vez mais, em especial em suas práticas de mercado de trabalho. Estamos mais próximos do que nunca na história humana de um mercado global de trabalho. É também inegável que há sinais de uma crescente homogeneização de vontades, necessidades e desejos entre as populações de classe média, por toda parte. Mas há ainda um bom caminho pela frente até a homogeneização total dos múltiplos regimes de valor existentes. Todavia, como geralmente ocorre com proposições de cunho marxista, não é difícil identificar forças contrárias de desintegração, dispersão e realização, de modo que a tensão entre universal e particular está sempre presente para ser interiorizada na própria lei do valor. (HARVEY, 2018, p. 167).

Isso posto, é a partir da redemocratização que o Brasil se insere no bojo das economias globalizadas (inicia com Collor e se aprofunda na transição do governo Itamar para FHC como veremos a seguir), a partir da adoção do Consenso de Washington, que, entre outras coisas, permitiu a adoção do modelo mercantil para o Ensino Superior, particularmente sob o governo FHC, baseado principalmente na expansão do ensino privado (não se podem negar as restrições orçamentárias, como também não se deve omitir a adoção de diretrizes dos Organismos Internacionais de Fomento largamente implementadas pelo PSDB).

Em resumo, a real e efetiva privatização do Estado, aquela feita pelos interesses organizados do mercado sob a forma de cartéis e oligopólios e sob a forma de atuação dos atravessadores financeiros, se torna completamente invisível conceitualmente. A ideia de patrimonialismo simplesmente inverte a relação real de causa e efeito na sociedade e vira o mundo real de cabeça para baixo. Melhor legitimação dos piores interesses de uma elite do saque e da rapina do trabalho coletivo me parece impossível. No entanto boa parte da esquerda – além de toda a direita, obviamente – tem esses autores e suas ideias como interpretações

A adoção das medidas sugeridas pelos organismos multilaterais contribuiu para a expansão mundial das matrículas do Ensino Superior a partir de Políticas Públicas guiadas fortemente pela hegemonia ideológica neoliberal, inserindo assim a lógica de mercado na administração pública e permitindo a instalação dos oligopólios – principalmente o norte-americano – no sistema privado de ensino como o *Laureate International Universities*<sup>2</sup>. Portanto se deixa de ver a Educação Superior Pública como um setor estratégico de desenvolvimento humano nacional passando-se a operar na lógica comercial da competição entre sistemas de ensino, na busca pela eficiência e eficácia em termos de custos, na adoção de avaliações de metas e resultados (a avaliação deve ser feita; o que se deve questionar é se o dado coletado é o correto); e deixa-se de lado a formação para o humano e passa-se a formar *pelo e para o mercado*.

Isso se deu sob a égide do novo espírito do capitalismo – o financeiro –, o qual, a partir dos anos 1990, se consolidou a partir da batuta do neoliberalismo, o que reiniciou os mecanismos da acumulação infinita do capital, que, tendo ocupado parte significativa do Ensino Superior e estando avançando sobre esse, caminha também a passos largos na direção da educação básica por meio da iniciativa privada, de forma que esse sistema, com o advento das novas tecnologias, se mostra ainda mais perverso por ser ainda mais excludente, comprometendo assim as “palavras de ordem como criatividade, espontaneidade, liberdade, independência, inovação, ousadia, busca do novo etc. O que antes era utilizado como crítica ao capitalismo se tornou afirmação dele, possibilitando a colonização da nova semântica a serviço da acumulação” (SOUZA, 2019, p. 171).

Nos governos do Partido dos Trabalhadores, ocorreu uma mudança significativa na relação com a potência hegemônica que orchestra as diretrizes e as reformas encabeçadas pelos Organismos Multilaterais. Por exemplo: no período que vai de 2003 a 2015, o Brasil buscou descolar-se do papel subserviente que historicamente vinha tendo com relação aos EUA, buscando novas parcerias políticas

2 A Laureate International Universities é uma rede global de instituições acadêmicas privadas, sediada em Baltimore, Maryland, nos EUA, que em 2020 possuía 875 mil estudantes em 25 instituições de dez países como Brasil, Peru, Estados Unidos, México, Austrália e Reino Unido. A Laureate Brasil é formada por 12 instituições. São mais de 50 campi em sete estados, além dos polos EAD. A rede inclui 267 mil estudantes espalhados por instituições como FMU e BSP – Business School, os centros universitários UniNorte, IBMR, UniRitter, UniFG e Fadergs, a Faculdade Internacional da Paraíba (FPB), a EAD Laureate e as universidades Anhembí Morumbi, UnP e Unifacs. Disponível: <https://desafiosdaeducacao.grupoa.com.br/venda-laureate-brasil-anima/>. Acesso: 16/08/2021.



e econômicas tendo sido um dos arquitetos dos BRICS, o qual consideramos o maior feito daquele período. E no campo das Políticas de Educação Superior, apesar de não romper com o capital, também não reduziu o papel do Estado como fez o governo anterior; ao contrário, houve investimento na expansão e na interiorização, o que não encontra precedente na história do País. Sob os governos do Partido dos Trabalhadores as ideias para o novo Ensino Superior não miravam mais Harvard, e sim o Processo de Bolonha.

## AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR: GOVERNOS E PARTIDOS POLÍTICOS

Entendemos que o principal objetivo das coalizões em regimes presidencialistas é obter apoios relativamente previsíveis no Parlamento para aprovação do maior número possível de propostas oriundas do governo. Essas coalizões de modo geral seguem dois eixos, que compreendem as lógicas partidária e regional; sabe-se também que um dos principais interesses dos partidos políticos nessas relações é geralmente orientado para a obtenção de cargos e também para o controle sobre áreas tidas como estratégicas, visando a objetivos eleitorais. E é nesse aspecto que os partidos, com seus respectivos ministros, influenciam no processo de tomada de decisão no Executivo, de forma que o controle sobre determinada pasta permite acesso privilegiado de informações para decisões importantes para o partido e para o monopólio em ações e áreas de interesse de cada partido/ministro (ABRANCHES, 1988; FIGUEIREDO, 2007).

Como Adorno (1985), não podemos dissociar a Ciência da Política em função de sua abordagem acerca da transformação em mercadorias de coisas que não necessariamente são essenciais, mas que se tornam objetos de desejo de modo inconsciente, com a intencionalidade de quem as produziu; e isso – entendemos – se aplica também ao Ensino Superior.

O fato de que em toda carreira, mas sobretudo nas profissões liberais, os conhecimentos especializados estão, via de regra, ligados a uma mentalidade de conformismo às normas enseja facilmente a ilusão de que os conhecimentos especializados são os únicos que contam. Na verdade, faz parte do planejamento irracional dessa sociedade reproduzir sofrivelmente tão somente as vidas de seus fiéis. A escala do padrão de vida corresponde com bastante exatidão à ligação

interna das classes e dos indivíduos com o sistema (ADORNO, 1985, p. 124).

As Políticas Públicas como mediadoras para entender as necessidades sociais em sua busca por bem-estar – entendidas aqui como necessárias mesmo não sendo suficientes – são uma opção frente ao pauperismo que assola as populações que vivem do trabalho cada vez mais escasso. Nesse sentido, é possível que o excesso de ciências econômicas tenha chegado ao limite; e um pouco mais de interdisciplinaridade traria luz aos becos quase sempre sem saída resultantes dos sucessivos planos desumanos dos organismos multilaterais, impostos aos governos a partir de seus planos econômicos (tão presentes e vastamente utilizados pelos neoliberais) que penalizam geralmente os mais pobres.

Para Behring e Boschetti (2011, p. 44), no âmbito do desenvolvimento social, para compreender e analisar as políticas públicas numa perspectiva dialética, é preciso considerar primeiramente “a natureza do capitalismo, seu grau de desenvolvimento e as estratégias de acumulação prevaletentes. O segundo é o papel do Estado na regulamentação e na implementação das políticas sociais; e o terceiro é o papel das classes sociais”.

No âmbito político, é imprescindível compreender o papel do Estado e sua relação com os interesses das classes sociais, sobretudo na condução das políticas econômica e social, de maneira a identificar se dá mais ênfase aos investimentos sociais ou privilegia políticas econômicas; se atua na formulação, regulação e ampliação (ou não) de direitos sociais; se possui autonomia nacional na definição das modalidades e abrangência das políticas sociais ou segue imperativos dos organismos internacionais; se investe em políticas estruturantes de geração de emprego e renda; se fortalece e respeita a autonomia dos movimentos sociais; se a formulação e a implementação de direitos favorecem os trabalhadores ou os empregadores. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 44).

Conforme a fala das autoras, existe uma relação imbricada entre a natureza do capitalismo e o papel do Estado que deve ser observada, pois interfere no contexto político; e, nesse sentido, é fundamental que entendamos conceitualmente as Políticas Públicas, o que inevitavelmente nos remeterá a questões que englobam vários ramos do conhecimento humano, portanto esse conceito é interdisciplinar por natureza, pois qualquer tentativa de demarcar e/ou definir seus limites certamente os



abrangerá.

Para Di Giovanni (2009), a conceituação adequada dependerá da configuração histórica que serve de pressupostos às democracias modernas, por exemplo:

[...] uma capacidade mínima de planificação consolidada nos aparelhos de Estado, seja do ponto de vista técnico de gestão, seja do ponto de vista político. Pressupõe-se, também, certa estruturação republicana da ordem política vigente: coexistência e independência de poderes e vigência de direitos de cidadania; e pressupõe-se, finalmente, alguma capacidade coletiva de formulação de agendas públicas; em outras palavras, o exercício pleno da cidadania e uma cultura política compatível. Do ponto de vista histórico, podemos dizer que tais requisitos constituíram-se de modo nem sempre uniforme nas modernas sociedades capitalistas desde o século XIX, mas que foram consolidados principalmente depois da Segunda Guerra Mundial (DI GIOVANNI, 2009, p. 01 e 02).

No momento atual, estamos sob o efeito de um tipo de ruptura da qual fala o autor supracitado (entendemos que o processo de ruptura se iniciou objetivamente na reeleição da presidente Dilma Rousseff em 2014 com a não aceitação do resultado das eleições pelo candidato Aécio Neves, do PSDB, o que, com essa atitude, desencadeou os eventos que mergulharam o País num estado de crescente caos social), pois, como disse, certas características se materializaram no que temos hoje em termos de Políticas Públicas, ou seja, a total ausência delas em todos os níveis (no tocante à educação no momento atual, observa-se um desmonte das já existentes e a implementação de uma agenda conservadora, além do desmonte das políticas no MEC<sup>3</sup> (desde o início do governo Bolsonaro, mas que remonta ao período Temer), o que demonstra o processo de ruptura<sup>4</sup> da aliança capital/trabalho nos 14 anos dos governos petistas.

Na gestão atual do Poder Executivo, gestão essa que começou a ser estruturada quando Temer usurpou a cadeira de Dilma e abriu caminho para a volta do Estado Mínimo e, ato contínuo, para o capital especulativo, e o rentismo (que na época de Dilma custou o cargo do Ministro Mantega por sua obstinada cruzada no combate ao rentismo) começou a pregar as riquezas do País, principalmente com a venda das estatais estratégicas, as quais estão sob a gestão do “superministro” Paulo Guedes, o que representa o avanço do capital sobre o trabalho.

Tratar sobre Política e particularmente sobre Políticas Públicas no momento atual é como mergulhar nas brumas tendo em vista o cenário político brasileiro (e considerando a pandemia da COVID-19 que já ceifou mais de 500 mil brasileiros, muito em função da incapacidade de o governo federal lidar com a questão) e é deveras desolador, pois os aspectos estruturais e conjunturais que incidem sobre a maioria da população são no mínimo desesperadores. E é nesse contexto e até com certo saudosismo (de um passado recente) que se percebe a importância da participação popular e do controle social sobre a política e conseqüentemente sobre as Políticas Públicas no momento em que passamos por uma conjuntura marcada por um misto de autoritarismo, populismo e escravismo (SOUSA, 2019).

Para Dias (2012), as políticas variam de acordo com as questões econômicas, com a natureza do regime social e como o governo compreende o Estado, perpassando também pela atuação dos grupos sociais (partidos, sindicatos, associações etc.), portanto, de modo geral, as políticas no âmbito estatal envolvem também opções, preferências e/ou escolhas privadas, convertendo-se assim em ações públicas. Tudo isso está relacionado – é claro – com as

3 Dentre as inúmeras pautas, que vão desde a flexibilização da posse de armas até atentados claros contra o Estado como o fechamento do Supremo e a intervenção militar defendida por deputados bolsonaristas (inclusive o filho do presidente), o que são atos e ações do atual governo prejudiciais à democracia; durou pouco a esperança de pelo menos haver a manutenção do FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – quando da sua aprovação em 17/12/2020, com destinação exclusiva para a rede pública, o que foi amplamente comemorado (o governo pretendia destinar uma parcela para entidades privadas como o Sistema S, confessionais, filantrópicas etc. e até pagamento de terceirizados, mas isso foi retirado no Senado). A alegria durou pouco, pois, de acordo com o Todos pela Educação, sob o argumento de atender à demanda pelo auxílio emergencial em função da pandemia que assola principalmente os pobres, circula no Congresso Nacional “o relatório preliminar da PEC Emergencial, do senador Márcio Bittar (MDB-AC), que revoga trechos do artigo 212 da Constituição Federal, extinguindo a subvinculação dos recursos à manutenção e ao desenvolvimento de ensino para União, Estados e Municípios (Inciso IV do Art. 4.º da PEC). Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/desvinculacao-total-do-orcamento-para-educacao-basica-colo-ca-em-risco-financiamento-educacional-como-um-todo-e-vai-na-contramao-do-novo-fundebdesvinculacao-total-do-orcamento-para-educacao-basica-colo/>. Acessado em: 25/02/2021.

4 Outro exemplo concreto dessa se não ruptura, mas, com certeza, do desprezo pelo exercício da cidadania foi a comemoração pela passagem dos 100 dias do Governo Bolsonaro, em abril de 2019, quando foi promulgado o Decreto presidencial n.º 9.759, que extinguiu todos os conselhos que não foram criados por Lei (esse ato implicou a redução de 700 Conselhos Federais para 50, sob o pretexto de redução de custos com a manutenção de estruturas inúteis) encerrando assim um período de participação social nas Políticas Públicas e na Política. Disponível: <https://apublica.org/2019/04/governo-federal-nao-sabe-quantos-conselhos-foram-extintos-nem-qual-sera-a-reducao-de-custos/>. Acesso: 25/02/2021.

questões globais que envolvem a economia, a política partidária que esbarra nas ideologias conflitantes, como também a opção ideológica do governo que em um dado momento operará a máquina estatal. Uma Política Pública só se efetivará se for baseada objetivamente em:

[...] programas concretos, critérios, linhas de ação e normas; planos; previsões orçamentárias, humanas e materiais; também podem ser incluídas as disposições constitucionais, as leis e os regulamentos, os decretos e resoluções administrativas, entre outras (DIAS, 2012, p. 16).

Com efeito, a Política Pública é a conexão que norteia a aplicação dos recursos públicos pelo Poder Público, podendo ocorrer no âmbito dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário ou em algum órgão ligado a um dos poderes (no caso do Ensino Superior são as Autarquias em regime especial, ligadas ao MEC, que por sua vez é subordinado ao Poder Executivo). Por outro lado, a despeito do formulador e/ou do executor da Política ser um ente estatal, alguém ligado à iniciativa privada ou às ONGs, seria de bom tom que uma avaliação fosse feita de modo a verificar a eficiência/eficácia tanto do que se refere aos recursos empregados, quanto se os objetivos foram atingidos. Esses são pressupostos que também estão relacionados ao controle social, o qual não acontece nos estados e/ou nos governos de viés autoritários.

[...] As instituições públicas de ensino superior sofrem as restrições impostas pelo aumento crescente das demandas políticas e sociais dos “stakeholders” para torná-las mais transparentes para a sociedade, aumentando a visibilidade dos seus custos e dos seus resultados; e, ao mesmo tempo, são estimuladas pelas autoridades estatais a buscar sua independência financeira via cobrança de anuidades, maior integração e agressividade no mercado de serviços. Essa política seria a base de sua legitimidade para o exercício pleno de sua autonomia financeiro-administrativa. Obviamente, esse jogo de pressão dupla varia em intensidade e abrangência de acordo com a história do sistema de ensino superior de cada sociedade, mas é inquestionável sua presença, o qual é visto como um padrão generalizado nas sociedades contemporâneas, colocando dilemas de variadas naturezas para os gestores governamentais e para os administradores, professores e pesquisadores das instituições de ensino superior” (PRATES, 2014, p. 17).

Sabemos que as Políticas de Educação, principalmente as do Ensino Superior, são relativamente recentes (pode-se dizer que começaram a ser desenhadas por volta do século XVIII), porém

os dilemas trazidos pela mundialização do capital deslocam a gestão pública dos sistemas de Ensino Superior para a lógica do sistema/empresa privada pressionando as instituições públicas a considerarem outras abordagens quanto ao atendimento das demandas por Políticas Públicas. Por outro lado, é importante apontar que se trata também de tarefa complexa (que vai da observação do currículo passando pela separação dos níveis e faixas etárias relacionadas aos conteúdos necessários, como também pela garantia de financiamento e pela observação dos interesses público e privado), principalmente em se tratando de um país relativamente jovem como o Brasil se comparado ao berço das primeiras universidades no medievo.

[...] Esse novo Estado passa a se ocupar de três tipos de funções: 1) a criação das condições gerais de produção (meios de transporte, de comunicação, de serviço postal, legislação civil, constituição de um mercado e de um sistema monetário nacional, desenvolvimento de um sistema educacional); 2) a repressão às ameaças ao modo de produção e acumulação (exército, polícia, sistemas judiciário e penitenciário); e 3) a integração das classes subalternas e a legitimação da ordem (mediante o desenvolvimento da lógica vinculante da democracia) e a reprodução ideológica da classe hegemônica (por meio da educação, cultura e meios de comunicação dos serviços sociais) (MONTANO; DURIGUETTO, 2010, p. 161, 162).

Nesse contexto, várias estratégias foram lançadas; para os chamados países não alinhados, foram desenvolvidas políticas para trazê-los para a área de influência dos EUA, como também para diminuir a ameaça de um conflito bélico nuclear entre as duas superpotências e seus respectivos aliados; e, nesse contexto, “a partir da Conferência Ásia-África (na Indonésia, em 1955), reuniram-se ex-colônias e países do chamado “Terceiro Mundo” (América Latina, África e Ásia). “Foi particularmente para “alinhar” esses países ao bloco liderado pelos Estados Unidos que foram desenvolvidos o New Deal, a Doutrina Truman, o Plano Marshall, a OEA, o BID, a Cepal, a Aliança para Progresso (MONTANO & DURIGUETTO, 2010, p. 155).

Isso posto, é a partir da redemocratização que o Brasil se insere no bojo das economias globalizadas, principalmente na transição do governo Collor/Itamar para FHC, a partir da adoção do modelo mercantil para o Ensino Superior, baseado principalmente na expansão do ensino privado (às

vezes em função de restrições orçamentárias, pela adoção de diretrizes dos Organismos Internacionais de Fomento), o que contribuiu também para a expansão mundial das matrículas do Ensino Superior a partir de Políticas Públicas guiadas fortemente pela hegemonia ideológica neoliberal e, por tabela, inseriu o País na lógica da gestão de empresas nos serviços públicos. Portanto se deixa de ver a Educação Superior Pública como um setor estratégico de desenvolvimento humano nacional passando-se a operar na lógica comercial da competição entre sistemas de ensino, com a busca pela eficiência e eficácia em termos de custos, além da adoção de avaliações de metas e resultados.

É claro que tanto as reformas quanto as políticas educacionais devem atender às necessidades particulares de cada Estado, mas devem também estar conectadas com os desafios futuros no contexto da globalização. Isso posto, é fundamental que a Universidade se envolva ativamente na reivindicação, no planejamento e na execução das Políticas Públicas sabendo que é inevitável acatar as recomendações dos organismos multilaterais como BM, FMI, OCDE e UNESCO, haja vista que não vivemos isolados do mundo e, se queremos fazer parte da comunidade internacional, temos que encontrar um ponto de equilíbrio, como disse Almeida Filho (2007), entre Harvard e Bolonha.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devemos, em nome da emancipação humana, perguntar-nos se existe realmente uma responsabilidade da Educação no desenvolvimento sociocultural e político da sociedade como um todo; se a resposta for sim, logo se pode depreender que a ausência de Políticas Públicas educacionais de Ensino Superior contribuirá conseqüentemente para a exclusão das “minorias” no processo civilizatório e, por consequência, para a perpetuação das desigualdades sociais. Essa é uma questão que tem endereço certo, e prioritariamente deve ser feita aos que estão em condição e posição de decisão e com poder político, como também com o poder econômico, pois entendemos que, por estarmos no século XXI, certas respostas simplificadoras não mais terão vez para a perpetuação da instituição meramente reprodutora do raso para a maioria erroneamente chamada de minorias, o que não encontra eco no momento atual da civilização humana.

Isso posto, entendemos que, no contexto do Ensino Superior, é urgente pensar e repensar a função social da Universidade que chegue até as massas de forma descentralizada com a mesma qualidade ofertada às elites. Como a separação da Universidade em relação ao Estado, ao governo, ao partido é apenas aparente apesar da autonomia universitária, é bem difícil cobrar responsabilidade – principalmente financeira – de quem está na gestão direta. Por outro lado, ainda hoje se tem a impressão de que a Universidade está distante da sociedade como se a olhasse de cima ou de longe; e para os que estão de fora, principalmente para as camadas populares, é como uma miragem. Como dizia Humboldt (1997), existe uma grande diferença entre a escola e a Universidade. Por esse motivo se deve usar com empatia essa autonomia buscando sempre incluir os mais pobres, e uma das formas é estando mais perto desses, ou seja, estando essa instituição estrategicamente distribuída nos interiores e nas periferias.

Se considerarmos que maioria da população – mesmo as pessoas que vão à escola básica – não são preparadas para o Ensino Superior, na mesma medida temos que admitir que a Universidade, ainda em pleno século XXI, é visivelmente atrelada ao seu passado medieval e elitista, o que em alguns casos dificulta a tomada de posição frente a uma realidade objetiva atual que cobra uma ação imediata; e, nesse contexto, as transformações humanas ocorridas no intervalo entre o ontem e o hoje ficam para depois em função das questões econômicas. Muito se questiona sobre a autonomia universitária, o que mereceu de Kant um livro (*O conflito das faculdades*). Com efeito, a autonomia poderá ser ameaçada não apenas pelo Estado, mas também pelas próprias instituições mercantilizadas, pois, ao assumirem determinada orientação mercadológica, sufocam a essência do conhecimento humanístico substituindo-o pelo utilitarismo.

Assim não é razoável que um país do tamanho e com a riqueza do Brasil se submeta eternamente aos ditames das potências hegemônicas (primeiro Portugal; depois Inglaterra; e atualmente os EUA), e estas continuem exaurindo as riquezas dos povos em benefício próprio em detrimento das populações locais. Nesse contexto de subordinação às diretrizes dos Organismos Internacionais, deparamos com as Políticas de Interiorização, de forma que, se não

forem patrocinadas pelo Poder Público e se não for garantida sua continuidade como uma Política de Estado, bem como a sua ampliação (também na esfera de estados e municípios), corre-se o risco de em pouco tempo retornar-se ao ponto em que o acesso ao Ensino Superior fora dos grandes centros e das capitais não era possível para as “minorias” (trabalhadores rurais, indígenas, quilombolas, ribeirinhos etc.) ou mesmo para moradores de núcleos urbanos municipais das cidades do interior e das periferias das capitais.

Diante do estudo, podemos dizer que, apesar de todas as situações citadas pelos autores estudados: Abranches (1988), Adorno (1985), Almeida Filho (2007), Behring e Boschetti (2011), Di Giovanni (2009), Díaz e Mendonza (2018), Figueiredo (2007), Harvey (2018), Montano; Duriguetto (2010), Pereira (2014), Prates (2014), Souza (2019), não é correto atribuir todos os problemas internos apenas aos interesses do capital internacional, pois, se considerarmos que apesar de tudo o Ensino Superior conseguiu expandir-se e interiorizar-se nos governos do Partido dos Trabalhadores, os dados nos permitiram auferir tal conclusão; e de certa forma isso se deu com uma relativa assimilação dos modelos hegemônicos da economia global. No entanto, nos governos Temer e Bolsonaro, ocorreu um claro retrocesso na implementação e na manutenção das conquistas de acesso e de permanência no Ensino Superior.

## REFERÊNCIAS

ABRANCHES, S. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 31, p. 5-38, 1988.

ADORNO, T; HORKHEIMER, M. *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Trad. Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ALMEIDA FILHO, Naomar de. *Universidade Nova: textos críticos e esperançosos*. Salvador: EDUFBA, 2007.

BEHRING, E. R; BOSCHETTI, I. *Política Social: fundamentos e história*. 9.a ed. São Paulo: Cortez, 2011.

DIAS, Reinaldo. *Políticas Públicas: princípios, propósitos e processos*. Reinaldo Dias, Fernando

Matos. São Paulo: Atlas, 2012.

DIAZ, Martha Melizza Ordóñez; MENDONZA, Brigitte Julieth Rodríguez. *Influencia de los organismos internacionales en las reformas educativas de Latino América*. *Educación y Ciudad*. No. 34 Enero - Junio de 2018 ISSN 0123-425 Web-online 2357-6286 pp. 101-112.

DI GIOVANNI, G. *As estruturas elementares das políticas públicas*. *Caderno de pesquisa, Campinas*, n.o 82, 2009.

FIGUEIREDO, A. *Government coalitions Brazilian democracy*. *Brazilian Political Science Review*, v. 1, n.o 1, p. 182-216. 2007.

HARVEY, David. *A Loucura da Razão Econômica: Marx e o capital no século XXI*. Trad. Artur Renzo. 1.a Ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

MONTANO, C.; DURIGUETTO, M. L. *Estado, Classe e Movimento Social*. Carlos Montano, Maria Lúcia Duriguetto. 3.ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, J. M. M. *As ideias do poder e o poder das ideias: o Banco Mundial como ator político-intelectual*. *Revista Brasileira de Educação* v. 19, n.o 56 jan.-mar. 2014.

PRATES, Antonio A. P. *Desigualdade e expansão do ensino superior na sociedade contemporânea: o caso brasileiro do final do século XX ao princípio do século XXI*. 1.a ed. Belo Horizonte MG: Fino Traço, 2014.

SOUZA, Jessé. *A Elite do Atraso: da escravidão a Bolsonaro*. Rio de Janeiro: Estação, 2019.





# REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DA HISTORICIDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O ACESSO À EDUCAÇÃO NO BRASIL DE 1824 A 1988

## BIBLIOGRAPHIC REVIEW OF THE HISTORY OF PEOPLE WITH DISABILITIES AND ACCESS TO EDUCATION IN BRAZIL FROM 1824 TO 1988

DOI: <https://doi.org/10.24979/ambiente.v15i2.1103>

*Pierre Santos Castro - Universidade Estadual de Roraima/UERR (<http://lattes.cnpq.br/3652367164205305>)  
Francisca Silva e Silva - Universidade Federal de Roraima/UFRR (<https://orcid.org/0000-0002-2301-1680>)*

**Resumo:** Este artigo faz parte do primeiro capítulo do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) desenvolvido na Universidade Estadual de Roraima, campus Boa Vista - Roraima, intitulado “Políticas de Educação Inclusiva para Pessoas com Deficiência na Universidade Estadual de Roraima - UERR”. Apresentamos no primeiro capítulo um levantamento histórico acerca da garantia dos direitos a educação da pessoa com deficiência no Brasil com o recorte temporal dos anos de 1824 a 1988. Utilizamos como procedimento metodológico uma revisão bibliográfica e documental. Na construção da argumentação teórica deste trabalho, temos como fontes bibliográficas: livros, artigos científicos, periódicos, bem como publicações realizadas em revistas, dissertações a respeito do tema em pesquisa. No primeiro momento, abordamos brevemente a trajetória histórico social da pessoa com deficiência. No segundo momento apresentamos os primeiros registros da pessoa com deficiência no cenário brasileiro. Os resultados da pesquisa indicam que as pessoas com deficiência ao longo da história foram descaracterizadas enquanto seres humanos desde os sendo vítimas da violência imposta pela sociedade. Por fim, nas considerações finais enfatizamos o desenvolvimento das diferentes teorias humanas ao longo dos séculos, as pessoas com deficiência foram reconhecidas como cidadãos de direitos, sendo-lhes garantido direitos inalienáveis como o direito, a vida, saúde e educação, como destaque para o contexto das Leis Constitucionais em cenário brasileiro.

**Palavras-chave:** Pessoa com Deficiência. Educação. Constituição Federal Brasileira.

**Abstract:** This article is part of the first chapter of the Course Completion Work (TCC) developed at the State University of Roraima, Boa Vista campus - Roraima, entitled "Inclusive Education Policies for People with Disabilities at the State University of Roraima - UERR". We present in the first chapter a historical survey about the guarantee of the rights to education of people with disabilities in Brazil with the time frame of the years 1824 to 1988. We used a bibliographical and documental review as a methodological procedure. In the construction of the theoretical argument of this work, we have as bibliographical sources: books, scientific articles, periodicals, as well as publications in magazines, dissertations about the theme in research. At first, we briefly address the social history of people with disabilities. In the second moment, we present the first records of people with disabilities in the Brazilian scenario. The research results indicate that people with disabilities throughout history have been mischaracterized as human beings since they were victims of violence imposed by society. Finally, in the final considerations, we emphasize the development of different human theories over the centuries, people with disabilities were recognized as citizens with rights, being guaranteed inalienable rights such as law, life, health and education, as a highlight for the context of Constitutional Laws in the Brazilian scenario.

**Keywords:** Person with Disability. Education. Brazilian Federal Constitution.

## INTRODUÇÃO

Este ensaio teórico é vinculado ao primeiro capítulo do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) desenvolvido na Universidade Estadual de Roraima, campus Boa Vista - Roraima, intitulado “Políticas de Educação Inclusiva para Pessoas com Deficiência na Universidade Estadual de Roraima - UERR”.

Utilizamos como procedimento metodológico uma revisão bibliográfica e documental. Na construção da argumentação teórica deste trabalho, temos como fontes bibliográficas: livros, artigos científicos, periódicos, bem como publicações realizadas em revistas, dissertações a respeito do tema em pesquisa.

Os debates apresentados ao longo do artigo são proposições das discussões dos textos científicos analisado que tratam da temática da pessoa com deficiência e discutem as diferentes teorias que embasam os conceitos e a historicidades das pessoas com deficiência desde a Idade Antiga até a contemporaneidade.

No primeiro momento, abordamos brevemente a trajetória histórico social da pessoa com deficiência. No segundo momento apresentamos os primeiros registros da pessoa com deficiência no cenário brasileiro a partir de recorte temporal da garantia do direito a educação nas Constituições Brasileiras de 1824 a 1988. A justificada da temática visa contribuir com às pesquisas científicas que tratam acerca da pessoa com deficiência no contexto brasileiro, com destaque para a garantia do direito ao acesso à educação.

## TRAJETÓRIA HISTÓRICO-SOCIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Na historicidade, a relação das pessoas com deficiência com a sociedade foram marcas por reflexos de diferentes contextos históricos. Destacam-se, ao longo dos séculos, concepções de extermínios místicas, científicas e sociais, que consolidavam os estereótipos, como a discriminação e o preconceito. As pessoas com deficiência, ao longo dos tempos, foram descaracterizadas enquanto seres humanos desde os primórdios da humanidade, sendo vítimas da violência imposta pela sociedade.

Segundo Alves (2014) as pessoas com deficiência foram vítimas da segregação imposta pelo meio social, cujo tratamento nas sociedades antigas, a exemplo da Grécia, sobretudo na cidade de Esparta, foram marcadas pelo militarismo e o culto de corpos atléticos. Nessas sociedades as pessoas com deficiência eram abandonadas e expulsas do convívio social, bem como poderiam ser condenadas à morte.

Na Idade Antiga, as pessoas com deficiência não eram consideradas seres humanos por serem vistas como pecadoras e acometidos pelos castigos divinos, por isso viviam à margem da sociedade. Segundo Alves (2014, p. 11) “A sociedade expulsava o deficiente do convívio com as outras pessoas. Para o povo hebreu, que defendia a existência de um único deus, a deficiência era consequência dos inúmeros pecados daquele que a suportava, onde apenas a misericórdia divina poderia ajudá-los”.

Observa-se a crença de que as pessoas com deficiências eram possuidoras de demônios e espíritos malignos, na qual se predominava a concepção demonológica do deficiente. Nesse contexto, as doenças de qualquer natureza física ou mental acometiam apenas aos pecadores. Desse modo, as pessoas com deficiência eram marginalizadas. Importa destacar que, com o advento do Cristianismo, as pessoas com deficiência passam aos cuidados da caridade cristã. Assim, são consideradas possuidoras de ‘alma’, à vista disso, não mais se permite serem mortas e abandonadas. Nessa perspectiva, Fernandes salienta:

[...] Esse movimento histórico caracteriza o período da segregação das pessoas com deficiência em instituições, que tinha o objetivo de enclausurar aqueles que não se encaixavam nos padrões de normalidade, como leprosos, os paralíticos, os doentes venéreos, os doentes mentais e toda sorte de desajustados (FERNANDES, 2013, p. 41).

Diante dos princípios cristãos e com a difusão do Cristianismo surgem as primeiras instituições destinadas ao acolhimento da pessoa com deficiência. Essa conjuntura de atendimento perpassava por questões de caridade e castigo, ou seja, a assistência era ambivalente com práticas de castigos que visam à correção de posturas consideradas inaceitáveis e imorais para a sociedade (CORRÊA, 2009). Nesse contexto, Alves destaca:

[...] a disseminação dos ideais da caridade e do amor ao próximo contribuíram para o entendimento de que todos eram legítimos

detentores dos direitos humanos, onde a pessoa com deficiência começou ser vista como sujeito de direitos. Destaca-se também, que a evolução na órbita do desenvolvimento dos direitos humanos leva a visão assistencialista no trato à questão da deficiência (ALVES, 2014, p. 11).

Nesse contexto, temos a gênese dos direitos da pessoa com deficiência, que passam a ser consideradas dignas e merecedoras do acesso aos atendimentos em instituições especializadas. Desse modo, esse momento da história demonstra um surgimento do panorama de direito à proteção a pessoa com deficiência, sobretudo, do direito à vida. Embora sejam evidentes os avanços em relação à garantia dos direitos, a pessoa com deficiência passa a ser segregada em instituições que objetivam retirar do corpo social os que fugissem dos padrões de normalidade aceitos pela sociedade.

De acordo com Markezan (2009) com o advento do Renascimento se iniciam as discussões do conceito de “anormalidade”, cuja ciência moderna elabora os conhecimentos de questões da sociedade, natureza e comportamentos humanos, o que possibilita novas explicações relativas à pessoa considerada ‘anormal’. Dessa maneira, com o Renascimento, iniciam-se os primeiros trabalhos a respeito de pessoas com deficiências.

Os estudos científicos, durante o Renascimento, impulsionaram a elaboração de obras científicas ideológicas relativas à concepção humana, principalmente a respeito das pessoas com deficiência. Conforme Muniz (2008) a pessoa com deficiência mental passou a ser assistida por profissionais das áreas médicas, cujas nomenclaturas utilizadas eram: imbecil, idiota e débil mental. Esse período demonstra um processo histórico que, gradativamente, as pessoas com deficiências foram sendo incorporadas ao contexto social.

Aqui, destacamos “pessoa com deficiência mental” como nomenclatura utilizada até século XX, cuja nova concepção discutida pela Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento - AAMR, aborda a temática com base no conceito de deficiência intelectual. Para Vieira *et al.* (2003, p. 43):

Deficiência Mental refere-se a limitações substanciais no funcionamento actual. É caracterizada por um funcionamento intelectual significativamente abaixo da média, existindo concomitantemente com limitações em duas ou

mais das seguintes áreas do comportamento adaptativo: comunicação, independência pessoal, vida em casa, comportamento social, utilização dos recursos da comunidade, tomada de decisões, cuidados de saúde e segurança, aprendizagens escolares (funcionais), ocupação dos tempos livres, trabalho. A deficiência mental manifesta-se antes da idade dos dezoito anos.

Como destaca Mazzotta (2011) no que tange ao estudo da pessoa com deficiência mental, o médico pioneiro, nessa área, foi Jean Marc Itard (1774-1838), o qual demonstrou ser possível educar uma pessoa com deficiência mental por meio de estudos médicos e pedagógicos, baseados em pesquisas, com uma criança de 12 anos, considerada deficiente mental profunda. Essa criança fora encontrada sozinha em uma floresta na França, em 1800, que recebeu o nome de Vitor, o “Selvagem Aveyro”, devido ao seu comportamento avaliado pela sociedade como fora dos padrões preestabelecidos para a idade.

Outra importante contribuição no estudo da pessoa com deficiência mental foi o também médico Edward Seguin (1812-1880), discípulo de Itard, que influenciado por suas pesquisas elaborou bases metodológicas para desenvolver um programa educativo para a criança com deficiência mental. Tal programa contemplava um currículo com o desenvolvimento de habilidades motoras, sensoriais e musicais. A técnica era baseada “um bom diagnóstico e uma boa apreciação das diferenças individuais; contacto visual, como função comunicativa; todos os sentidos são importantes.” (VIEIRA *et al.* 2003, p. 21).

O trabalho realizado por Itard impulsionou, na época, um processo de discussões a respeito da educação da pessoa com deficiência. Cabe destacar, ainda, que Edward Seguin criou o primeiro internato público para deficientes mentais, na França, em 1837, cujos estudos contribuíram para o aprimoramento do trabalho voltado para as crianças deficientes, desenvolvido pela médica e educadora italiana Maria Montessori (1870-1956), que permitiram o aperfeiçoamento de um programa nos internatos de Roma, voltado ao treinamento de crianças deficientes mentais.

O programa baseava-se na “autoeducação” com a manipulação de materiais didáticos, a saber: blocos, recortes, encaixes, objetos coloridos e letras em relevo. O trabalho de Montessori se expandiu em países da Europa e da Ásia, cujos trabalhos de base

pedagógica com a manipulação de objetos concretos favoreceram o desenvolvimento das habilidades educacionais da deficiente mental (MAZZOTTA, 2011).

Dessa forma, os profissionais das áreas médicas mantiveram o monopólio até meados do século XX dos estudos sobre as pessoas com deficiência, cujos trabalhos impulsionaram as pesquisas referentes à dificuldade de aprendizagem, o que acarreta significativas mudanças à visão da sociedade concernente a pessoas com deficiência, que passa não mais a ser concebida pelas concepções naturais ou místicas e se iniciam uma nova concepção com base na teoria científica de estudos. Até então, as pessoas com deficiência eram abandonadas em hospitais e asilos.

### **PRIMEIROS REGISTROS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO CENÁRIO BRASILEIRO**

Os atendimentos iniciais registrados no Brasil de pessoa com deficiência são marcados, sobretudo, pelo modelo tradicional de institucionalização e assistencialismo especializados. Coube, então, à igreja católica, o dever de cuidar do deficiente, cujos métodos adotados de atendimentos eram alicerçados no modelo de segregação em instituições criadas à época do Império por D. Pedro II (FERNANDES, 2013).

É importante ressaltar que foram criadas o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, 1854, e o Instituto dos Surdos Mudos em 1857, respectivamente, hoje, denominados, Instituto Benjamin Constant - IBC, e Instituto Nacional da Educação de Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. Para Garcia e Maia (2012, p. 8) “A falta de exames ou diagnósticos mais precisos resultou numa história de vida trágica para milhares de pessoas nesta condição, internadas em instituições e completamente apartadas do convívio social”.

No tocante ao assunto, Mazzotta (2011) destaca que no século XX ocorreu a disseminação de instituições especializadas, sendo marco para a expansão dos atendimentos assistenciais e filantrópicos à pessoa com deficiência na Europa e em países da América, como: Estados Unidos, Canadá e Brasil. Esse contexto de mudanças no meio social é marcado por grandes eventos de guerras e reformas sociais que impulsionaram o início da

promoção do reconhecimento de direitos sociais, sobretudo, no que tange à educação da pessoa com deficiência.

A nova realidade mundial, a partir dos anos de 1950, propiciou sucessivamente a expansão da oferta de atendimento educacional à pessoa com deficiência marcada por estudos a respeito da qualidade e dos objetivos da oferta de serviços educacionais especiais. No que se refere à realidade brasileira, surgem as primeiras escolas especiais ou classes especiais administradas pelo poder público e de escolas especiais privadas e associações sem fins lucrativos, cujo objetivo é a oferta de educação em ambientes educacionais à parte dos alunos sem deficiência, considerados “normais” pela sociedade (JANNUZZI, 2012).

Na década de 1960 ganharam força diversos grupos sociais que militavam em prol da garantia aos direitos educacionais e sociais à pessoa com deficiência, considerando as constantes exclusões do convívio social. Igualmente, visavam o reconhecimento e garantia da Educação Especial, tendo em vista a necessidade de inserção do Estado na regulação de políticas públicas que efetive melhores condições de vida as pessoas com deficiência, para o acesso a direitos sociais, a exemplo da educação e saúde. Pletsch destaca que para o reconhecimento da Educação Especial foram importantes as campanhas dirigidas a categorias específicas de deficiência, como por exemplo:

[...] a campanha nacional da educação do surdo brasileiro (1957) e a campanha nacional de educação do “deficiente mental” (1960). Tais ações foram organizadas com o apoio de instituições filantrópicas em prol dos direitos educacionais e sociais das pessoas com deficiência. Um dos principais fatores que contribuiu para que ocorressem as campanhas foi a realização dos quatro Seminários da Infância do Excepcional, organizadas pela Sociedade Pestalozzi, fundada nos anos trinta em Minas Gerais por Helena Antipoff. É preciso registrar também a criação de diversas outras associações, como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) no Rio de Janeiro (1954), que, assim como a Pestalozzi, rapidamente se expandiu por todo Brasil, dando origem à Federação Nacional das Associações dos Pais e Amigos dos Excepcionais (1963) e à Federação Nacional da Sociedade Pestalozzi (FENASP, 1971) (PLETSCH, 2014, p. 12).

Conforme a autora, o novo cenário de movimentos sociais que visavam garantir a afirmação de direitos à pessoa com deficiência historicamente



excluídos e o surgimento dessas instituições tiveram papel decisivo para o reconhecimento da Educação Especial no país. Observa-se que as criações dessas instituições filantrópicas e assistenciais surgem em face da omissão do Estado em garantir os direitos educacionais e sociais as pessoas com deficiência. Pletsch destaca que:

Durante a década de 1970, iniciaram-se em nível nacional os movimentos pró-integração e normalização, sob a premissa básica de que todas as pessoas com deficiências tinham o direito de usufruir das condições de vida mais comuns ou normais possíveis. Em linhas gerais, a integração pregava a preparação prévia dos alunos com necessidades educacionais especiais para que demonstrassem ter condições de acompanhar a turma no ensino regular, mediante apoio especializado paralelo (PLETSCH, 2014, p.13).

As ações voltadas as pessoas com deficiência permanecem no campo de segregação baseada na crença de cura da deficiência. Nessa conjectura se expande atuação de profissionais especializados da saúde e educação que buscavam a normalização do deficiente para sua reinserção na sociedade. Sob essa perspectiva, se intensificam os debates no campo da pedagogia e saúde que possibilitaram o início do processo de integração de alunos com déficit em escolas comuns de ensino regular. Partindo desse pressuposto, Fernandes nos corrobora que:

A incorporação do discurso da integração pela sociedade resultou em uma configuração da educação especial como uma área voltada à prestação de serviços nos campos da reabilitação e da educação terapêutica, fomentando a formação de equipes especializadas, integradas por professores e profissionais da saúde para apoio aos alunos que migrassem para contexto regular (FERNANDES, 2013, p. 69).

É possível evidenciarmos os avanços no campo educacional se comparados ao período de segregação. No entanto, o processo de integração perpetua-se a omissão por parte do governo quanto à oferta de condições educacionais que atendessem as reais necessidades dos alunos, considerando que, no modelo da integração, o aluno com deficiência deveria se adaptar, sem qualquer modificação, com as condições de ensino na escola regular.

A partir do século XXI se intensificam, no campo epistemológico, os estudos a respeito das pessoas com deficiências. Inicia-se, assim, o novo paradigma de inclusão, baseado na pauta de direitos humanos que impulsiona a consolidação de políticas

públicas que garantam o acesso ao ensino de qualidade que respeite o potencial de aprendizagem dos alunos com deficiência e afirme a diversidade no âmbito escolar. Para Mantoan, a inclusão é produto:

[...] de uma educação plural, democrática e transgressora. Ela provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional - que, por sua vez, abala a identidade fixada dos professores e faz com que seja ressignificada a identidade do aluno. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito que não tem uma identidade determinada por modelos ideais, permanentes, essenciais (MANTOAN, 2015, p. 31- 32).

No processo de inclusão ocorre a consolidação de um novo modelo de educação pautado na democracia e pluralidade de concepções que visa a eliminação de barreiras educacionais e sociais, a fim de possibilitar a construção da identidade da pessoa com deficiência. A educação inclusiva torna-se um desafio ao desconstruir, portanto, o processo de excludente e discriminatório, e questionar o modelo homogeneizador do ensino. Desenvolvem-se, dessa maneira, ações educativas que promovam o respeito às diferenças e as especificidades de aprendizagem em sala de aula. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 garante a educação enquanto direito fundamental previsto no rol dos direitos sociais. Conforme Art. 6º:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1988, p. 18).

Diante da garantia do acesso à educação enquanto direito fundamental social, o legislador brasileiro garantiu a formulação de políticas públicas educacionais para a efetivação da formação de pessoas nas escolas públicas do país. Surge, no Brasil, na década de 1990, o movimento em prol da elaboração de leis que garantam o acesso à educação inclusiva de pessoas com deficiência.

Para Camargo (2017, p. 73) “A inclusão é um paradigma que se aplica aos mais variados espaços físicos e simbólicos. Os grupos de pessoas, nos contextos inclusivos, têm suas características idiossincráticas reconhecidas e valorizadas”. Dessa forma, a educação inclusiva enquanto paradigma inclusivo garante o acesso ao sistema educacional democrático que possibilita a todos os níveis de

ensino, eliminação de barreiras arquitetônicas, pedagógicas e sociais, visando subsidiar as condições essenciais para o ensino e aprendizagem da pessoa com deficiência na Educação Superior.

Portanto, o paradigma da educação inclusiva vivenciada atualmente é reflexo do conjunto de mudanças advindas no campo educacional que possibilitaram a formulação de concepções dialéticas a respeito do estudo da pessoa com deficiência. Assim, por meio da formulação e efetivação de políticas públicas é possível garantir o acesso igualitário a uma educação de qualidade que respeite as especificidades no processo de aprendizagem, bem como as diferenças individuais de todos em sala de aula.

## DIREITO À EDUCAÇÃO NOS TEXTOS CONSTITUCIONAIS BRASILEIROS

Nesta sessão realizamos uma contextualização histórica do direito à educação nos textos constitucionais brasileiros de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967 e 1988. Abordamos os elementos sociais presentes em cada momento histórico, objetivando evidenciar como o legislador brasileiro tem se posicionado para assegurar o direito à educação desde a Carta Imperial até a Contemporaneidade.

### Constituição de 1824

Os primeiros registros a respeito da implantação no Brasil da Educação Superior decorrem de 1808 a partir da chegada da Família Real. Nesse período tivemos a implantação de cursos profissionalizantes e superior, a exemplo, da criação do curso superior de Medicina na Bahia. Hoje, Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Hospital Militar do Rio de Janeiro, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (FÁVERO, 2006).

Assim, na época do Império no Brasil, D. Pedro I outorgou a Constituição de 1824, o texto constitucional que já mencionava o direito à educação no rol dos direitos civis e políticos, que instituía a garantia da gratuidade do ensino primário a todas as pessoas de cidades, vilas e demais lugares populosos. Como descrito no Título 8, “Das Disposições Geraes, e Garantias dos Direitos Civis, e Politicos dos Cidadãos Brasileiros”:

Art. 179. A inviolabilidade dos Direitos Civis, e Politicos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Imperio, pela maneira seguinte. XXXII. A Instrução primaria, e gratuita a todos os Cidadãos. XXXIII. Collegios, e Universidades, aonde serão ensinados os elementos das Sciencias, Bellas Letras, e Artes (sic) (BRASIL, 1824, p. 16-17).

Nesse contexto, o Governo Imperial centralizava todas as atividades administrativas, políticas e econômicas, bem como fica a cargo da Coroa as questões educacionais, que delegava às Câmaras Municipais o dever de fiscalizar as escolas primárias. Zichia (2008) complementa ao dizer que a Constituição do Império reconheceu como responsabilidade do Estado o direito à educação, visando a gratuidade do ensino nas províncias para todas as pessoas.

Cabe destacar que, no Primeiro Reinado, as questões educacionais, apesar de constarem no texto constitucional, a Coroa deixava a responsabilidade de educação a cargo da igreja e das famílias. Outrossim, a Carta Imperial ressaltava o acesso a todas as pessoas à educação. No entanto, nesse período, predominava-se o modelo de sociedade vigente na Europa formada por uma população de nobres e plebeus, reconhecendo conforme a Carta do Império:

#### Art. 6. São Cidadãos Brasileiros

I. Os que no Brazil tiverem nascido, quer sejam ingenuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação.

II. Os filhos de pai Brasileiro, e Os illegitimos de mãe Brasileira, nascidos em paiz estrangeiro, que vierem estabelecer domicilio no Imperio.

III. Os filhos de pai Brasileiro, que estivesse em paiz estrangeiro em sorviço do Imperio, embora elles não venham estabelecer domicilio no Brazil.

IV. Todos os nascidos em Portugal, e suas Possessões, que sendo já residentes no Brazil na época, em que se proclamou a Independencia nas Provincias, onde habitavam, adheriram á esta expressa, ou tacitamente pela continuação da sua residencia.

V. Os estrangeiros naturalisados, qualquer que seja a sua Religião. A Lei determinará as qualidades precisas, para se obter Carta de naturalisação (sic) (BRASIL, 1824, p. 1-2).

Segundo Romanelli (1984) conclui que, apesar do reconhecimento de pessoas libertas, a divisão de classes restringia os direitos ao exercício

da cidadania e educação as pessoas pertencentes ao alto poder aquisitivo. Nessa conjuntura, a instrução primária, prevista na Carta Imperial, o acesso ao ensino era quase inexistente nas províncias, considerando a realidade da Monarquia escravista e agrária nesse período.

Dessa forma, a Constituição outorgada em 1824 vigorou durante sessenta e cinco anos. Diante desse cenário de Império formado por uma população desescolarizada e rural, a Constituição não fazia referência à educação da pessoa com deficiência, que eram silenciadas dentro de instituições, como já mencionado neste trabalho, a saber: Imperial Instituto dos Meninos Cegos, 1854, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, ambos no Rio de Janeiro. Dessa forma, se retirava da sociedade o deficiente, cuja presença incomodava.

### **Constituição de 1891**

Em 1891 foi promulgada a nova Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, que é resultado do movimento político-militar, que derrubou a Monarquia em 15 de novembro de 1889, com a Proclamação da República. Nesse cenário, a análise do teórico Lessa dos primeiros anos da República nos apresenta um Estado marcado pela anarquia, considerando as incertezas causadas pelo cenário político e econômico, considerando que:

O abandono dos critérios monárquicos de organização do espaço público inaugurou um período de dilatada incerteza política, [...] as questões institucionais e formas de regulação, de alguma forma resolvidas pelo Império, ficaram submetidas a um estado de mundo caótico, que continha uma multiplicidade de ordens possíveis (LESSA, 1999, p.74).

Em suma, o texto Constitucional da República foi inspirado no modelo de organização política norte-americano. Assim, não apresentava qualquer referência ao texto de 1824, a exemplo da Educação, que se defendia a defesa do acesso ao ensino. Contudo, conforme descrito, se não estabelecesse a obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário como exigência do Estado, tal propositura poderia ser determinada nas Constituições Estaduais e municipais.

Nesse sentido, o texto Constitucional de 1891, no que corresponde à educação, estabelecia no Título IV, prevista aos Cidadãos Brasileiros, o princípio da

laicidade do ensino ministrado nos estabelecimentos públicos, Art. 72, §6º: Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos. O Estado vedava de subvenção dos cultos religiosos, bem como não estabelecia a gratuidade do ensino oficial, em razão disso, o acesso à educação torna-se uma conquista motivada pelos interesses individuais.

O texto Constitucional também não destinou verbas para o financiamento da educação. Assim, como o Congresso Nacional passa a legislar a respeito da Educação Superior, conforme previsto no Art. 30 - “sobre a organização municipal do Distrito Federal, bem como sobre a política, o ensino superior [...]”.

Segundo Fragozo Filho (1984) durante os primeiros anos da República ocorreu um aumento de cursos superiores no Brasil, a exemplo da criação da Universidade do Rio de Janeiro, Universidades de Belo Horizonte, a Universidade de São Paulo e a Universidade do Distrito Federal, em 1935, que na época se localizava no Estado do Rio de Janeiro.

Dessa forma, resultante de mudanças políticas, sociais e econômicas no âmbito da Educação, a passagem da Monarquia para a República iniciou um novo período pedagógico no Brasil, considerando a diminuição da influência da igreja e emergindo assim um novo modelo educacional pautado em ideais de liberdade e democracia. Contudo, ainda, em condições precárias. A educação se subordinava a favor da classe elitista, destinada a controlar os grandes cargos políticos do país, com a exclusão do acesso à formação da classe trabalhadora, cuja educação não era obrigatória e sinalizava que o conhecimento era determinado pela capacidade e virtude individuais.

### **Constituição de 1934**

O influxo dos movimentos sociais na década de 1920 e a efervescência social, política e econômica resultaram na instalação do Governo Provisório em 3 de novembro de 1930, que perdurou até a promulgação da segunda Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, em 16 de julho de 1934. Outrossim, no então Governo Provisório, tivemos a criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, atual Ministério da Educação. Esse evento marca o início da base para a formação de políticas educacionais, sobretudo pelo

reconhecimento do acesso de todas as pessoas ao direito à educação.

Segundo Leineker e Abreu (2012) no campo educacional se destacou o Movimento do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, cujo pensamento liberal proporcionou mudanças importantes na garantia do direito à educação e na democratização do Estado Democrático de Direito. A Constituição Federal de 1934, em seus Artigos, a saber: 148 a 158 estabeleceu o processo de sistema educacional. Assim, ao discorrer a temática, Vieira destaca que:

[...] à União "traçar as diretrizes da educação nacional" (art. 5º, XIX), "fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados, organizar e manter" os sistemas educativos dos Territórios e manter o ensino secundário e superior no Distrito Federal (art. 150), assim como exercer "ação supletiva na obra educativa em todo o País" (art. 150, "d" e "e").

A organização e manutenção de sistemas educativos permanecem com os Estados e o Distrito Federal (art. 151). Entre as normas estabelecidas para o Plano Nacional de Educação estão o "ensino primário integral e gratuito e de frequência obrigatória extensivo aos adultos e tendências à gratuidade do ensino ulterior ao primário, a fim de o tornar mais acessível" (art. 150, parágrafo único, "a" e "b") (VIEIRA 2007, p. 296-297).

Dessa forma, a Constituição de 1934 dispõe que é dever do Estado na garantia da gratuidade do ensino primário e ampliação para outros de ensino secundário e superior destinada a todos os brasileiros e estrangeiros domiciliados no país, bem como estabeleceu a obrigatoriedade da família matricular e acompanhar a educação dos filhos. Cabe destacar, ainda, que, na Carta de 1934, no dispositivo legal a respeito da Educação Superior, delega como exclusiva a competência à União seu oferecimento, assegurou ainda pela primeira vez a reserva de recurso para o financiamento da educação, conforme se verifica nos Artigos 156 e 157:

Art 156 - A União e os Municípios aplicarão nunca menos de dez por cento, e os Estados e o Distrito Federal nunca menos de vinte por cento, da renda resultante dos impostos na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos.

Parágrafo único - Para a realização do ensino nas zonas rurais, a União reservará no mínimo, vinte por cento das cotas destinadas à educação no respectivo orçamento anual.

Art 157 - A União, os Estados e o Distrito Federal

reservarão uma parte dos seus patrimônios territoriais para a formação dos respectivos fundos de educação.

§1º - As sobras das dotações orçamentárias acrescidas das doações, percentagens sobre o produto de vendas de terras públicas, taxas especiais e outros recursos financeiros, constituirão, na União, nos Estados e nos Municípios, esses fundos especiais, que serão aplicados exclusivamente em obras educativas, determinadas em lei (BRASIL, 1934, p. 34).

Observa-se que no texto Constitucional de 1934 seu caráter social, com dispositivo que consagra o embrião da garantia de direitos à pessoa com deficiência contemplada no Art. 138, que assim disciplina "Incumbe à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas: a) assegurar amparo aos desvalidos, criando serviços especializados e animando os serviços sociais, cuja orientação procurarão coordenar".

Dessa forma, a Constituição de 1934 representou um marco importante para a modernização do Estado, assim como a garantia de direitos sociais a todos, sobretudo na consolidação do sistema educacional que objetivasse à educação pela ampliação e fortalecimento do Estado Democrático de Direito. Por fim, a Constituição de 1934 vigorou somente no período de três anos, considerando que o texto Constitucional garantia uma nova ordem social, política e econômica de acesso a todas as pessoas, situação essa que causou a insatisfação das oligarquias dominantes no país.

### Constituição de 1937

Como mencionado anteriormente, a década de 1920 e início da década de 1930 foram marcadas pela efervescência de revoluções promovidas pelas elites intelectuais, cujos ideais impulsionaram as discussões rumo à construção do Estado Democrático de Direito e educação para todos. A promulgação da Constituição de 1934 resultou no processo de modernização do Estado, a luz da garantia de direitos sociais, dentre os quais o direito à educação, em que foi fixada a garantia do financiamento pelo Estado, assim como a inclusão da família na obrigatoriedade de matrícula e participação na vida acadêmica dos filhos.

Entretanto, as mudanças ocorridas no cenário nacional buscavam a garantia de direitos à população. Dessa forma, primou-se pela formação de políticas



públicas e sociais que cominaram no descontentamento dos grupos políticos dominantes e ocasionaram por derrubar o texto Constitucional de 1934. Em decorrência desse contexto, temos em 01 de novembro de 1937 outorgada a nova Carta Constitucional e implantação do regime denominando Estado Novo. Para Bulhões:

[...] A Constituição de 1937 foi a segunda Carta brasileira outorgada, neste caso, pelo Estado Novo, em decorrência das condições políticas e ideológicas, tanto internas quanto externas, que terminaram por derrubar o renovador texto constitucional. Seu prefácio deixa claro que não houve uma participação do povo ao se decretar esta Constituição, que teve por objetivo “assegurar à Nação a sua unidade, o respeito à sua honra e à sua independência, e ao povo brasileiro, sob um regime de paz política e social, as condições necessárias à sua segurança, ao seu bem-estar e à sua prosperidade”, determinando, ainda, o seu cumprimento obrigatório em todo o País. Esta Carta significou um retrocesso considerável em relação à Constituição anterior, especialmente no item que se refere à educação, atribuindo-se à família a responsabilidade primeira pela educação integral da prole, e ao Estado o dever de colaborar para a execução dessa responsabilidade. Observa-se que o art. 130 define o ensino primário como obrigatório e gratuito, mas, a ênfase do texto refere-se à subsidiariedade do Estado no provimento da educação àqueles a quem faltarem recursos (BULHÕES, 2009, p. 2).

A educação, nessa nova realidade constitucional, passa a desempenhar um papel de instrumentos em prol da centralização do poder do Estado, visando a legitimação de ideais interventoras do governo na centralização e racionalização das políticas públicas. Assim, retiram-se os recursos públicos destinados ao financiamento da educação, bem como se fomentou o segmento de instituições privadas de educação escolar.

Dessa forma, a educação passa a ser vinculada sob os ideais de valores do Estado Novo com a obrigatoriedade da educação cívica, para a imposição do patriotismo, livre iniciativa da educação, bem como a centralização, homogeneização do ensino e restrição da liberdade de expressão no país. Igualmente, não temos referência no texto Constitucional à oferta de Educação Superior.

### **Constituição de 1946**

Em contraposição ao governo ditatorial do Estado Novo, em trono do desrespeito à ordem Constitucional democrática e as questões centralizadoras da política-administrativa que

atendiam aos interesses dos grupos dominantes se consolidou o movimento constitucionalista, que resultou na aprovação da Constituição de 1946. Ferreira argumenta que:

A Assembleia Nacional Constituinte de 1946 foi realizada num momento de afirmação do Legislativo Nacional. Antes disso, em 1937, o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, os Senados Estaduais e as Câmaras em níveis estaduais e municipais haviam sido fechados pelo Estado Novo. O parlamento fora reaberto em 1946 num contexto em que a economia e a sociedade brasileiras tinham muito pouco contato com o exterior. A agenda política do momento era a reconstrução da democracia, que surgia como contraposição ao autoritarismo decorrente da revolução de 1930 [...] (FERREIRA, 2010, p. 24).

No bojo dessas reivindicações à democracia, a Mesa da Assembleia Constituinte, em 18 de setembro de 1946, promulga a Constituição dos Estados Unidos do Brasil, cujos princípios republicano e federativo legitimavam a participação democrática do poder político do povo brasileiro. No que tange ao cenário educacional foram significativas às mudanças apresentadas, conforme se verifica no título seguinte, de número II, dedicado à Educação e Cultura, nos Artigos 166, 167 e 168 da Constituição de 1946:

Art 166 - A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana.

Art 167 - O ensino dos diferentes ramos será ministrado pelos Poderes Públicos e é livre à iniciativa particular, respeitadas as leis que o regulem.

Art 168 - A legislação do ensino adotará os seguintes princípios:

I - o ensino primário é obrigatório e só será dado na língua nacional;

II - o ensino primário oficial é gratuito para todos; o ensino oficial ulterior ao primário sê-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos;

III - as empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de cem pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos destes;

IV - as empresas industriais e comerciais são obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem aos seus trabalhadores menores, pela forma que a lei estabelecer, respeitados os direitos dos professores;

V - o ensino religioso constitui disciplina dos

horários das escolas oficiais, é de matrícula facultativa e será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável;

VI - para o provimento das cátedras, no ensino secundário oficial e no superior oficial ou livre, exigir-se-á concurso de títulos e provas. Aos professores, admitidos por concurso de títulos e provas, será assegurada a vitaliciedade;

VII - é garantida a liberdade de cátedra (BRASIL, 1946, p. 37).

O Estado reorganiza o sistema de ensino visando assegurar o direito de todos à educação, obrigatória e gratuita de ensino primário, e retomar, ainda, o financiamento por meio do repasse de recursos arrecadados pelos impostos. Dessa forma, restabelece a ordem democrática, proporcionando aos estados autonomia na organização do sistema educacional. Nessa linha de garantia de direitos sociais, agora reconhecendo a pessoa com deficiência, o direito à educação, conforme descrito no Art. 172 - Cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar.

Assim, o direito à educação se consolida como direito público subjetivo no qual deve ocorrer no espaço formal. Em relação à Educação Superior, destaca-se no Art.174, parágrafo único “A lei promoverá a criação de institutos de pesquisas, de preferência junto aos estabelecimentos de ensino superior”. Dissertando a temática, Brzezinski destaca:

A pressão da sociedade para ampliar o ensino superior desencadeou um processo de criação de universidades públicas e particulares, como também provocou a proliferação de escolas superiores isoladas. Em 1950 já existiam oito federais, uma estadual e três particulares. [...]. Em 1960, o país contava com 31 universidades. Entre essas, oito particulares (BRZEZINSKI, 1996, p. 49).

Dessa forma, a Constituição de 1946 restabelece o processo de redemocratização do Estado brasileiro. Nessa conjuntura política e social se garantiu a obrigatoriedade do ensino primário, bem como o processo de consolidação e expansão da Educação Superior, no que impulsionou o desenvolvimento científico e a produção cultural no país.

## Constituição de 1967

A República instalada com a Constituição de 1946 encerrou-se em 1964, com a usurpação do poder promovido pelo Golpe Civil-Militar que põe fim ao Estado Democrático de Direito. Os militares que assumiram o poder foram pródigos ao determinar a nova ordem política marcada pela violência e tirania. Nesse contexto, Villa argumenta que:

Os militares desprezaram a sucessão legal do poder. O Congresso estava aberto, mas também foi absolutamente ignorado. Depois de uma longa introdução, na qual os golpistas se intitularam “revolucionários”.

[...] AI-2, em 27 de outubro. Manteve o modelo do anterior, com um longo prólogo. Fez diversas citações do AI-1, mas dessa vez alterando vários artigos da Constituição de 1946.

Em 5 de fevereiro de 1966, veio o AI-3. Apesar da existência do Congresso e da vigência da Constituição, esse ato justificava que o “poder constituinte da revolução lhe é intrínseco”. Foi estendido aos governadores de estado a eleição indireta, no caso por meio das assembleias legislativas.

[...] AI-4, convocou o Congresso para, no período de 12 de dezembro de 1966 a 24 de janeiro de 1967, ou seja, em 43 dias corridos – em plenas festas de fim de ano –, apreciar o projeto de Constituição enviado pelo Executivo.

A Constituição vigorou cerca de 20 meses. A edição do Ato Institucional n.º 5, em 13 de dezembro de 1968, deu amplos poderes ao presidente e deixou de lado boa parte da Constituição. O AI-5 pode, sem exagero, ser considerado um dos atos mais arbitrários da história republicana (VILLA, 2011, p. 66-70).

Conforme exposto pelo autor, o primeiro Ato Institucional do governo militar foi a decretação da revogação quase na totalidade do texto Constitucional de 1946. Em decorrência disso, os demais Atos Institucionais decretados extinguíram muitos direitos conquistados com a promulgação democrática da Carta de 1946. Dessa forma, o Governo Militar decretou e promulgou em 24 de janeiro de 1967 o novo texto da Constituição.

Não obstante, o texto Constitucional de 1967 teve reduzida vigência, e alterada pela Emenda Constitucional n° 01 de 17 de outubro de 1969, o qual rompeu com a Ordem Constitucional vigente, e a qual ao tratar do texto educacional faz referência no Art.

175. § 4º: Lei especial disporá da assistência à maternidade, à infância e à adolescência e educação de excepcionais.

Conforme Silva (2010, p. 87), teórica e tecnicamente, não se tratou de emenda, mas de nova Constituição. A emenda só serviu como mecanismo de outorga, uma vez que verdadeiramente se promulgou texto integralmente reformulado, a começar pela denominação que se lhe deu: Constituição da República Federativa do Brasil, enquanto a de 1967 se chamava apenas Constituição do Brasil.

Assim, em referência aos demais Artigos - Art. 168 e Art. 176 - o texto Constitucional restringe a educação aos princípios da igualdade e isonomia sem restabelecer a garantia de direitos sociais revogados. Igualmente tivemos o processo de retirada de recursos da educação e a racionalização da Educação Superior por meio dos ideais do Regime Militar.

### Constituição de 1988

A redemocratização do Estado, por meio da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, também chamada de “cidadã” por garantir o princípio da igualdade da pessoa humana, em termos dos direitos políticos, civis, econômicos e sociais, assim como com a igualdade de direitos, bem como estabeleceu um rol de direitos fundamentais sociais, dentre os quais o direito à educação, conforme previsto no Artigo 6:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 2016, p.18, grifo nosso).

Em face ao novo texto Constitucional, o Estado passa a garantir o direito à educação a todas as pessoas, em que se destacam os princípios da sociedade democrática, que todos vivam sem discriminação, conforme previsto no Art. 3, “IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 2016, p. 11). Desse modo, a educação representa um instrumento de mudança social, tendo em vista sua importância para a efetivação de uma sociedade plural, justa e inclusiva.

Ademais, estabeleceu a proteção dos direitos

coletivos da pessoa com deficiência ao longo de todo o texto Constitucional, como competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, conforme seu Artigo 23, “II – cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência”. De modo similar, os artigos supracitados determinam as diretrizes e objetivos do sistema educacional no país, conforme estabelecido nos Artigos 205 a 214:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...]. III – **atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino** (BRASIL, 2016, p.123-124, grifo nosso).

A Constituição de 1988, ao garantir o direito à educação como um direito fundamental social, bem como ao estabelecer o direito da pessoa com deficiência, com matrícula obrigatória no ensino em escolas regulares e, igualmente, garantir o acesso ao atendimento educacional especializado a pessoa com deficiência, visando o pleno exercício de direitos na sociedade. Dessa forma, o Estado determina a garantia de ingresso aos mais elevados níveis da educação, igualmente determina que a educação tenha por base os princípios da igualdade de condições de acesso e permanência na educação.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, realizado por meio de revisão bibliográfica de livros, artigos científicos, periódicos, bem como publicações realizadas em revistas, dissertações, que possibilitou subsídios significativos para contextualizar uma breve retrospectiva histórica acerca da pessoa com deficiência, no qual destacou-se aspectos como a violação do direito à vida, durante séculos, em diferentes civilizações.

Observamos ao longo das discussões que por meio dos textos constitucionais é previsto as primeiras iniciativas do direito à educação nas Constituições Brasileiras de 1824 a 1988, considerando os diferentes momentos políticos, desde Monarquia até o momento atual em que se garantiu, por meio da Carta Magna de 1988, o Estado

Democrático de Direito.

Por fim, percebe-se que o Estado Democrático de Direito, conquistado ao longo da história, válida a inclusão social da pessoa com deficiência. Quiça este artigo instigue de alguma forma, mais pesquisas voltadas a temática, servindo como instrumento norteador a promoção e desenvolvimento de políticas de Educação Espacial e Inclusiva, construídas de forma coletiva, que gerem sentimento de pertença pelos atores sociais envolvidos e que se revelam necessária na construção de uma sociedade mais equitativa.

## REFERÊNCIAS

- ALVES. Rikelly da Silva. Direitos Humanos e Pessoas com Deficiência sob a Ótica das Ações Afirmativas na Realidade Brasileira. Paraíba, Universidade Estadual da Paraíba, Paraíba, 2014.
- BRASIL. Constituição (1824). Constituição Política do Império do Brasil. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/legislacao/constituicao/> – Acesso em 15/08/2018.
- BRASIL. Constituição (1891). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/legislacao/constituicao/> – Acesso em 15/08/2018.
- BRASIL. Constituição (1934). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/legislacao/constituicao/> – Acesso em 15/08/2018.
- BRASIL. Constituição (1937). Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/legislacao/constituicao/> – Acesso em 15/08/2018.
- BRASIL. Constituição (1946). Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/legislacao/constituicao/> – Acesso em 15/08/2018.
- BRASIL. Constituição (1967). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/legislacao/constituicao/> – Acesso em 23/08/2018.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Acesso em 15/08/2018.
- BRZEZINSKI, Iria. Pedagogia, pedagogos e formação de professores: busca e movimento. Campinas: Papirus, 1996.
- BULHÕES, Raquel Recker Rabello. A Educação nas Constituições Brasileiras. *Lex Humana*, Petrópolis, nº 1, 2009, p. 20-188. Disponível em: [http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:X-z\\_VRxxrzMJ:seer.ucp.br/seer/index.php/LexHumana/article/download/9/8+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:X-z_VRxxrzMJ:seer.ucp.br/seer/index.php/LexHumana/article/download/9/8+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br). Acesso em 27/08/2018.
- CAMARGO. Eder Pires de. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. *Ciênc. educ. (Bauru)* vol. 23 nº1 Bauru Jan./Mar. 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-73132017000100001](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132017000100001). Acesso em 10/09/2018.
- CORRÊA, Maria Ângela Monteiro. Educação Especial, vol. 1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009, 208 p.
- FÁVERO. Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. *Rev. Educar*, n. 28, p. 17-36. Curitiba, 2006.
- FERNANDES, Sueli. Fundamentos para a educação especial. Curitiba: InterSaberes, 2013.
- FERREIRA, Marcelo Costa. Os Processos Constituintes de 1946 e 1988 e a definição do papel do Congresso Nacional na Política Externa Brasileira. *Rev. Bras. Polít. Int.* 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v53n2/02.pdf> – Acesso em 20/08/2018.
- FRAGOSO FILHO, Carlos. Universidade e Sociedade. Campina Grande: Edições Grafset, 1984.
- GARCIA. Vinicius Gaspar; MAIA. Alexandre Gori. A inclusão das pessoas com deficiência e/ou limitação funcional no mercado de trabalho brasileiro em 2000 e 2010 – Panorama e mudanças em uma década. Trabalho apresentado no XVIII Encontro



- Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Águas de Lindóia/SP – Brasil, de 19 a 23 de novembro de 2012. Disponível em: [www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/download/1954/1912](http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/download/1954/1912) - Acesso em 22/08/2018.
- JANNUZZI, Gilberta de Martino. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI, 3. ed., Campinas, SP: Autores Associados, 2012.
- LEINEKER, Mariluce da Silva Lima; ABREU, Claudia Barcelos de Moura. A Educação do Campo e os Textos Constitucionais: Um Estudo a Partir da Constituição Federal de 1934. IX ANDEP SUL – Se8 ~minário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1772/79> – Acesso em 07/08/2018.
- LESSA, Renato. A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira. Rio de Janeiro: TopBooks, 2ª Ed., 1999.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como se faz? São Paulo: Summus, 2015.
- MARQUEZAN, Reinoldo. O deficiente no discurso da legislação. Campinas: Papirus, 2009.
- MAZZOTTA, Marcos J. S. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- MUNIZ, Eray Proença. Conceito de deficiência mental no século XX: construção e a (dês)construção do conceito com ênfase patológica. Anais do III Congresso Brasileiro de Educação Especial/ IV Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial. São Carlos: Associação Brasileira de Educação Especial, 2008.
- PLETSCH, Márcia Denise. A Escolarização de Alunos com Deficiência Mental/Intelectual: políticas públicas, processos cognitivos e aspectos pedagógicos. Relatório. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto Multidisciplinar. Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEDuc). Nova Iguaçu. 2014.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1984.
- SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 33. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2010, p. 87.
- VIEIRA, Fernando (coord.). “SE HOUVERA QUEM ME ENSINARA”... A Educação de Pessoas com Deficiência Mental. 2 ed. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian. 2003.
- VIEIRA, Sofia Lerche. A educação nas constituições brasileiras: texto e contexto. R. bras. Est. pedag., Brasília, v. 88, n. 219, p. 291-309, maio/ago. 2007.
- VILLA, Marco Antonio. A história das constituições brasileiras: 200 anos de luta contra o arbítrio. São Paulo: Texto Editores Ltda., 2011.
- ZICHIA, Andrea de Carvalho. O direito à educação no período imperial: um estudo de suas origens no Brasil. Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração: Estado, Sociedade e Educação. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.



## AVALIAÇÃO DOS NÍVEIS DE ACESSIBILIDADE EM VIAS PÚBLICAS

### ASSESSMENT OF ACCESSIBILITY LEVELS ON PUBLIC ROADS

DOI: <https://doi.org/10.24979/ambiente.v15i2.1126>

Emanoel Silva de Amorim - Universidade de Pernambuco/UPE (<https://orcid.org/0000-0001-6431-447X>)  
Girilândia de Moraes Sampaio - Universidade de Pernambuco/UPE (<https://orcid.org/0000-0001-7804-0959>)  
Hugo Leonardo França Silva - Universidade de Pernambuco/UPE (<https://orcid.org/0000-0002-1898-7646>)

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo geral de avaliar e mapear os níveis de acessibilidade urbana, sendo escolhido como objeto do estudo a via pública Rua de Santa Cruz, situada na cidade do Recife/PE. Como metodologia foram utilizados dois métodos para avaliar e mapear os níveis de acessibilidade do objeto de estudo, sendo eles: o método do *check-list* de avaliação pós-ocupação proposto pelo “Guia para Mobilidade Acessível em Vias Públicas”, desenvolvido pela Secretaria da Habitação do Município de São Paulo (2003), que foi adaptado para a realidade da cidade do Recife/PE, indicando uma análise através de 03 (três) opções, quando preenchido “S” significa dizer que existe o item, “N” para não existe ou encontra-se em irregularidade e “NA” para não se aplica; e o método do “Espectro da Acessibilidade” descrito em Baptista (2003), o qual demonstra os diferentes níveis de acessibilidade através da utilização de cinco cores, onde “azul” representa as plenas condições de acessibilidade e o “vermelho” representa uma péssima condição acessibilidade, dessa maneira é possível reconhecer locais que se configuram como barreiras arquitetônicas. Em relação aos resultados obtidos, a aplicação do Avaliação Pós Ocupação (APO) *check-list* indicou uma ausência ou falha na implantação de dispositivos de infraestruturas urbana, tais como faixas livre, rampas e piso táteis. E quanto ao mapeamento do espectro da acessibilidade, a avaliação indicou as calçadas e travessias mais precárias através de um espectro de cores. Como conclusão o presente estudo constatou-se que o mesmo espaço pode apresentar diversos níveis de acessibilidade.

**Palavras-chave:** Mobilidade; Infraestrutura Urbana; Acessibilidade Urbana; Métodos de Avaliação pós-ocupação.

**Abstract:** The present work has as general objective to evaluate and map the levels of urban accessibility, being chosen as object of study the public road Rua de Santa Cruz, located in the city of Recife/PE. As a methodology, two methods were used to assess and map the accessibility levels of the object of study, namely: the post-occupancy evaluation checklist method proposed by the "Guide for Accessible Mobility on Public Roads", developed by the Housing Department from the Municipality of São Paulo (2003), which was adapted to the reality of the city of Recife/PE, indicating an analysis through 03 (three) options, when filled in "Y" means to say that the item exists, "N" for not exists or is in irregularity and "NA" for does not apply; and the "Accessibility Spectrum" method described in Baptista (2003), which demonstrates the different levels of accessibility through the use of five colors, where "blue" represents full accessibility conditions and "red" represents a very bad condition. accessibility, in this way it is possible to recognize places that are configured as architectural barriers. Regarding the results obtained, the application of the (APO) Post Occupancy Assessment check-list indicated an absence or failure in the implementation of urban infrastructure devices, such as free lanes, ramps and tactile flooring. And as for the mapping of the accessibility spectrum, the evaluation indicated the most precarious sidewalks and crossings through a spectrum of colors. In conclusion, the present study found that the same space can present different levels of accessibility.

**Keywords:** Urban infrastructure; Urban Accessibility; Post-Occupancy Assessment Methods.

DOI: <https://doi.org/10.24979/ambiente.v15i2.1126>

## 1. INTRODUÇÃO

O processo de planejamento urbano é sempre referenciado pela concepção dos espaços livres públicos, suas condições de acessibilidade e de mobilidade urbana (CARVALHO; SILVA; CASTRO, 2022) Define-se por espaços livres públicos os elementos importantes na configuração da cidade e da sociedade, pois são nestes espaços onde acontece o encontro, a troca e o convívio do homem (AMORIM; GOMES, 2017). Por isso, para que esses espaços atendam ao maior número de usuários são considerados parâmetros como: diversidade humana, as habilidades individuais, a filosofia do Desenho Universal, bem como os estudos da Ergonomia.

No entanto, o processo de urbanização nos centros urbanos vem ocorrendo de maneira constante e acelerada, principalmente nas cidades que possuem uma acentuada verticalização (DROUBI, 2022) e quando desordenado e não planejado, ele surge atrelado a diversos problemas que afetam a qualidade de vida da população. A ausência de acessibilidade urbana é um dos fatores que mais impactam a qualidade de vida da população. Nesses casos, torna-se visível a presença das barreiras físicas (ANTONIOLI; CAMARGO, 2022).

Conforme complementação de Vergara *et al.* (2020), a presença de barreiras físicas tende a diminuir as condições de acessibilidade e mobilidade em calçadas e passeios. Tais barreiras podem estar associadas a elementos naturais ou construídos pelo homem, como árvores e postes em local estreito, ocasionando dificuldades para a realização de deslocamento de modo independente a usuários, principalmente aqueles com deficiência ou mobilidade reduzida, resultando em uma circulação desprovida de conforto e segurança.

Neste contexto, a ideia de vias públicas acessíveis surge com a intenção de proporcionar integração, independência e conforto aos usuários, à medida que incorpora um desenho que não apresenta restrições quanto ao seu uso, orientação e deslocamento (AMORIM; GOMES, 2017). Portanto, deve haver intervenções no meio urbano visando deixá-lo acessível para todo tipo de pessoa independentemente de suas características e especificidade. Para isso, inicialmente deve ser realizado um diagnóstico na área de intervenção

mapeando todos os problemas e não conformidades. E posteriormente, baseado no diagnóstico realizar propostas e executar as melhores intervenções na área. Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo geral de avaliar e mapear os níveis de acessibilidade urbana, sendo escolhido como objeto do estudo a via pública Rua de Santa Cruz, situada na cidade do Recife/PE.

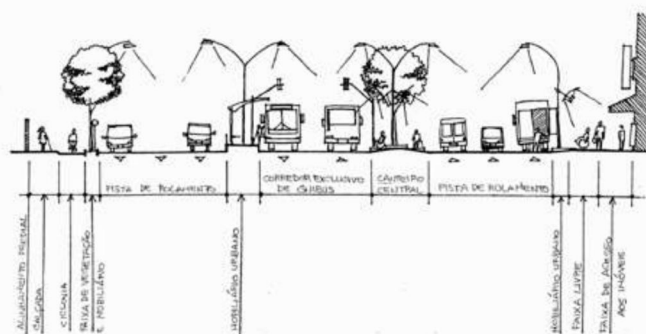
## 2. CONSTRUINDO O ESPAÇO URBANO ACESSÍVEL

A construção de espaços urbanos acessíveis tem como critério de equilíbrio os requisitos legais e normas necessárias para a sua elaboração e implementação, os fatores gerados (ambientais, espaciais e sociais) pela aplicação correta dos princípios do desenho universal estão ligados diretamente com a eficiência da mobilidade urbana (AMORIM; GOMES, 2017).

### 2.1 Vias Públicas

A via pública pode ser entendida como sendo a superfície por onde se transitam os veículos (motorizados ou não), pessoas e animais (CBT, 2008). Esses espaços se dividem entre as calçadas, a pista ou pista de rolamento, o acostamento, a ilha, os canteiros centrais e similares (Figura 01). São caracterizadas, principalmente, por margear em imóveis edificados em áreas urbanas, sendo assim, delimitadas entre as testadas dos lotes opostos.

Figura 01: Perfil de via pública e identificação de suas partes integrantes.



Fonte: Caderno Brasil Acessível – nº 2, 2006.

A via pública é de propriedade do poder público, e é adquirida na maior parte das vezes por intermédio de doação no processo de parcelamento do solo, portanto, é fundamental que as regras, normas e padrões estabelecidos pelos Planos Diretores se baseiem nos princípios do desenho universal de forma a promover a acessibilidade no

desenho de novas vias e na intervenção das vias já existentes (LEI N° 10.098, 2000).

Uma via acessível é aquela projetada de forma a atender ao maior número de usuários e modalidade de transportes (motorizados ou não), assim como a instalação do mobiliário urbano necessário (corretamente locado e dimensionado) (AMORIM; GOMES, 2017), bem como acomodar benfeitorias públicas e novas tecnologias, atendendo ao fluxo de pedestres e veículos de forma confortável e segura na hora em que o espaço estiver completamente ativo.

### 2.1.1. Calçada

A calçada é a parte integrante da via pública que se destina à circulação de pedestres, bem como a implantação do mobiliário urbano (entre outros itens destinados ao bem-estar dos pedestres), faz fronteira com a pista de rolamento e está, quase sempre, em nível diferente. Para esse integrante possa ser utilizado de forma adequada, propiciando um ambiente seguro e agradável para qualquer pessoa, independente de idade, estatura, limitação de mobilidade ou percepção, alguns cuidados devem ser atribuídos à sua concepção. São eles:

**a) Largura adequada:** Devendo atender às dimensões necessária na faixa de livre circulação (largura mínima recomendada de 1,50 m) e ser projetada de forma a acomodar o maior número possível de transeuntes simultaneamente;

**b) Segurança:** Propiciar segurança ao ato de caminhar (Escolha do material de revestimento, sinalização horizontal, manutenção e obstáculos);

**c) Continuidade:** A calçada deve servir uma rota acessível ao usuário, caminho contínuo e facilmente perceptível, levando em consideração aspectos estéticos e harmônicos;

**d) Espaço de sociabilização:** Deve oferecer espaços na área pública que sirvam de áreas de interação social;

**e) Desenho da paisagem:** Organizar todos os elementos da via num contexto agradável, contribuindo para o conforto visual do usuário.

Ao se avaliar a calçada como palco, onde acontecem as mais diversas peças urbanas e seus figurantes (a sua população usuária), é possível obter maior compreensão dos fatores que geram problemas e conflitos entre o homem e esse espaço. Ao se projetar calçadas acessíveis deverão ser atendidas as diretrizes da NBR 9050/2015, observando a presença dos seguintes elementos:

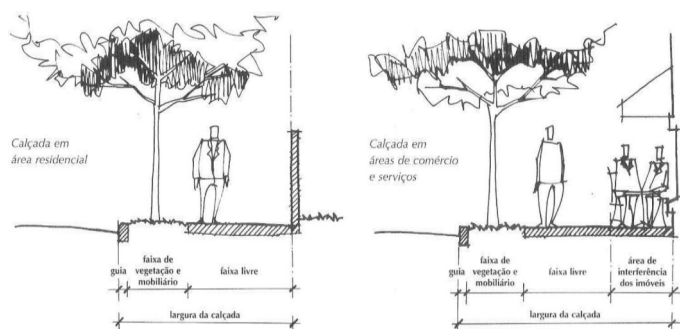
**a) Faixa Livre:** Área da calçada destinada exclusivamente à livre circulação de pedestres, livre de qualquer tipo de obstáculo (seja ele permanente ou temporário) é de no mínimo 1,50 m, devendo ser calculada de acordo com a quantidade de pessoas por minuto por metro existente e seu posicionamento deve ser posicionado, preferencialmente, no eixo longitudinal. Sua superfície precisa ser regular e firme, contínua e antiderrapante sob qualquer condição.

**b) Faixa de Vegetação ou Mobiliário:** Área destinada à instalação de equipamentos e mobiliário urbano, à vegetação e outros objetos que possam servir de obstáculos à faixa livre. Normalmente localizado em posição adjacente à guia (pode ser definida como a borda da calçada, e define espaço geométrico das calçadas, esquinas e cruzamentos, criando uma barreira física entre a via, a pista e o passeio) e funciona como elemento separador de espaço entre a calçada e a pista, propiciando maior segurança e conforto ao pedestre.

**c) Área de Interferência dos imóveis:** Área localizada entre a área de circulação principal (faixa livre) e a testada da edificação ou lote. Possibilita a transição entre a faixa livre e o imóvel, principalmente em áreas onde o recuo é estreito ou mesmo inexistente (locais de comércio e serviços), configurando uma transição de acesso e não obstrução do caminho por qualquer obstáculo (pequenos equipamentos, mobiliário ou elementos edificados). Sua largura mínima recomendável é de 0,45 m. Admite-se a implantação de estacionamento em recuo frontal desde que haja respeito pela faixa livre, devendo haver algum tipo de diferenciação entre o piso recuado e passeio.



**Figura 02:** Calçada acessível em áreas residenciais e em áreas comerciais.



Fonte: Guia para mobilidade acessível em vias públicas, 2003.

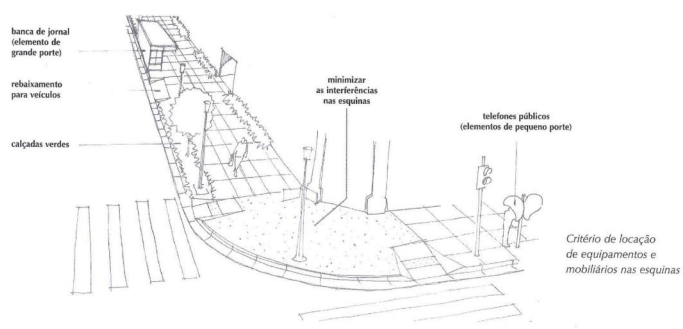
### 2.1.2 Esquinas

Define-se como lugar onde há o cruzamento entre as vias e travessias, conseqüentemente, a aglomeração de pessoas. É na esquina, o local de maior encontro de usuários na via pública. E é pelo fato de esquinas aglomerarem um grande número de pessoas que esperam pela travessia, que um grande número de equipamentos de serviços informais se instala, causando interferências que prejudicam a visibilidade de pedestres e motoristas, colocando em risco a segurança de todos e rompendo com as propostas de acessibilidade. Para que isso não ocorra, a área de esquina deve ser livre de obstáculos entre a guia e a extensão dos alinhamentos das edificações, assim como o grupo de pedestres que esperam a travessia, o mobiliário e outros obstáculos não devem obstruir a faixa livre de pedestres. Quando há a necessidade de mobiliário nesse local, deve obedecer aos dimensionamentos legais (elementos de pequeno porte com altura máxima de 0,80 m e diâmetro ou lateral de 0,35 m, devem ficar no mínimo a 3,0 m da faixa de pedestres, e os de grande porte a 15,0 m).

### 2.1.3 Faixas de Travessias

São as marcações transversais ao eixo da via que indica aos pedestres o local que deve utilizar para realizá-las, servindo de advertência aos motoristas como sinalização horizontal e devem conter comprimento recomendado (4,00 m) podendo ser mais largas em locais de maior fluxo. Quando muito extensas, as faixas de pedestres devem conter ilhas de apoio como refúgio, cuja largura recomendável é de no mínimo 1,50 m. Para o pedestre, quanto menos o raio da curvatura da guia da esquina melhor, porque resultam numa faixa maior de passeio e na diminuição da velocidade nas conversões dos veículos.

**Figura 03:** Esquina, faixa de travessias e critérios de locação de mobiliário.



Fonte: Guia para mobilidade acessível em vias públicas, 2003.

## 3. MÉTODO UTILIZADO

Como metodologia foram utilizados dois métodos para avaliar e mapear os níveis de acessibilidade do objeto de estudo, sendo eles: primeiro o método do *check-list* de avaliação pós-ocupação (APO) proposto pelo “Guia para Mobilidade Acessível em Vias Públicas”, desenvolvido pela Secretaria da Habitação do Município de São Paulo (2003), que foi adaptado para a realidade da cidade do Recife/PE. O método propõe uma avaliação através de 03 (três) opções, quando preenchido “S” significa dizer que existe o item, “N” para não existe ou encontra-se em irregularidade e “NA” para não se aplica; e segundo o método do “Espectro da Acessibilidade” descrito em Baptista (2003), o qual demonstra os diferentes níveis de acessibilidade através da utilização de cinco cores, onde “azul” representa as plenas condições de acessibilidade e o “vermelho” representa uma péssima condição acessibilidade, dessa maneira é possível reconhecer locais que se configuram como barreiras arquitetônicas.

## 4. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS

Em relação aos resultados obtidos, a aplicação do APO *check-list* indicou uma falta ou falha na implantação de dispositivos e infraestruturas que proporcionam a plena acessibilidade. E quanto ao mapeamento do espectro da acessibilidade, a avaliação indicou as calçadas e travessias mais precárias através de um espectro de cores. O Espectro da Acessibilidade também informou, através do mapeamento, os baixos níveis de acessibilidade na Rua de Santa Cruz.

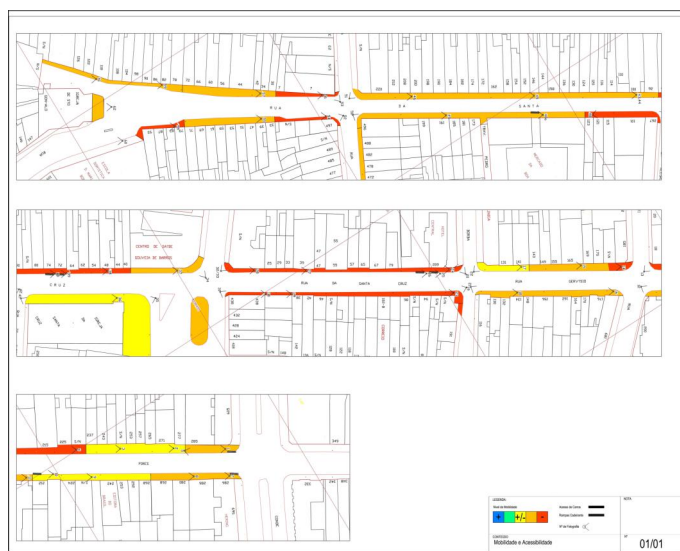
**Figura 04:** Check-list - Guia para Mobilidade Acessível em vias Públicas (2003).

ROTEIRO BÁSICO PARA VISTORIA	
CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DE ACESSIBILIDADE EM VIAS PÚBLICAS	
<b>1 - Piso</b>	
(S) Piso regular e antiderrapante	Tipo do Piso: Piso Cimentício
(N) Inclinação da Calçada até 3%	
<b>2 - Circulação Horizontal</b>	
(S) Largura mínima de 1,2 m	(N/A) Greijas com vãos de até 1,5 cm
(S) Postes de luz - Concessionária: Celpe	
(S) Boca de Lobo - Concessionária: Compepa	
(S) Tampas no passeio - Concessionária: Compepa	
<b>3 - Mobiliário Urbano</b>	
<b>3.1 Telefones</b>	
(N) Altura dos comandos entre 0,80m e 1,2 m	
(N) Piso tátil de alerta quando o volume superior é maior que o da base	
(N) Respeita a faixa livre mínima de 1,2 m	
(S) Tem indicação em Braille	
<b>3.2 Caixa de Correio, Lixeira e Floreira</b>	
(N) Altura dos comandos entre 0,80m e 1,2 m	
(N) Piso tátil de alerta quando o volume superior é maior que o da base	
(N) Piso tátil de alerta quando a altura é menor que 2,10 m	
(N) Respeita a faixa livre mínima de 1,2 m	
<b>3.3 Pontos de Ônibus, Bancas de Jornal e Fiteiros</b>	
(N) Possibilitam faixa livre mínima de 1,20 m para circulação de pedestres	
<b>3.4 Semáforo Sonoro</b>	
Localizado entre a _____ e _____	X
(N) Possui dispositivo para acionamento por portadores de deficiência visual	
<b>4 - Estacionamento</b>	
Quantidade de Vagas: 0	Quantidade de Vagas Acessíveis: 0
(N/A) Faixa de circulação livre de 1,20 m	(N/A) Sinalização vertical
(N/A) Rebaixamento de guia	(N/A) Sinalização horizontal
(N/A) Estão localizadas próximas ao acesso principal do pólo de atração	
(N/A) Dimensões de 2,30 x 5,50 m para vagas acessíveis	
<b>5 - Vegetação</b>	
(N) Existe vegetação com espinhos ou venenosa	
(S) As raízes danificam o passeio	
(N) É preservada a faixa livre de 1,20m para circulação de pedestres	
<b>6 - Guia Rebaixada</b>	
(N) A rampa principal possui largura mínima de 1,20 m	
(N) As abas laterais possuem largura mínima de 0,50 m	
(S) Existe desnível entre o término da rampa e o greide da pista	
(N) Possui inclinação admissível	
(S) Está situada junto à faixa de pedestres	
(N) As rampas estão alinhadas entre si nos lados opostos da via	
<b>6.1 - Piso Tátil</b>	
(S) Possui largura de 0,40 mm	
(N) Está localizado a 0,50 m do limite da guia no leito carroçável	
(S) Possui cor contrastante com o piso do seu entorno	
(S) Está perpendicular à faixa de pedestres	

Fonte: Guia para mobilidade acessível em vias públicas (2003), adaptada pelos autores.

Na figura 05, apresenta o mapeamento do espectro da acessibilidade, uma avaliação subjetiva que indica as calçadas e travessias mais precárias através de um espectro de cores. O Espectro da Acessibilidade também informou, através do mapeamento, os baixos níveis de acessibilidade na Rua de Santa Cruz.

**Figura 05:** Espectro da Acessibilidade



Fonte: Autores.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Garantia da autonomia no direito de ir e vir tornar-se uma responsabilidade de toda a sociedade, que deve ser respeitada por todos, não apenas pelos nossos governantes ou pelas pessoas com deficiência (CRUZ; NICOLETTI; CARDOSO, 2021).

Como conclusão o presente estudo de apreensão da cidade constatou-se que o mesmo espaço pode apresentar diversos níveis de acessibilidade, podendo ser mais acessível a alguns usuários do que a outros. Percebendo que a acessibilidade urbana na Rua de Santa Cruz é ruim, com rampas que prejudicam a drenagem de águas pluviais ou rebaixamento de meios-fios que reduzem a mobilidade de pedestres. Observando que poucos os lotes que possuem acessibilidade, mesmo sendo uma área mista (comercial, residencial e hospitalar). O estudo constatou que na Rua de Santa Cruz apresenta níveis de mobilidade insatisfatórios, podendo ser mais acessível a alguns do que a outros.

Quanto ao trabalho de comparação dos métodos de APO, observou-se que os métodos utilizados possuem algumas falhas. O check-List (Guia de Mobilidade Acessível) apresenta certo nível de generalidade, pois ele analisa a via em sua totalidade, não fazendo o parcelamento da análise por lotes. O parcelamento é importante, pois infelizmente as calçadas de cada lote costumam não apresentar padronização de soluções. Outro fator observado é que o *check-list* não contém um dispositivo final que determine se a via é acessível e o seu nível de acessibilidade, já que a infraestrutura urbana da via pode proporcionar níveis diferenciados em alguns itens

Para suprir essa lacuna, sugere-se a utilização do Método do Espectro da Acessibilidade, que mesmo sendo subjetivo, apresenta-se como uma ferramenta eficaz na função de mapeamento, o que facilita a observação dos problemas. Para obter a configuração de um ambiente acessível é necessário entender as especificidades de cada usuário, reconhecer as barreiras ou exigências de um ambiente e implantar melhorias para a diminuição da situação de incapacidade e, com isso, equiparar as oportunidades (AMORIM; BAPTISTA, 2013).



## 6. RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

Faixa livre com dimensão inferior ao exigido por norma.



Rampa com dimensão inferior ao exigido por norma.



Conflito entre Faixa Livre e Faixa de Mobiliário



Conflito entre Faixa Livre e Faixa de Interferência dos Imóveis



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

AMORIM, E. S.; BAPTISTA, A. H. N. Aplicação da Acessibilidade Integrada no Mapa das Linhas do METROREC. In: Congresso Nacional de Pesquisa e Ensino em Transporte - ANPET XXVII, 2013, Belém/PA.

AMORIM, E. S.; GOMES, K. B. M. Avaliação dos níveis de acessibilidade em vias públicas: estudo na Rua de Santa Cruz, Recife/PE. In: XXXI Congresso Nacional de Pesquisa em Transporte da ANPET, 2017, Recife. Anais [...].

ANTONIOLI, P. H.; CAMARGO, B. Aplicação da norma: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos NBR 9050 nas calçadas do município de alta Floresta-MT. REPOSITÓRIO DE TCC, [S.l.], maio 2022. Disponível em: <http://ienomat.com.br/revista/index.php/repositorio/article/view/168>. Acesso em: 10 set. 2022.

BAPTISTA, A. H. N. Procedimentos metodológicos para a avaliação da acessibilidade de estruturas de circulação de pedestre com vistas ao projeto de “antropovias”. Dissertação de mestrado, Engenharia de Produção PPGEP/UFPE Recife, p. 142, 2003.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Câmara dos Deputados, Brasília, DF, 19 dez. 2000.

BRASIL. CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO. Código de Trânsito Brasileiro: instituído pela Lei nº 9.503, 23 de outubro de 1997. 3. ed.- Brasília: DENATRAN, 2008.

CARVALHO, R. B.; SILVA, J. C.; CASTRO, D. R. C. Análise sobre a percepção dos pedestres quanto as condições de acessibilidade e mobilidade urbana dos passeios e calçadas do município de Abaetetuba, Pará, Brasil. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 8, 2022.

CRUZ, T. A.; NICOLETTI, L. P.; CARDOSO, V. D. A concessão da carteira nacional de habilitação para pessoas com deficiência. *Ambiente: Gestão e Desenvolvimento*, [S. l.], v. 14, n. 2, 2021. DOI: 10.24979/ambiente.v14i2.1015. Disponível em: <https://periodicos.uerr.edu.br/index.php/ambiente/article/view/1015> Acesso em: 16 dez. 2022.

DROUBI, L. F. P. A Economia e as Cidades: Os desafios e as possibilidades para a política urbana no século XXI. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Transportes e Gestão Territorial) — Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, p 286, 2022.

VERGARA, L. G. L.; MERINO, G. S. A. D.; MERINO, E. A. D.; TISSOT, J. T.; MODESTI, I. B. Usabilidade do espaço público: a percepção ao risco de quedas em usuários idosos no município de Balneário Camboriú / SC. *Revista Projetar Projeto e Percepção do Ambiente*, 5(3), 64-78, 2020.

RODRIGUES, A. P.; AMORIM, E. S. Conceitos, argumentos, estratégias, métodos, técnicas e problemáticas envolvendo a implantação da sinalização de orientação turística em sítios históricos. *Revista Hospitalidade*, 15(1), 180–197. <https://doi.org/10.21714/2179-9164.2018v15n1.805>



# Ambiente

Gestão e Desenvolvimento



ISSN 1981-4127

Tel. (95) 2121-0944

<https://periodicos.uerr.edu.br/ambiente>

e-mail: [contato@periodicos.uerr.edu.br](mailto:contato@periodicos.uerr.edu.br)

